

Revolution

AGOSTO 1974 - 5.00esc.



VIETNAM.

CHILE.

DOSSIER U.N.I.T.A.

ENTREVISTA COM:

UNION DO POBO GALEGO.

10 ANOS DE TARRAFAL.

Comarada J. Bala

P.R.P. NA TELEVISAO.

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS DO MUNDO, UNI-VOS!

Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO - BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

ÍNDICE

ACTUALIDADE DO PAÍS

- TRABALHADORES AFRICANOS EM LUTA
- P. R. P. PELA PRIMEIRA VEZ NA TELEVISÃO
- ANÁLISE DA ACTUAL SITUAÇÃO ECONÓMICA
- PROVOCAÇÕES FASCISTAS

INTERNACIONAL

- VIETNAM - NOVAS FORMAS DE AGRESSÃO AMERICANA
- ARAFAT - RESPONDE ÀS PROVOCAÇÕES
- CHILE - UM TRÁGICO EXEMPLO QUE CONTINUA A INSPIRAR O REFORMISMO

ENTREVISTAS

- ANTÓNIO DIAS CARDOSO - O ÚLTIMO PRESO DO TARRAFAL
- GALIZA EM LUTA - CAMARADAS DO U. P. G. FALAM-NOS

COLÓNIAS

- SAMORA MACHEL - O COLONIALISMO E O IMPERIALISMO
- AGOSTINHO NETO - TEXTOS
- DOSSIER U. N. I. T. A.

TRABALHADORES EM LUTA

- AS TERRAS DA MAÇA
- O IMPÉRIO GULBENKIAN
- TAP
- APPLIED
- FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

LENINE - OS OBJECTIVOS DOS DESTACAMENTOS

EDITORIAL

DIRECTOR INTERINO: Isabel do Carmo

RECEBEMOS CORRESPONDÊNCIA NO APARTADO N.º 4117

Telefone: 710982

Impressão e Composição:

Mirandela & C.ª - Rua Victor Cordon, 27-1.ª - Lisboa

Distribuição:

Distribuidora "O Século"

Rua de "O Século", 41 a 63 - Lisboa

A Luta dos Trabalhadores da Applied Magnetics

Depois da reunião que a comissão de trabalhadores teve no Ministério do Trabalho, a situação dos operários da Applied, continua desesperada.

O administrador, que partiu para os E.U.A., disse que competia ao Governo resolver o problema dos trabalhadores e que se estes quisessem receber os salários que vendessem as máquinas. Mas isso mete tribunal e tudo o que implica a parcialidade e demoras da justiça dos patrões.

Foi dito no Ministério que a fábrica será declarada em falência fraudulenta e prometido que o Fundo de Desemprego dará algum dinheiro, o que não vai resolver o problema.

Os trabalhadores, no entanto, começaram já a fazer recolhas de fundos em vários pontos da cidade, porque o processo promete ser longo e o estômago e os proprietários das casas dos trabalhadores, esses não esperam.

SOLIDARIEDADE COM OS OPERÁRIOS DA APPLIED MAGNETICS!

TAP - A CLASSE OPERÁRIA OPÕE-SE ÀS MANOBRAS REFORMISTAS

Face ao desenrolar do processo de luta dos trabalhadores da TAP cujo ponto preponderante dos últimos dias foi o desmarcar total da tração da Comissão Administrativa.

Relativamente às Comunicações n.ºs 28 e 33 da Comissão Administrativa da TAP, respectivamente de 16 e 26 do mês corrente e que foram oportunamente divulgadas pela Imprensa, os trabalhadores TAP considerando que o teor das mesmas define posições claramente identificáveis com as linhas mestras do capitalismo (dividir os trabalhadores para melhor os governar, procurar virá-los contra os seus legítimos representantes a nível dos Sindicatos e do Conselho de Trabalhadores, paternalismo doente e autoritarismo arrogante), denunciam toda a tentativa de falsear e escamotear a verdade dos factos, agravada pelo ignóbil objectivo de inculpar os próprios trabalhadores face aos últimos acontecimentos na Companhia.

Efectivamente, na 1.ª daquelas comunicações, afirma-se o seguinte:

Ponto 3 d - Falta de apoio efectivo dos trabalhadores:

"(1) Actualmente, os trabalhadores da TAP encontram-se divididos em dois grandes grupos:

"(a) Um, constituído pelos responsáveis, ociosos e medíocres que, perfeitamente conscientes das suas limitações, enveredaram pelo caminho onde tudo é fácil: destruir."

"(b) Outro, mais numeroso, formado pelos trabalhadores que, de forma passiva, pusilânime e indiferente, assistem apaticamente à sua própria destruição."

"(2) O primeiro grupo nega a sua colaboração à Comissão Administrativa, o que é perfeitamente coerente com a doutrina que defende; o segundo pela sua atitude de permanente abstenção, consegue exactamente o mesmo resultado."

Ora, como é evidente, a C. A. ao passar um atestado de irresponsabilidade, mediocridade e indiferença aos trabalhadores da TAP, acusando-os de falta de apoio efectivo perante os problemas fundamentais que afectam a sobrevivência da Companhia (falta de apoio Governamental e obstrução das instituições bancárias e de crédito a todas as operações financeiras da TAP), tenta escamotear a verdade uma vez que, esses mesmos trabalhadores, desconheciam inteiramente, por falta de informação daquela Comissão Administrativa, as razões fundamentais da crise.

Efectivamente, as razões principais da referida crise são bem evidentes e traduzem-se na manobra das instituições bancárias e de

crédito, incluindo as do próprio Estado (Banco de Portugal e Caixa Geral de Depósitos), com o apoio do ex-governo provisório no sentido de tentar paralisar a actividade da TAP, permitindo assim o reforço do fascismo já que o capitalismo continua de pé firme e agora, mais do que nunca, apoiado por algumas forças que se dizem defensoras dos interesses dos trabalhadores.

Paralelamente a todo este processo de sabotagem económica, procura-se, entretanto, numa maneira falaciosa, dar uma "voltinha" às causas fundamentais da crise e... arranjar um "bode espiatório".

E quem é que são os bodes espiatórios?

Os trabalhadores, evidentemente...

Antes do 25 de Abril os Trabalhadores eram "carneiros"!!! ... e agora o que são???

Do mal o menos!...

PROPOSTA

Os Trabalhadores dos TAP, reunidos em Plenário, convocado pelo Conselho de Trabalhadores, em 29/07/74:

Considerando:

1) Que a C. A. tem vindo a desenvolver publicamente e de forma sistemática, uma grande campanha de calúnias, insultos e provocações sobre os Trabalhadores;

2) Que para esse efeito a C. A. tem sido exímia em falsear a verdade dos factos e escamotear a justa luta dos Trabalhadores, defendendo objectivamente posições reacçãoárias.

3) Que toda esta campanha que procura passar aos Trabalhadores um certificado de irresponsabilidade, imaturidade, infantilidade, não visa mais do que desencadear a preparação da opinião pública, no sentido de voltá-la contra os Trabalhadores da TAP;

4) Que as reacçãoárias manobras da C. A. têm visado dividi-los, voltá-los contra os seus legítimos representantes.

PROPOEM:

1) Repudiar energicamente toda a campanha de difamação e provocação por parte da C. A.;

2) Afirmar bem alto que não toleram e se opõem firmemente, tomando as medidas mais drásticas que se impuserem, a qualquer manobra no sentido de proceder a quaisquer despedimentos.

3) Elaborar, através do Conselho de Trabalhadores ou de outra comissão aqui escolhida, um Comunicado a ser distribuído pelo Órgão de Informação que expresse a justa repulsa por parte dos Trabalhadores, em relação às posições reacçãoárias da C. A.;

4) Expressar um voto de desconfiança à C. A., materializado no imediato afastamento dos seus membros das funções que vêm desempenhando.

Nota: Esta proposta, para além de outros esclarecimentos, deverá ser distribuída pelos Órgãos de Informação.

A PALAVRA DE ORDEM DOS TRABALHADORES É A LUTA, LUTA INTRANSIGENTE CONTRA O DOMÍNIO DA BURGUESIA E CONTRA OS LAÇAOS DO CAPITALISMO; OS TRABALHADORES VENCERÃO

Novas linhas de acção se abrem aos Trabalhadores, do monopólio nacional da aviação comercial. Assim, no Plenário convocado pela Comissão Sindical para se debaterem as questões da actual fase das negociações do Acordo Colectivo de Trabalho, os trabalhadores, através das linhas reformistas que orientam a dita Comissão foram uma vez mais desviadas dos seus autênticos processos de luta.

Durante a assembleia que teve como resultado concreto a aprovação dum telegrama dirigido ao Ministério do Trabalho, manifestando a apreensão dos trabalhadores, registaram-se posições de total desacordo com tal proposta.

É assim, que se explica que após essa assembleia o sindicato dos metalúrgicos surja a convocar os metalúrgicos da TAP para uma análise dessa decisão.

No plenário dos trabalhadores metalúrgicos da TAP, foi rejeitada a proposta reformista que manifestava a apreensão dos trabalhadores, pois que os operários de há muito adquiriram uma experiência de luta que os leva a não se deixar imobilizar pelo oportunismo reformista.

Foi aprovado no Plenário dos operários metalúrgicos pavañcar de imediato na elaboração dum caderno reivindicativo que será levado a aprovação dos trabalhadores numa data muito próxima.

ALERTA AO REFORMISMO SINDICAL!



António Dias Cardoso — o ÚLTIMO PRESO DO TARRAFAL

R. — **Vou-te perguntar que idade é que tens?**

ADC. — Tenho 41 anos.
R. — **Quantos anos é que passaste no Tarrafal?**

ADC. — 10 anos no Tarrafal. 3 anos em Luanda.

R. — **Foste preso, porquê? Conta detalhadamente.**

ADC. — Fui preso em Novembro de 61, em Luanda junto com Luandino Vieira e António Jacinto por actividades políticas relacionadas com Angola. O processo foi erguido pela P. I. D. E. e foi feito daquela maneira habitual, que essa polícia política utilizava para inventar os processos que enviava a tribunal. Eu e António Jacinto, também fomos vítimas de espancamentos, espancamentos esses que nos puseram a sangrar. Lembro-me perfeitamente de ter o meu corpo, as costas, de tal maneira negras e inchados que me era difícil baixar-me para fazer qualquer coisa.

A roupa era lavada lá dentro por um outro preso que mais tarde vim a encontrar no campo do Tarrafal. Ele saiu, talvez em 1966 ou 1967, depois foi novamente preso e foi-me encontrar no Tarrafal. Havia evidentemente as habituais coacções de ordem moral, os habituais insultos. Além de cavalo-marinho recebi murros na boca do estômago, pancadas na coluna e isto começou de manhã e à noite ainda continuava.

Ao outro dia levaram-me à enfermaria, onde fui medicado e por ironia, mal acabei de ser medicado, levaram-me para a sala onde em regra o chefe Sabino, a quem estávamos entregues, torturava os presos e sobre aqueles ferimentos fui de novo espancado.

R. — **Quantos dias estiveste sob tortura?**

ADC. — Bem., sob espancamento foram estes dois dias. Evidentemente só o facto de se estar submetido àquele clima em que se ouve todos os dias outros presos a serem torturados... Os seus gritos, sangue por todos os lados... É absolutamente impossível dormir, basta um pouco de sensibilidade para que os gritos dos outros não nos deixem adormecer. A alimentação era de tal maneira horrível, repelente, nojenta que levava o António Jacinto, que é uma pessoa muito sensível a vomitar, só perante o facto de trazerem uma panela enorme e ele encarar com aquela comida.

R. — **E isto, foi, portanto, no princípio da guerra em Angola.**

ADC. — Foi em Dezembro de 1961. Nós fomos presos em Dezembro de 1961.

R. — **E estavam acusados de pertencer a que organização?**

ADC. — Bem. Como na altura eu tinha recebido, enviados pelo Luandino, os estatutos do MPLA, estatutos esses que eu tinha passado ao António Jacinto eles procuraram ligar-nos ao Movimento Popular de Libertação de Angola.

R. — **E estavam realmente ligados ou não? Agora já se pode dizer?**

ADC. — ...
R. — **Portanto a acusação em tribunal?**

ADC. — É o habitual. Acusam-nos de actividades subversivas contra a segurança interna e externa do Estado. Na parte que

me toca, aquilo ia até à alínea 1) ou 2) ou 3). Recebi os estatutos do MPLA; uma tentativa de assalto ao Sul; uma tentativa de assalto ao Norte de Moçamedes a partir de Sá da Bandeira, actividades realizadas em 1959, não com eles, mas com outras pessoas que de há algum tempo já estavam presas, até já tinham sido julgadas por terem feito panfletos; e a coisa ia até à alínea 1) ou 2) ou 3) e com toda a franqueza todos os bocadinhos que eles separaram para fazer um tipo de acusação, de que, confesso, até já nem me lembro.

R. — **Es capaz de contar um bocadinho como é que foram essas prisões de 59?**

ADC. — Em 59 fomos presos, o Meireles, o Veloso, eu, Manuel dos Santos, Conreiras da Costa, Luandino Vieira, Helder Neto. Os mais jovens eram o Luandino Vieira, o Helder Neto e eu e os dois primeiros como a sua experiência de organização clandestina não era praticamente nenhuma. Eu, quer pelo facto do comportamento dos mais velhos quer por mérito meu, não revelei o tipo de relações que mantive com eles e ao fim de um tempo fomos libertados.

R. — **O que diziam os panfletos que fizeste em 1959?**

ADC. — De uma maneira geral os panfletos que denunciavam o tipo de colonialismo português, e as condições injustas.

R. — **A maior parte das pessoas presas em 59 eram portuguesas.**

ADC. — Neste grupo que eu referi, por exemplo o Meireles é angolano, o Manuel dos Santos é angolano, o Conreiras da Costa também é angolano, o Helder Neto, eu somos angolanos. O Luandino Vieira, enfim pela obra toda que escreve é sempre para nós considerado angolano embora tenha ido para lá muito criança. E os outros se não me engano eram naturais de Portugal.

r. — **Quando dizemos portugueses queremos dizer brancos, mas realmente estou a errar na designação.**

ADC. — Eu acho que portugueses não têm necessariamente uma relação com a cor. Quero crer, também que a independência das outras colónias pela África toda, houve uma série de indivíduos das colónias e que não eram brancos, que optaram pela nacionalidade da nação colonizadora por muitos motivos, muitas das vezes porque no processo de colonização se criaram umas certas burguesias nacionais como fenómeno aderente ao processo colonial; e muitos indivíduos não quiseram perder os seus privilégios, preferiram optar pela nação colonizadora porque muitos deles não tinham a consciência tranquila para poderem viver no território ex-colonizado como nação livre, dado que não colaboravam em determinados processos, de exploração do homem colonizado. De maneira geral há indivíduos brancos ao longo do processo colonial que se radicaram e formaram família, e têm a sua descendência nesses territórios. Infelizmente foi sempre uma minoria que se portou com dignidade e honestidade, aliás havia mesmo indivíduos nascidos na nação colonizadora, mas que por toda a sua acção foram anti-colonialistas. Evidentemente que

esses indivíduos se reclamaram da nacionalidade africana quer por opção embora não tenham lá nascido, quer por terem lá nascido e na

pele toda a cecia do colonialismo fascista português para ajudar a libertar o povo angolano, não lá nada donde se possa depreender que pelo

menos drama ou mais ou menos esforço.

R. — **Nascestes em Angola?**

ADC. — Nasci em Luanda.

R. — **Os teus pais tinham ido para Luanda?**

ADC. — Sim o meu pai emigrou era ainda rapaz novo, hoje tem 70 e tal anos.

A minha mãe já nasceu em Angola os meus avós, os pais dela, é que emigraram há muito mais tempo.

R. — **Portanto são três gerações de Angola...**

ADC. — Há duas. A da minha mãe e a minha geração, os meus avós não nasceram lá, foram para lá há muito tempo.

R. — **E depois fizeste a tua infância sempre em Angola?**

adc. — A infância, a adolescência, a idade adulta; fui preso com 28 anos, passei treze na cadeia, estou agora com 41. De maneira que aquela experiência na cadeia mais fez pensar em Angola e desejar Angola ardentemente. É tarde para tentar nascer noutra terra.

R. — **Es conhecido como poeta.**

ADC. — Comecei por fazer poesias que não têm interesse nenhum literário, aliás nem conheço já isso, desapareceu no tempo, enfim, mais tarde, ainda no liceu, mais ou menos por altura em que fiz a minha estreia no "Estudante", que era o jornal do Liceu Salvador Correia, não sei se ainda existe esse jornal, e na "Mensagem" da Associação dos Naturais de Angola, publiquei os primeiros versos. Aquilo, que se supõe que sucede para todos os autores, teve para mim uma influência extraordinária e assim fuimfazendo. Em 61 saiu um livrinho meu editado pela Casa dos Estudantes do Império. Em 61 fui também preso; portanto tudo o que lá tenho em Angola mais aquilo que escrevi na Cadeia, vou rever e faço tentações de tentar publicar uma ou duas recolhas de poemas e de contos, se vir que o material que tenho dá para isso. Evidentemente, à medida que for ganhando tranquilidade e saúde e mais tempo para isso verei se realmente há ali material que sirva. Alguns poemas satisfazem-se mas, enfim, há todo um impacto emocional ainda neste momento que é preciso, digamos, que baixe, para que com mais tranquilidade — uma coisa é a gente fazer para guardar, outra coisa é fazer para mostrar, transmitir a minha experiência, o que é outra responsabilidade. Mas quero outra responsabilidade. Mas quero crer que, o mais depressa possível, procurarei editar um livro de poemas. Aliás já falei com alguém e mal tiver tempo mandarei para aqui, para essa pessoa ler e entregar a uma editora para ver se ela o publica.

R. — **Como é que começaste a lê-lo?**

ADC. — Absolutamente. Todas as minhas vivências estão de tal maneira radicadas, naquela terra! Toda a minha experiência, tudo aquilo que anseio, todo o meu passado e tudo aquilo que penso que seja o futuro está sempre ligado a um determinado lugar, geográfico, com determinadas vivências e determinadas circunstâncias, que são tão profundas que se fossem cortadas eu teria que ter um profundo tempo de adaptação noutra lugar. Evidentemente as pessoas podem-se adaptar com mais ou

R. — **Como foi a história da revista "Mensagem", que se tornou tão conhecida?**

ADC. — Sairam só dois ou três números. Ela tem um significado muito importante na história da literatura angolana porque, até mais por intenção que por serviço realizado, é uma viragem que jovens, ao tempo, fizeram, encarando Angola já de uma maneira crítica nos seus problemas sociais e económicos, procurando ver tudo o que se pode consubstanciar na palavra Angola, de dentro para fora e não de fora



... Em cântico já redívivo:
A morte vai de fato novo,
por'ir colhendo o que era vivo
no chão semeado de povo...

... A morte vai de fato novo,
de carro, cruz e lei na mão,
trapaceando todo o povo...

"Aqui jaz Bento António Gonçalves — 1902-1942." Bento Gonçalves, um dos muitos mortos no campo do Tarrafal, foi o primeiro secretário geral do Partido Comunista Português, ao tempo em que este se organizou como partido bolchevista.

prática, no sentimento e nas suas vivências, se sentirem de acordo com o país onde vivem. Naturalmente que eles quer de dentro para fora quer de fora para dentro (digo de fora deles próprios, do sentimento deles), quer por toda a acção que eles realizaram mostraram aos outros que de fora para dentro dele indivíduo, é um indivíduo que tem todo o direito a ser considerado cidadão — daquele país. Aliás, em declarações que eu vi escritas, não foi posto o problema, por exemplo pelo Agostinho Neto, da luta de Angola não ser uma luta de brancos contra negros, ou de negros contra brancos, não foi posto o problema de algum racismo, nem ficou escrito ou implícito nas declarações, que eu ouvi ou tenha lido, de que um indivíduo só pelo facto de ser branco (seja qual for o comportamento que ele tenha tomado, no caso então destes, daquela minoria que se portou com dignidade, sofreu na

facto de ele ser branco não possa viver em Angola ou ser considerado angolano.

R. — **Então consideras-te angolano?**

ADC. — Evidentemente. Profundamente angolano. Quero dizer eu viveria em outro sítio com a sensação de exilado.

R. — **Portanto, aqui em Portugal, vives com a sensação de exilado?**

ADC. — Absolutamente. Todas as minhas vivências estão de tal maneira radicadas, naquela terra! Toda a minha experiência, tudo aquilo que anseio, todo o meu passado e tudo aquilo que penso que seja o futuro está sempre ligado a um determinado lugar, geográfico, com determinadas vivências e determinadas circunstâncias, que são tão profundas que se fossem cortadas eu teria que ter um profundo tempo de adaptação noutra lugar. Evidentemente as pessoas podem-se adaptar com mais ou

ANTÓNIO DIAS CARDOSO — DEZ ANOS DE TARRAFAL

para dentro como fazia certo tipo de literatura colonial. Esta via só os aspectos exóticos, paisagísticos. Portanto foi o momento de consciencialização e esse órgão foi onde se polarizou o esforço de consciencialização crítico duma geração, pouco mais velha do que a minha, embora eu tenha tido a minha estreia lá (literária); mas eu e outros mais jovens não fomos realmente os responsáveis pela sua formação e pelo que consistia a "Mensagem" embora evidentemente por anseio mas sem uma atitude crítica tão lúcida como os mais velhos ela, para os mais novos, que lá se estrearam, tivesse já no tempo um significado sem equívocos e bem definido.

R. — Na "Mensagem" escreveram também o Agostinho Neto e o Mário Pinto de Andrade?

ADC. — Sim, na "Mensagem" escreveram além do Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto, o António Jacinto, Viriato Cruz, Mário António, Luandino Vieira, Antero Abreu, Maurício Gomes, Mário Jorge. Não me consigo lembrar de todos os nomes.

R. — Mais tarde ou mais cedo assumiram compromissos importantes?

ADC. — Eram os representantes dos sectores mais progressivos dos jovens intelectuais angolanos. Alguns ficaram pelo caminho quer literariamente quer politicamente. Mas, muitos deles, sofreram o exílio, sofreram a cadeia, e são ainda hoje elementos que são apontados como indivíduos responsáveis.

R. — Enquanto estiveste no Tarrafal continuaste sempre a fazer poemas?

ADC. — É verdade. Sobre tudo quando passei um ano na célula disciplinar; foi aí que mais escrevi, até por defesa, e posso dizer que a poesia me salvou de enloquecer visto que não tinha mais nada para fazer e era como quem faz palavras cruzadas. Evidentemente, naquelas condições em que vivi, passei coisas tremendas naquela célula disciplinar. Cheguei a dormir no chão, fiquei sem direito a receber correspondência, a alimentação era má e eu sofria do estômago, sentia dores nos ossos. Houve um período em que me cortaram a luz. Pois produzi lá mais que em todos os outros anos da minha vida, mas como de defesa. Há lá poemas que me satisfizeram mas, evidentemente a maioria são frustrados, porque não tinha capacidade para os realizar. Quando leio os que estão conseguidos quase me parece um milagre que tivesse saído de tal maneira que me satisficam. Não quero dizer que estejam bons; não posso, dentro do meu critério, avaliar uns e outros.

R. — Quando estavas na célula disciplinar estavas sózinho e não podias sair. Isto durante um ano e sem correspondência?

ADC. — A partir de determinada altura estive 6 meses sem poder corresponder-me com os meus pais. Ao fim de 6 meses já podia; com pessoas amigas com que me correspondia na altura estive durante um ano sem poder corresponder-me.

R. — Tinhas livros?

ADC. — Tinha papel e lápis e



tinha uma caixa de papelão que me servia de mesa para comer e que eu aproveitava para escrever.

R. — Os teus companheiros conseguiram chegar à célula disciplinar e passar-te alguma palavra ou não?

ADC. — Clandestinamente, por solidariedade. Houve 4 presos políticos cabo-verdianos que estavam na célula ao lado e roubavam bocadinhos de vela na capela, no período em que estive sem luz, atiravam lá para dentro e eu conseguia ler. Atiravam lá para dentro tabaco. Lembro-me de camaradas angolanos terem atirado lá para dentro comida numa altura em que eu estava a fazer a greve da fome. Lá se combinaram e atiraram comida para dentro.

R. — Esse castigo foi devido a quê?

ADC. — Bem houve um médico, o Dr. Coimbra, que me mandou fazer uma radiografia de maneira a tirar dúvidas e a fazer o seu diagnóstico. Eu sofria de uma colite espasmódica e tinha como ainda tenho dores na boca do estômago insuportáveis. De maneira que me mandaram tirar uma radiografia no hospital da Praia, passaram-se umas semanas e foi-me dito que o campo não tinha verba. Escrevi para a família a pedir dinheiro. Nessa altura fui chamado e o director disse-me que não valia a pena enviar aquela carta visto que o campo iria suportar tudo.

R. — Depois de todos esses sofrimentos sentes ódio pelos carcereiros?

ADC. — Claro que não sinto ódio. Até porque eu sei o tipo de estrutura que os desumanizou e que os levou àquela posição. Eram indivíduos sem capacidades intelectuais, sem defesa individual, manejados enfim, eram aquilo que nós em Angola chamamos de "cipaios", indivíduos como aqui os da GNR e PSP que são manejados de tal maneira, que servem como força de repressão, que vão ajudar a explorar os próprios irmãos, o próprio povo, os próprios pais. Insensibilizados e embrutecidos e sem conhecimento do próprio fenómeno que os embruteceu e insensibilizou. De maneira que não cou sentir ódio directo. Sinto que o sistema que os alienou, que os levou àquelas

coisas, enfim até porque um marxista é sempre um humanista e tem consideração pelos indivíduos que foram alienados pelo sistema. O que não quer dizer que não haja indivíduos com todo o livre arbitrio, com defesa intelectual própria, em condições intelectuais óptimas para não terem sido criminosos e que o foram. Esses não podem ser de maneira nenhuma poupados e perdoados.

R. — E em que é que trabalhavas antes de ser preso? Trabalhavas em Luanda?

ADC. — Na altura que fui preso, estava despedido, era secretário privativo da Associação dos Naturais de Angola, e ao mesmo tempo sócio da Associação. Precisamente, por motivos políticos, tinha-me incompatibilizado há tempos com o director daquela agremiação.

Ao tempo tinham-lhe posto, o problema de enviar uns telegramas ONU e ao Salazar a apoiar a política colonialista e de guerra colonial que o Salazar pretendia fazer e fez, e eu tinha entrado em conflito com o indivíduo, conflito esse que aliás também deve estar na origem da minha prisão.

R. — Portanto trabalhavas aí na A. dos Naturais de Angola. Depois foste para o Tarrafal e estive lá 13 anos...

ADC. — Fui preso em Luanda em Novembro de 61, fomos depois julgados pelo tribunal militar de Angola. Aí estivemos no pavilhão da ex-PIDE e fomos depois transferidos para a PSP de Luanda, da PSP fomos transferidos para a cadeia Comarcá e daí fomos transferidos para o campo de concentração do Tarrafal. Portanto estivemos 3 anos em Luanda e eu 10 anos no Tarrafal. E fui libertado no dia 1 de Maio.

R. — O campo de Tarrafal é o mesmo que funcionou em 1940 e em 1950 para os portugueses?

ADC. — Absolutamente o mesmo. Aliás nós encontramos aquilo ainda em condições dentro das casernas, sem retretes, sem água canalizada; de maneira que se tornava insuportável viver naquelas condições quando fechados. Existia na parada uma rerete, evidentemente quando estivessemos cá fora é que poderíamos utilizar aquilo. Estávamos pelo menos 50% do dia e da noite fechados; nós até evitávamos fazer qualquer necessidade fisiológica, visto que depois ficaria irrespirável a atmosfera. Nós tínhamos que utilizar 5 penicos e sempre que a porta abria, tínhamos que vir cá fora despejar naquela rerete da parada. Evidentemente que isso reflectiu-se até ao funcionamento dos intestinos e nalgumas doenças, visto que às vezes só para urinar nos não chegavam os recipientes que tínhamos. A água canalizada veio mais tarde em 1967 ou 1968 e fizeram uma rerete lá dentro.

R. — Mas viviam dentro dos pavilhões ou podiam ir para o ar livre?

ADC. — Vivíamos nas casernas. A primeira caserna era para os guineenses, a segunda era para nós e o período diário estava dividido entre os dois; passávamos cá fora numa parada realmente

grande cercada por arame farpado e por umas muralhas de terra batida. Tinha um fosso e a terra que se retirou daquele fosso serviu precisamente para fazer as muralhas. Mais tarde em vez de três fiagens de arame farpado ficou só uma, o fosso foi ainda ampliado mas todo revestido a pedra e fizeram uma muralha enorme tipo castelo medieval, tudo em pedra maciça.

R. — E cada caserna quantas pessoas tinha?

ADC. — Eu quando cheguei encontrei trinta e tal angolanos e ultimamente quando fomos libertados éramos 52. Portanto estávamos mal alojados, havia camas de um lado e do outro, vivíamos muito próximos uns dos outros e de tal maneira que certa comonidade e certo conforto não poderia existir, porque estava tudo amontoado, cada um com as suas bagagens. Neste aspecto sofreram muito mais os quineenses visto que eram muitos mais; as casernas podem alojar vinte e tal pessoas com uma certa comodidade e eles eram cento e tal. Quando lá cheguei contaram-me que eles estiveram 6 meses sem sequer apanharem sol, com uma alimentação terrivelmente carenciada, adoeceram muitos e houve dois que morreram.

R. — E em Luanda?

ADC. — Por exemplo lá na PIDE o chefe de Brigada que nos interrogava, de nome Sabino, era um indivíduo que tinha por hábito pôr os seus presos durante uns dias sem alimentação, de maneira que dizia aos carcereiros para não alimentar o 13 ou o 14 ou 5 ou 7, conforme estivessem os presos nessas celas, e ficavam uns quantos dias sem comer, de maneira que quando iam para o interrogatório e para os espancamentos iam diminuídos fisicamente e mentalmente de uma maneira extraordinária; e ainda fazia mais, depois o médico ia lá fazer a parte, o enfermeiro também o acompanhava, eles medicavam, depois eles todos retiravam-se e passado um bocadinho o chefe Sabino entrava, agarrava os medicamentos, abria a pia e atirava-os lá para dentro. Naquele período, eu lembro-me que houve um indivíduo que se suicidou, houve alguns que estavam loucos e lembro-me do Casacanga, se não me falha a memória, que tinha enlouquecido; esse durante meses foi torturado e nós já conhecíamos os tipos de gritos daquele indivíduo, e espertávamos pelo postigo e víamos passar a cara dele parecia um monstro de carne pisada e sanguinolenta. Lembro-me que

uma vez nós estávamos no recreio e ele estava cá fora, recebeu a visita da mulher, a mulher aproximou-se, falou para ele, olhou para ele e ele não falava, não pestanejava. Parecia um bloco de pedra.

R. — Quem eram as pessoas que eram mandadas para o Tarrafal? Porque umas eram mandadas para o Tarrafal e outras não?

ADC. — Ainda hoje não percebo qual era o critério utilizado para mandar para o campo de concentração do Bissomo ou para o campo de concentração de S. Nicolau ou para o Tarrafal. Entre nós às vezes dizíamos que eram aqueles que ele consideravam mais perigosos,, mas evidentemente, eu, pensando nos presos que estiveram lá não me parece que tivesse sido esse o critério. Em função das pessoas que eu conheço não me parece que houvesse mais perigosos no Tarrafal do que em S. Nicolau ou no Bissomo. Não sei qual era o critério que essa famigerada polícia utilizava para dividir as pessoas por esses campos de concentração.

R. — Como é que vocês vieram de Angola para o Tarrafal?

ADC. — Fomos enviados de barco num camarote que era a enfermeira-prisão; as vigias tinham mesmo grades. E no alto mar abrimos-nos a porta. Muito antes de S. Vicente fecharam-nos novamente e fomos transferidos na Praia para gasolinas porque lá não há porto, e de gasolina fomos levados para a cidade. E na cidade o inspector que nos tinha ido buscar, entregou-nos ao director do campo, e depois de jipe com os guardas à nossa volta fomos levados para o campo.

R. — Quantos eram nessa altura, eram os três, o Luandino, o António, e tu?

ADC. — Encontrei foi 30 e tal lá. Presentemente quando fomos libertados éramos 52. Foram saindo vários indivíduos, foram entrando outros e assim sucessivamente. A altura de serem libertados, no dia 1 de Maio éramos 52.

R. — Quando saíste ficou vazio o campo?

ADC. — Não ficou lá nenhum preso político angolano. Na altura do 1 de Maio saíram os presos políticos cabo-verdianos que eram a corte e os presos políticos angolanos que eram 52.

R. — Como é que vocês receberam a notícia do golpe de Estado do dia 25 de Abril?

ADC. — Recebemos essa notícia só no dia 1 de Maio. De manhã o director reuniu-nos e disse que

Continua pag. 7

**V. I. LENINE
DO ESTADO**

à venda
brevemente

edições REVOLUÇÃO

GALIZA EM LUTA

entrevista com camaradas do U. P. G.

Desde o golpe de 25 de Abril uma organização revolucionária Galega, o U. P. G., Union do Povo Galego, mostra-se particularmente interessada pelo que acontece em Portugal. Falámos com militantes do U. P. G. e perguntámos-lhes primeiramente como foi recebido na Galiza a queda do fascismo no nosso país.

U. P. G. — O golpe de 25 de Abril e a queda do poder fascista português foi e é motivo de grande alegria e simpatia no seio do povo galego. Particularmente entre as camadas progressistas todas as opiniões são favoráveis ao MFA e os desejos são por um lado que se consolidem os aspectos positivos (as liberdades fundamentais, a destruição do aparelho fascista, etc.) e por outro lado que se vão tomando as medidas necessárias (sobretudo económicas) para a superação rápida das difíceis condições de vida em que se encontra o povo português.

"Revolução" — Queríamos falar mais claramente. Vocês conhecem a conjuntura actual, conhecem o que poderíamos chamar "o segundo golpe". Ainda que a situação seja difícil de analisar, que pensam vocês sobre as tarefas imediatas?

U. P. G. — Bom... andamos a observar por todo o país (que já conhecemos desde o tempo do fascismo) a situação do campo e a recolher informações sobre o sector industrial e, evidentemente, sobre a questão das colónias... e o problema, a nosso ver, não tem solução dentro de uma estrutura capitalista. E aqui está a grande dificuldade, e que torna verdadeiramente difícil o momento e a conjuntura actual. Considerando que o equilíbrio actual depende, porque as contradições estão claramente sobre a mesa e são agudíssimas, depende, dizíamos da situação e da correlação de forças de que dispõem as esquerdas por um lado e as direitas reacionárias por outro. Mas o perigo mais importante talvez resida na incapacidade do MFA tomar com urgência as medidas que o povo português reclama e necessita imediatamente.

"Revolução" — A que medidas concretas se referem vocês e que perigo concreto dizem poder existir?

U. P. G. — No que diz respeito às colónias, independência imediata. E no interior, dado o baixo nível das forças produtivas, o miserável rendimento "per capita", as miseráveis condições de vida... só há uma saída: a imediata nacionalização dos principais monopólios existentes no país e a socialização das terras, acompanhando isto uma política agrícola de desenvolvimento que seja racional. O perigo que se corre é o seguinte, a nosso ver: o povo português tem posto de parte as suas esperanças no MFA; se este não for capaz de lhe dar o que ele pede a situação será de conflito o que se presta a uma manobra da direita para voltar de novo a controlar o país.

"Revolução" — Queremos saber coisas sobre o vosso povo e sobre a vossa luta. O que é Galiza?

U. P. G. — A nível superficial, a Galiza é o país vizinho de Portugal, e com mais coisas em comum com

os lusitanos do que qualquer outro povo da península ibérica. A um nível um pouco mais profundo. A Galiza é um povo cujas características são tão parecidas com as do povo português que em muitos casos se confundem e o parentesco cultural e espiritual é tão grande que verdadeiramente estamos perante dois povos irmãos. Para um galego viajar por Portugal é viajar pela Galiza, mas ir à Andaluzia ou Madrid... é ir ao estrangeiro!

GALIZA E UMA NAÇÃO

"Revolução" — A Galiza, politicamente, o que é?

U. P. G. — A Galiza é uma Nação. Uma nação e um povo oprimido e espezinhado pelo estado fascista e colonialista espanhol.

A Galiza é uma nação simplesmente porque tem todas as características que a definem como tal. Logo, a Galiza não é uma região espanhola, nem a "região galega", é um simples departamento criado pela administração do estado fascista e imperialista espanhol.

Dentro do estado espanhol, a situação concreta da Galiza é a que corresponde a uma Colónia. A Galiza é uma colónia do estado fascista e imperialista espanhol porque este exerce sobre ela uma opressão política, económica e social que se manifestam fundamentalmente no seguinte:

Opressão política — pela imposição brutal da ideologia fascista no poder. Pela repressão (torturas, prisões, perseguições...) de qualquer forma política ou ideológica que nasça do seio do povo galego;

Opressão económica — manifesta-se porque a mais-valia obtida da indústria galega (indústria de conservas, de pesca, siderúrgica, etc.) é controlada e usurpada integralmente pelo estado através da burguesia galega fiel servidora dos interesses de classe da burguesia espanholista e do aparelho criado por ela para defender os seus interesses: o estado centralista espanhol. Porque as grandes remessas de divisas obtidas pela massiva emigração galega são controladas e usurpadas pelo estado espanhol através do poder oligárquico espanholista que estende a sua rede bancária até à Galiza, porque o controle dos recursos naturais de Galiza (Mineira, Terras, Quedas de Água Costas...) por empresas monopolistas espanholistas, eficazmente protegidas pelo aparelho estatal. Noutros casos o "control" é exercido directamente pelo estado, porque por exemplo, abandona ou semiabandona totalmente estes recursos privando-os do apoio estatal necessário, ou porque não são altamente rentáveis e o estado investe o capital noutros lugares e sectores mais rentáveis (como acontece com a indústria mineira galega), ou porque ao estado convém muito a obtenção a grande escala de divisas e provoca a ruína dos recursos galegos, potencialmente muito fortes (criando uma situação quase trágica de miséria e desemprego que obriga as grandes camadas populares galegas a encontrarem a "sua" solução na emigração). **A opressão social** —

manifesta-se fundamentalmente pela perseguição da cultura galega, procurando-se anular as suas características essenciais através da imposição oficial do idioma castelhano na escola, na igreja e na administração; pelo ocultar sistemático da realidade galega (história e realidade actual); pela repressão da sua produção filosófica, literária e artística; pela assimilação e deformação com o contexto do folclore (no sentido científico e positivo), "obrigado" a derivar num "folklorismo" deformado, assimilista e alienante; pela perseguição de qualquer indivíduo ou grupo galego que, na defesa dos interesses sociais de Galiza, se oponha aos "verdadeiros interesses" do estado colonialista espanhol.

O povo galego só dispõe de um único recurso; a sua força de trabalho. E o estado colonialista espanhol através duma repressão sangrenta, veda-lhe qualquer tipo de participação no control dos recursos económicos, qualquer tipo de manifestação, organização ou acção política que não defenda os seus interesses fascistas qualquer tipo de defesa ou divulgação das suas verdadeiras características culturais e sociais alheias à "cultura oficial".

"Revolução" — Bem... pensamos que o que acabaste de dizer é uma versão inédita da Galiza para os portugueses e uma versão clarificante do que verdadeiramente é o estado espanhol...

U. P. G. — A situação seria ainda mais clara se juntares ao que acabámos de dizer o facto de dentro

de Mas entendemos que para não entrar numa descrição anedótica do que constitui a luta das classes na Galiza devemos antes analisar a composição de classe na Galiza e as características das mesmas. Por um lado a classe mais importante pelo seu papel histórico é o **proletariado**, mas proletariado das indústrias e proletariado do mar que constitui um número que tende a crescer embora não seja muito grande actualmente pois a indústria na Galiza, é bastante reduzida. Até há pouco tratava-se de um proletariado "misto", que combinava o trabalho agrícola das suas próprias terras (fonte segura de sustento embora precário) com o trabalho das fábricas (fonte complementar). Este é um dado importantíssimo que no estudo do desenvolvimento da luta nos facilitará o seu entendimento. Agora, quantitativamente, existe mais proletariado "simples ou puro" que proletariado "misto". A segunda classe importante é constituída pelo **campesinato**. O camponês na Galiza trabalha fundamentalmente terras de minifúndio (pequenas) e propriedades isoladas. A produção é AUTÁRQUICA ou seja, produz fundamentalmente para os produtos serem autoconsumidos e a pequena parte que sobra é levada ao mercado NÃO em condições de obtenção de um capital destinado a melhorar a produção agrícola (por exemplo a introdução de tractores, protecção de culturas, etc.) com a qual obteriam mais capital, mas sim (é isto pela sua pequenez) a obter um pequeno

quena burguesia raquítica, com negócios pouco importantes, que se encontra desconectada entre si, sem experiência e que não tem praticamente saída no desenvolvimento económico espanhol. Além disso, está espalhada, não há grandes concentrações de pequenos burgueses.

Logo, uma classe muito importante hoje e que foi muito importante na história da Galiza é a burguesia não monopolista, a que nós chamamos **burguesia sucursalista**. Fundamentalmente esta burguesia é originária de fora da Galiza, não nasce, na sua maior parte, pela exploração burguesa dos recursos da Galiza através de gente galega. Esta burguesia não tem a intenção de abordar integralmente a economia galega, aumentando os investimentos na Galiza e fomentando o desenvolvimento industrial, mas sim, simplesmente, colocar complexos industriais na Galiza como elemento auxiliar dos seus investimentos noutros sectores e noutros lugares. Isoladamente há casos de burgueses galegos, mas em geral com falta de capacidade e de decisão para iniciar uma corrente de industrialização na Galiza. Esta burguesia "sucursalista" leva para fora a mais-valia, é como se fosse uma sucursal do capital espanholista para obter o máximo de rendimento na Galiza. Há ainda outros sectores menos importantes pelo seu número, como a burguesia monopolista, e outros sectores sociais como os intelectuais, os estudantes, etc.

Para ter uma noção objectiva de como se movem as classes na sua totalidade na Galiza há que ter também em conta o seguinte: ainda que no interior da Galiza existam todas estas classes que acabámos de especificar, é muito sintomático e decisivo ter em conta os dados da emigração. Na emigração encontram-se dois milhões e meio de galegos. Pode-se acrescentar a este número o facto de um dos principais ofícios do povo galego ser o ofício de marinheiro (pesca, etc.). Daí resulta que este grande contingente de população activa está fisicamente fora de Galiza e que não está presente na luta. Isto faz com que mais de metade da população activa da Galiza se encontre permanentemente, fora da Galiza.

AS LUTAS DO POVO GALEGO

"Revolução" — Pensamos que agora já se torna possível que nos respondam à questão que tínhamos formulado, ou seja: quais as formas que tem assumido a luta do povo galego para se libertar do colonialismo?

U. P. G. — Historicamente o povo galego tem vindo a travar uma luta contínua contra as forças assimilistas e exploradoras, estrangeiras e internas, evidentemente.

Há que falar especialmente a propósito dos séc. XI, XIV, das grandes lutas levadas a cabo pelos "IRMANDINOS" medievais; há que situar aqui o começo da dependência económica, política e cultural da Galiza, submetida ao reino, por aquela altura, de Castela.



do território oprimido pelo estado fascista espanhol existirem também outras nacionalidades: Catalunha e Euzkadi (o país Basco), mais o resto, o povo castelhano, todos igualmente oprimidos pelo estado fascista.

"Revolução" — No caso concreto da Galiza, quais são as formas que assume a luta do povo para se libertar da opressão a que está sujeito?

U. P. G. — O povo galego tem uma tradição muito rica de luta anti-opressiva e pela sua libertação,

capital com o qual se reproduzem as condições económicas da partida (reparação da ferramenta usada, substituição do gado velho por novo, etc.). Esta classe, os camponeses, numericamente são poucos, neste momento, devido à ruína do campo; inclusive são de uma idade muito avançada: são velhos, são mulheres e crianças, e a gente que poderia constituir a força viva do campesinato na Galiza emigrou.

A terceira classe é a **pequena burguesia**. Mas trata-se de uma pe-

ENTREVISTA

As lutas "IRMANDINAS" resultaram numa tentativa de dar uma solução de dentro da Galiza e para a Galiza aos problemas que realmente existiam e existem. A oposição a estes movimentos por parte dos sectores galegos, sobretudo da burguesia nascente galega que atraiça estes movimentos e adopta uma posição de aliança com os castelhanos, com o reino de Castela, e este já com um pé dentro de Galiza e com uma aliança militar com Portugal, consegue derrotar os movimentos realmente nacionalistas que defendiam os interesses verdadeiros da Galiza.

Aqui situamos o começo de toda a longa opressão do povo galego. Pois desde essa altura, desde os sec. XI-XIV até aos nossos dias, as lutas têm sido incessantes ainda que tenham passado por momentos de pouca actividade. Pensamos, e isto para não nos estendermos num historicismo que nos ocuparia imenso tempo, e independentemente do facto de não haver nenhum trabalho feito a sério na Galiza a este respeito, que agora o que poderíamos e que interessa analisar são os acontecimentos, é o desenvolvimento da luta de classes que levou á actual situação.

As características da luta desde o franquismo (pensamos que é o período que mais interessa analisar neste momento) podem-se resumir por alto da seguinte maneira. Imediatamente antes do franquismo, por volta de 1932/35, mais concretamente durante a República Espanhola, desenvolveram-se rapidamente, mas ainda com pouca força, os movimentos galeguistas impregnados fundamentalmente de ideologia pequeno burguesa ou burguesa.

Numa perspectiva pequeno burguesa, começou-se a considerar a Galiza como uma nação e reclamou-se á República a autonomia. Redigiu-se o Estatuto Autonómico que foi apresentado ás cortes (antes disso já a Catalunha e o país Basco o tinham apresentado). Entretanto a Galiza é reconhecida como nação pela Sociedade das Nações com sede na Suíça. Paralelamente a este processo, em cuja infraestrutura se encontrava o Partido Galeguista, as Irmandades Galegas, etc., o movimento operário é enganado pelas correntes sindicais e anarquistas...

É neste cenário que se dá a guerra assassina franquista. Esta implica para a Galiza a derrota das forças trabalhadoras e do povo em geral, a destruição de todas as organizações para a defesa dos trabalhadores, o aniquilamento dos direitos que a Galiza, como nação, tinha obtido dentro do Estado Republicano Espanhol, e, sobretudo, o grande massacre da vanguarda trabalhadora e intelectual galega.

Após o triunfo do franquismo, subsistiram ainda durante algum tempo vestígios de guerrilha rural galega que foi aniquilada com o tempo e por meio de silêncio e de terror.

UNIÃO DO POVO GALEGO

"Revolução" — E o Partido Comunista Espanhol?

U. P. G. — Este partido tem um carácter inicialmente espanholista. A um estado único (franquista) opõe-se um partido único. Adopta, na sua tática, o chamado Pacto pela liberdade, que consiste em exigir a Amnistia Geral, a Liberdade de Associação, de Reunião e de Expressão, e a legali-

dade para os partidos políticos. Tem este Partido Comunista Espanhol uma linha claramente revisionista, com uma posição de base muito concreta; no estado Espanhol não se pode dar passo algum com vista ao socialismo, 1.º) sem destruir o estado fascismo, 2.º) sem liberdades democráticas e 3.º) sem uma fase obrigatória de estado democrático burguês. Em volta destes princípios, o PCE aglutinou uma série de forças e movimentos que aceitam o PACTO e buscam um sistema anti-fascista e de liberdades democráticas: um sistema democrata burguês.

Numa perspectiva marxista-leninista, a linha do PCE afasta a Galiza da revolução que verdadeiramente resolveria os seus problemas. E porquê? Vejamos: 1.º) por não reconhecer na praxis a Galiza como Nação, 2.º) pelo seu carácter revisionista e 3.º) porque na sua prática observa-se o seguinte: a) por ter um conteúdo geral ao nível de todo o estado espanhol, nunca conseguiu adaptar-se às características concretas da Galiza; b) porque na sua política de pacto andou a colocar, no seio dos organismos legais fascistas os operários mais combativos (que automaticamente foram localizados e reprimidos se chegavam a sair das inaceitáveis margens da legalidade) e provocou assim uma grande perda de gente combativa, derrotas espectaculares, desânimo e condições subjectivas desfavoráveis á revolução galega; c) por não pretender uma verdadeira revolução socialista ao dirigir a sua luta no sentido da democracia Burguesa.

CRÍTICA DO REVISIONISMO

"Revolução" — Se não se importam, poderíamos dar um salto e falar sobre a vossa organização.

U. P. G. — A UNION DO POVO GALEGO é fundado no ano de 1964. A fundação do UPG não se deve a um capricho dos camaradas que o formaram nem é um produto casual e sem explicação.

navam-se insustentáveis, sem saída, e sobretudo cada vez mais claramente contraditórios com os verdadeiros interesses do povo galego; e 3.º) a penetração das ideias marxistas originavam uma posição revolucionária e radical.

Foi também nesta nova situação que um sector de galeguistas marxistas radicalizaram os movimentos nacionalistas de carácter pequeno-burguês, recolhendo a tradição de Castela actualizada e adaptada às novas condições da Galiza numa perspectiva marxista leninista, prospectando alternativas revolucionárias claras face ao movimento revisionista encabeçado pelo PCE, dando-se assim início a uma nova fase para a Galiza. Estas são as condições em que se funda o U. P. G.

"Revolução" — Sabe-se no entanto que, até há pouco, a ideologia espalhada pelo PCE era a mais facilmente aceite na Galiza, sendo também o PCE que possuía um apoio realmente importante das massas inconformistas. O que explica que isto tenha sucedido na Galiza?

A VIA REVOLUCIONARIA

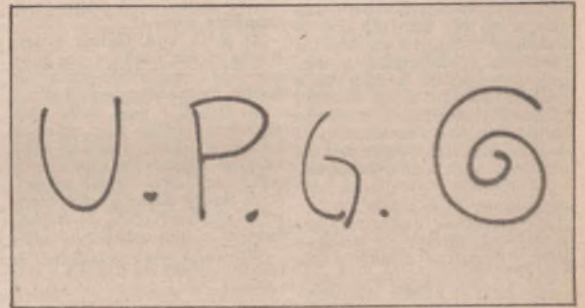
U. P. G. — Efectivamente a ideologia revisionista era a mais difundida durante um determinado período. Mas a razão é bastante clara. Já dissemos que o proletariado galego tinha um carácter misto, em que o trabalho na fábrica era uma forma de obter mais dinheiro, mas não a forma vital da existência. Logo, tratava-se de um proletariado sem capacidade (sem necessidade) revolucionária... e perfeitamente apto para o revisionismo e o reformismo que, definitivamente, iria melhorar em qualquer dos casos, a sua situação.

As classes pequeno-burguesas e burguesas não monopolista estavam encantadas, portanto com um programa revisionista... E o campesinato numa situação tal que mal podia subsistir, incapacitado para tentar ao menos uma simples

proletariado autêntico, à medida que este se foi concentrando cada vez mais nos núcleos industriais e nas fábricas cada vez maiores, à medida que vai desaparecendo o pequeno artesão para se converter em proletário, à medida que o estado da terra provoca o seu abandono total para se procurar emprego na fábrica... ou emigrar.

E assim foram nascendo na Galiza massas proletárias autenticamente revolucionárias que vão crescendo. Este processo começa em 1960 e chega a um ponto significativo em 1972 com a greve nacional galega do mês de Setembro.

"Revolução" — E como é que o U. P. G. penetra na luta de classes? Que carácter tem o U. P. G.? Qual a sua estratégia e a sua tática?



U. P. G. — Já nos referimos às razões históricas e de classe que provocaram o nascimento do U. P. G. Passemos agora à pergunta que nos fazes. O U. P. G. pretende dar um conteúdo autenticamente revolucionário às lutas de classe do povo galego, rejeita portanto o revisionismo e pretende a construção do socialismo na Galiza como fase anterior ao comunismo.

"Revolução" — Poderemos deduzir que o U. P. G. é um partido comunista?

U. P. G. — Não devemos adiantar-nos aos acontecimentos: o U. P. G. ainda não é um partido: é uma organização nacionalista, marxista-leninista, que adopta para o seu funcionamento interno o centralismo democrático pretendendo: 1.º) a organização de uma Frente de Libertação Nacional que englobe todas as classes e camadas populares galegas que estejam em contradição com o estado fascista e colonialista espanhol, para lutar pelo seu derrubamento e pela construção dum estado galego de Ditadura Democrática Popular, dirigida pelo proletariado; 2.º) a criação de um verdadeiro partido comunista galego, que dirija as lutas de libertação nacional e a construção do socialismo quando a Galiza for livre.

UMA FRENTE DE LIBERTAÇÃO

"Revolução" — Pelo menos aparentemente, consideramos que existe algo de contraditório no seguinte: que acontecerá uma vez criado a F. L. N. e o Partido: desaparecerá o U. P. G.?

U. P. G. — Não! O que se passará é que pouco a pouco cada secção da FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL GALEGA irá recrutando camaradas que não são militantes do U. P. G. (isto é o que

está a acontecer na fase actual), e o U. P. G. limitar-se-á cada vez mais a fazer trabalho de direcção e não de frente. Esta etapa actual deverá ter como resultado o seguinte: todos os galegos que estão em contradição com o Estado colonialista espanhol, por exemplo numa perspectiva cultural (opressão cultural), deverão unir-se na Frente Cultural na qual defenderão os seus interesses culturais, agrupando-se á volta da revista clandestina IRMANDINO. Os operários na FRENTE OBRERA, tendo como porta-voz a publicação clandestina XERME... O mesmo se passa com a FRENTE ESTUDANTIL, a FRENTE LABREGO, JUNTAS DE VECINOS... Assim o povo galego vai dando consistência a esta FRENTE na defesa dos seus legítimos interesses, auto-organiza-se e desenvolve a sua actividade re-

volucionária. Neste processo o U. P. G., que iniciou as actividades de cada frente, está a lançar as sementes do verdadeiro Partido Comunista Galego.

"Revolução" — Tendo o U. P. G. na fase actual um carácter de Frente, poderemos entender que entre os seus militantes existam elementos da pequena e média burguesia?

U. P. G. — Sim, numa primeira fase o U. P. G. era formado por elementos da pequena e média burguesia em número talvez qualquer tipo de sectarismo. A aplicação prática do materialismo dialéctico demonstra que só com a como a classificam?

CRISES INTERNAS SINAL DE CRESCIMENTO

U. P. G. — A nossa organização transformou o seu carácter, transformando-se aceleradamente numa organização proletária, em consequência da nossa prática dirigida no sentido da preparação de quadros cada vez mais revolucionários, por um lado; e por outro, o próprio desenvolvimento da organização que provocou várias crises internas (a primeira em 1971) acabou com uma corrente espanholista que pretendia converter o U. P. G. numa sucursal de outros movimentos espanhóis. Vencida esta primeira crise, acentuou-se o carácter revolucionário e nacional do U. P. G. e eliminaram-se da organização os elementos espanhóis. Uma segunda crise, uma no mais tarde, veio resolver a contradição existente no seio da organização. Uma corrente interna pretende intensificar a propaganda e agitação, a acção de massas... mas isto obrigaria a muita dedicação, a muito trabalho (não esquecer as difíceis condições da clandestinidade) e é assim que os militantes procedentes da pequena burguesia, não querendo perder as suas como-



interpretação da sua própria situação.

"Revolução" — Então poderão vocês explicar-nos porque foi mudando de sinal o carácter das lutas na Galiza, como se vai desmoronando o revisionismo e como se consolidam as autênticas vias revolucionárias?

U. P. G. — Fundamentalmente o revisionismo foi sendo rejeitado á medida que foi aparecendo um

U. P. G. ENTREVISTA

didades, começam a justificar-se, a não conseguir adaptar-se à nova etapa... O problema vem a resolver-se mediante a imposição da linha que alarga os seus contactos com as massas, actuando a cada momento, sem hesitar perante o esforço necessário, segundo os verdadeiros interesses do Povo naquele momento, aceitando as directrizes impostas pelo sector do proletariado no seio da Organização; Rejeitou-se a linha pequeno-burguesa. Acentuou-se desta maneira o carácter proletário do U. P. G.

“Revolução” — Falem-nos do problema do sectarismo. E do Internacionalismo.

U. P. G. — O U. P. G. recusa qualquer tipo de sectarismo. A aplicação prática do metalismo dialéctico demonstra que só com a actividade transformada da realidade se aprende... Estamos abertos a sugestões, colaborações e críticas de qualquer pessoa ou grupo; e estamos dispostos a colaborar com qualquer movimento que nos aceite em pé de igualdade. Procuramos a correcta aplicação (sem dogmatismo) do princípio unidade-crítica-unidade.

Porém, evidentemente, somos intransigentes com qualquer linha que se separe das intenções verdadeiramente revolucionárias que nós procuramos.

Por isso, na prática, acontece por vezes que não podemos colaborar com certos grupos porque as suas proposições são incorrectas, a menos que a prática nos prove o contrário. Por princípio nunca recusamos os contactos seja com quem for, se estes se realizarem em pé de igualdade. A discussão permite-nos tomar uma decisão e a prática, em definitiva, terá sempre a última palavra.

No que diz respeito ao Internacionalismo, ele constitui para nós um elemento básico e fundamental. Estendermo-nos sobre este problema seria fazer teorismo.

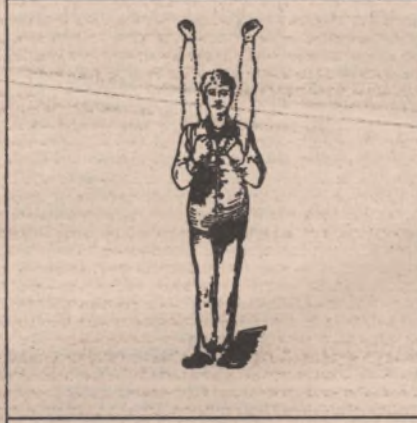
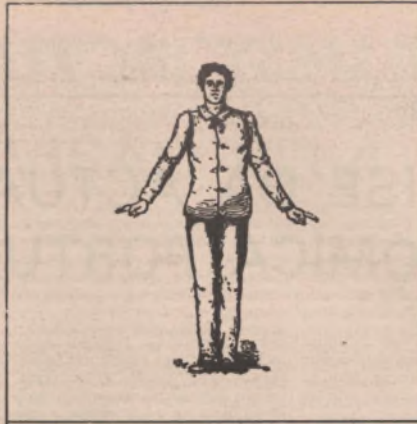
A luta dos povos proletários do mundo é a nossa luta, a luta de todos os povos do mundo é a nossa luta.

No que diz respeito ao problema que por vezes se levanta de que a luta pela libertação da Galiza (como as dos Bascos) é criar a divisão nas massas proletárias do estado colonialista espanhol, a resposta é que não e a razão é a seguinte: uma análise do problema espanhol demonstra-nos a existência real de várias nacionalidades oprimidas por um só estado. Então

o critério “num só estado-um só partido”, analisado de maneira superficial, verifica-se imediatamente que não é correcto porque não tem em conta o que significa dialecticamente o facto de que existam nacionalidades oprimidas pelo governo central.

Resulta ainda que na prática foi muitas vezes demonstrado que as directrizes dadas a nível de estado espanhol pelos partidos espanhóis foram de fracasso... Podes deduzir: é possível lançar uma palavra de ordem comum para os problemas do campo se a Andaluzia é terra de grandes latifúndios e a Galiza é só terra de minifundismo? E o que pensar duma palavra de ordem geral para os proletários quando em Euskadi existem grandes fábricas e grandes centros industriais e uma grande tradição de lutas proletárias e na Galiza apenas se acabou de sair dum proletariado misto, sendo a percentagem desta classe muito baixa, sendo o proletariado pouco concentrado e sem a tradição Basca?

Pode-se abordar da mesma maneira, o problema cultural e linguístico da Catalunha, onde a cultura e a língua catalã gozam de grande prestígio no seio do povo e que podem contar com grandes meios de imprensa e difusão... e o da Galiza, onde a nossa cultura e a nossa língua não dispõem de meios de difusão e se encontram bastante desprituadas no seio do povo como resultado de manobras do estado fascista e colonialista espanhol? Enfim, somos nacionalistas porque somos marxistas-leninistas e queremos realizar verdadeiramente a revolução e para isso temos em conta as condições reais existentes no estado espanhol e isto leva-nos a desenvolver a nossa prática na Galiza porque esta é uma Nação e isto, para nós, não apenas na teoria mas igualmente na prática. E a luta dos povos irmãos na Península Ibérica, os bascos, os catalães e castelhanos (submetidos ao estado imperialista espanhol) e a luta do povo português, assim como a luta que levam a cabo os outros povos do mundo, pela sua libertação nacional, pela autodeterminação e auto-organização, a que têm direito, pelo socialismo e pelo comunismo constituem igualmente a nossa luta. E sem negar de todo a intenção que temos de colaborar na luta anti-imperialista e pela construção do socialismo em todo o mundo, o U. P. G. deseja de maneira muito clara a concretização deste objectivo num futuro que não esteja longe a federação dos estados socialistas da Península Ibérica.



EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA OS SOCIAIS-DEMOCRATAS
Utilizar apenas em momentos de crise política ou qualquer outro tipo de chatice (greves, aumentos de salários, etc...)

ANTÓNIO DIAS CARDOSO — ENTREVISTA

Continuação pág. 14

tinha havido uma mudança de governo em Lisboa. E que não sabia se era para melhor ou para pior. Nós pensámos que tinha havido uma simples remodelação ministerial como de costume. E ele disse-nos ainda que não nos surpreendêssemos pelo facto de haver um bocadinho de barulho lá fora mas que eram umas famílias muito contentes pelo facto dos presos políticos cabo-verdianos irem sair, e não referiu que nós íamos ser libertados. Pôs o problema que talvez alguns sáissem; outros que eram presos políticos, mas que eram considerados presos de delicto

comum, porque tinham cometido actos de violência, esses talvez não sáissem, mas não nos pôs o problema que nós sáissemos de imediato naquela altura, nem as condições extraordinárias que tinham acontecido no dia 25 de Abril. Depois fez ali todo um espectáculo de teatro. Hoje percebo porque é que ele quis passar por um indivíduo democrata; atribuiu-se a si mesmo que sempre tinha sido democrata e retirou-se. Passado algum tempo, no período da manhã, nós começamos a ouvir alguns gritos; ora eu e mais alguns ousámos aproximar-nos do arame farpado, apesar do sub-chefe várias vezes nos fazer sinal para nos retirarmos. Então ouviamos lá fora

determinados tipos de gritos em que eram vitorizados o MPLA, PAIGC e FRELIMO, e em que se reclamava a libertação também dos presos angolanos, em que se gritava assassino. Depois compreendeu-se perfeitamente para quem é que o povo gritava assassino, era para o Director. E porque é que eles faziam pressão para que também nós fôssemos libertados. Realmente quando estávamos a ouvir estes gritos chamaram-nos para nos reunirmos lá na capela e entraram os advogados cabo-verdianos acompanhados do procurador de S. Vicente e um delegado da J. S. N. Foi-nos comunicado que nós todos íamos sair em liberdade, fez-se ali uma pequena cerimónia, em que

fomos chamados um a um e então nesse momento podíamos já sair em liberdade pelos portões. E saímos. Viámos cá para fora encontrar uma das cenas mais maravilhosas que vi na minha vida: tudo cheio, todo o povo cabo-verdiano se tinha juntado ali, praticamente a ilha de S. Tiago. Tinha vindo da Praia e de Santa Catarina, e das imediações e romperam o cordão das tropas e começaram a abraçar-nos e mostraram uma solidariedade, uma simpatia, que foi uma das coisas mais maravilhosas que eu jamais vi e vivi na minha vida.

R. — Era uma grande multidão?

ADC. — Uma multidão imensa, e mais do que isso, os cartazes que

tinham os títulos.

R. — Os cartazes o que é que diziam?

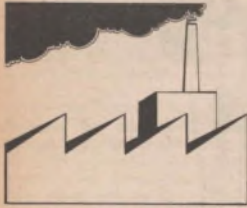
ADC. — Falavam sobretudo no PAIGC. E sobretudo — os tipos de vivas que davam em que os movimentos de libertação eram todos vitorizados.

R. — Quanto tempo é que essa multidão esteve à volta do campo?

ADC. — Eu infelizmente estava bastante fraco com o calor, com a emoção, com a surpresa, e aquilo tudo. Senti-me mal e houve um casal de comerciantes que vivem no Tarrafal e que verificaram isso.

ACTUALIDADE DO PAÍS

ANÁLISE DA ACTUAL SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA



Dada a instabilidade da situação actual, patenteada por múltiplas declarações e medidas, por vezes contraditórias, de membros do Governo Provisório e da Junta de Salvação Nacional, necessário se torna, mais do que nunca, proceder a uma análise detalhada da realidade concreta do país.

E atendendo a essa necessidade, que aqui reproduzimos uma tese para um congresso do PRP-BR, tese essa que visa a situação económica do país e suas possíveis saídas.

Entende a redacção do "Revolução" que o carácter polémico desta análise, carácter polémico esse expresso na forma inacabada do mesmo, só pode ser salutar na medida em que suscitará, estamos certos, uma discussão viva que não deixará de se produzir no envio ao jornal de sugestões e correcções desta análise.

I — BREVE CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA PORTUGUESA

Portugal é um país dito economicamente subdesenvolvido. Com maior precisão, podemos dizer que se trata de um país explorado, dominado, de economia deformada.

Mas, sendo ao mesmo tempo país colonializado e colonizador, também domina e explora outros povos. É por isso que, habitualmente, se fala em relação a Portugal de metrópole intermédia.

É manifesta a enorme dependência de Portugal em relação do imperialismo. Trata-se de uma dependência financeira, comercial, política e militar. Este tipo de dependência resulta, em geral, de situações coloniais ou neo-coloniais.

Em Portugal a presença do imperialismo manifesta-se principalmente na exploração do mercado de produtos, na exploração de baixo custo da mão-de-obra que, frequentemente, produz apenas uma pequena parcela do produto; manifesta-se também na técnica e nos técnicos importados.

Portugal é, na cadeia imperialista, um país subalterno, na medida em que lhe serve de intermediário na exploração das colónias. A presença portuguesa em África tem-se traduzido numa situação de ultra-colonialismo na exploração de riquezas e mercados; por um lado funcionou como elemento bloqueador e de distorção do crescimento económico desses países, na medida em que cortou a possibilidade de outros mercados e do estabelecimento e aprofundamento de relações económicas com outros países; por outro lado também foi o elemento bloqueador e de distorção da economia portuguesa.

A penetração imperialista, que cada vez se fazia sentir mais em Portugal através dos investimentos, sobretudo a partir da década de 60, aumenta também nas colónias portuguesas a penetração financeira. Por outro lado, os capitalistas portugueses aliados ao capitalismo internacional fizeram consideráveis investimentos nos últimos anos em Angola e Moçambique. Muitos são os ramos da economia portuguesa que, quer pela exploração dos mercados coloniais, quer pela importação de matérias primas a baixo preço estão dependentes da resolução do chamado problema colonial.

Era notável o agravamento da crise económica nos últimos anos, agravamento que não deixa de crescer até ao 25 de Abril. Para além das causas normais da crise geral do sistema capitalista, as guerras coloniais em África e a intuição galopante, uma das consequências destas, foram dos factos mais relevantes da crise profunda do capitalismo em Portugal.

II — POS-25 DE ABRIL

Depois do 25 de Abril, a crise vai agravar-se ainda mais como resultado das paralizações de produção originadas pelo movimento grevista. Segue-se uma total estagnação e até refluxo nos investimentos. Há fenómenos que se assinalam neste período e cujas repercussões depressa se farão sentir: saída de capitais, diminuição da entrada de divisas por intermédio da emigração e do turismo, aumentos de salários, desemprego, etc.. Entretanto a pequena e média empresas entram em pânico, apesar das promessas governamentais de ajuda; elas são impossibilitadas de suportar a subida do preço da força do trabalho. Muitas delas abrem falência ou ameaçam fazê-lo a curto prazo.

25 DE ABRIL — UMA CARTA SEM SAÍDA

Da crise económica existente antes do 25 de Abril, e é nesse sentido que jogou o capital financeiro, só seria possível sair acelerando o processo de acumulação de capitais, que permitisse uma aceleração dos investimentos. Mas a agudização das contradições do sistema é tal que se tornou para este impossível conseguir a referida acumulação necessária e, ao mesmo tempo, responder aos problemas que essa mesma acumulação implicaria. Assim, tal acumulação passaria por:

- um aumento no processo de concentração de capitais;
- um aumento de exploração da força de trabalho, isto é, um acréscimo da taxa da mais valia;
- uma exploração mais eficiente dos mercados de produto;
- a garantia de aquisição de matérias primas a baixo preço.

Ora, o aumento da exploração da força de trabalho é logo posto em causa pelo vigor e organização de que as classes trabalhadoras

deram provas, reivindicando melhores salários e melhores condições de vida. Só seria, então, possível aos capitalistas acumular como pretendiam se recorressem a um aumento de preços. Mas, daqui, aumentaria ainda mais a inflação e a tal nível, que a mais valia continuaria a não ser assegurada dentro dos valores desejados pelos capitalistas.

Restaria ao capital uma possibilidade de recuperar mais valia sem tocar significativamente os preços. Mas é pura hipótese teórica pois a renovação da maquinaria e da técnica implica também grande capacidade de investimento, para já não falarmos na falta de quadros capazes de assegurar uma laboração nesses moldes.

No que respeita à concentração de capitais, ela é, mais do que nunca, teórica e praticamente possível. No entanto, tal concentração não vem, só por si, resolver o problema dos investimentos, na medida em que tem como consequência inevitável o desaparecimento e/ou a absorção da pequena e média empresas que, mesmo absorvidas, só poderiam laborar se sujeitas a uma total renovação dos meios e métodos de produção, portanto, o recolocar o problema dos investimentos.

A exportação de produtos para outros mercados tem-se feito em dois sentidos: países imperialistas e colónias. No que respeita aos primeiros, parte significativa dessas exportações é já propriedade de empresas estrangeiras instaladas no país e que aqui vieram para aproveitar o baixo preço da força de trabalho. É também este baixo preço que permite a alguns capitais portugueses o lançamento de produtos no mercado europeu. Ora o aumento do custo da força de trabalho remete para o aumento da produtividade e a capacidade de concorrência nesses mercados.

Entretanto, a falta da técnica e dos técnicos necessários para tal, coloca a resolução do problema na possibilidade de uma ainda maior intervenção do imperialismo, do qual a dependência seria quase total. A verificar-se tal intervenção, esta seria a única via de integração de Portugal na C.E.E. Mas seria, portanto, mais adequado falar-se de absorção do que de integração.

É previsível, entretanto, um refluxo dos investimentos imperialistas no país, o que, a verificar-se, eliminaria a hipótese da via apontada. São de várias ordens as razões que determinam este fenómeno, de entre os quais são particularmente importantes o aumento do custo da força de trabalho apontado, a agitação social que desencadeará novos acréscimos nesse custo, a instabilidade política que põe em risco esses investimentos.

Os mercados coloniais para os produtos são já uma nova realidade e a independência desses territórios, qualquer que seja a forma em que se processe, acarretará perdas de privilégios que colocam em situação desesperada ou mesmo impossível alguns ramos de actividade in-

dustrial portuguesas. Portugal, perde, aqui, progressivamente, o papel de metrópole intermediária devido às novas condições criadas.

Idêntica é a situação no que respeita à aquisição de matérias primas. Os privilégios que possivelmente são conservados por este ou aquele grupo financeiro em Angola e Moçambique não alterarão o quadro geral da situação no que respeita à continuação de obtenção de privilégios. De qualquer modo, e tendo ainda em linha de conta que o processo anti-imperialista se alastra e avança por toda a periferia, com consequências visíveis do ponto de vista económico, é inevitável um significativo aumento do preço das matérias primas que Portugal necessita de importar.

A AGONIA DA PEQUENA E MÉDIA EMPRESA

Assiste-se, pois, a um agravamento geral dos factores que condicionam o crescimento económico dentro do sistema capitalista e que no caso presente envolve outro tipo de problemas de forma directa, exprimindo-se simultaneamente em grau elevado e de forma interdependente. E assim que certos factores da crise surgem especialmente agravados, quer pelos problemas financeiros quer pelos sociais e políticos.

E disso exemplo a crise da pequena e média empresas que, não sendo nova em si, se vê agravar em todos os aspectos. Com efeito, a acumulação e concentração de capitais acarreta inevitavelmente a crise permanente dessas empresas, sendo a sua manutenção ou expansão incompatível com o crescimento económico o qual depende da capacidade de investimento do capital financeiro. Nesse sentido, é óbvio o interesse deste no esmagamento de pequena e média empresa. Mas o ritmo desta mecânica deve, no interesse do próprio capital financeiro, manter-se dentro de determinados limites, a partir dos quais os problemas económicos e sobretudo sociais — desemprego — constituem uma séria ameaça para a estabilidade social e política. Se referir também o interesse do capital financeiro em nem sempre ver a pequena e média empresa um adversário puro e simples, na medida em que as pode utilizar como tampão para a luta de classes e para certo tipo de produção periférica canalizada para a grande empresa, portanto, como

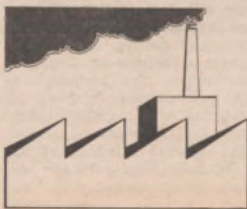
exploradora intermediária.

De qualquer modo, e na linha do que acima ficou dito, é claro que os problemas financeiros que se repercutem na dificuldade de subsídios e o súbito aumento do custo da mão-de-obra levaram já à falência muitas destas empresas e ameaçam muitas outras. A preocupação do Estado em intervir em seu favor é manifestamente insuficiente, ao mesmo tempo que comporta em si a mais flagrante das contradições: é que tal intervenção, a ser significativa, acarretaria um desvio de capitais necessários ao financiamento de novos investimentos, enfim, à intervenção do Estado nos moldes das sociedades altamente industrializadas, as denominadas de capitalismo monopolista de Estado. Tal desvio seria, pois, um factor de crise a médio prazo e motivo de uma imediata mobilização da grande burguesia no sentido do boicote económico.

NACIONALIZAÇÃO VIA IMPOSSÍVEL

Nesta impossibilidade de resolver a crise económica pela pequena e média empresas (condenadas à morte), pelo capital financeiro (sem capital, sem técnica e sem técnicos) e pelo imperialismo (sem possibilidade de superexploração e sem garantias sociais e políticas), poder-se-ia ainda considerar a hipótese de solução pela via estatal, isto é, pela nacionalização de grandes empresas de sectores considerados chave da economia do País.

Ora, a verdade é que uma séria limitação é desde logo imposta à tal projecto: a presença do imperialismo em quase todos os sectores, nomeadamente na produção industrial. A respeitar esta barreira, o Estado procederia afinal, à nacionalização da parte significativa do capital financeiro português. De qualquer modo, e respeitando ou não a referida barreira (que a ser violada conduzirá a uma inevitável reacção de boicote da parte do imperialismo), o Estado não mais fará do que transportar para as suas costas o peso dos problemas que tocam hoje os grupos económicos, as empresas a nacionalizar. E o tratamento diferente desses mesmos problemas, se lhe é benéfico na medida em que quarta a possibilidade de boicote dessas empresas, é-lhe prejudicial porque provoca o boicote organizado das restantes; para além disso,



ACTUALIDADE DO PAÍS

P. R. P. — NA TELEVISÃO PELA PRIMEIRA VEZ

P. — Fala-se há já algum tempo de crise económica. Qual é a opinião do PRP-BR sobre este assunto. Julgará o PRR que esta crise, a inflação, uma certa estagnação produtiva que parecem caracterizar muitas das sociedades capitalistas actuais no momento presente, serão meros fenómenos de conjuntura ou meros fenómenos passageiros ou pelo contrário são fenómenos que revelariam uma crise global e ao mesmo tempo aguda do sistema capitalista?

PRP-BR — Nós achamos que não se trata de problemas de conjuntura mas sim de uma crise que é própria do sistema capitalista e que essa crise se manifesta em Portugal de uma forma muito mais profunda do que em geral na escala mundial porque há contradições próprias da sociedade portuguesa que a agravam. Por um lado, o problema das guerras coloniais, com consequências inflacionárias, por exemplo. Por outro lado, a situação do país colonizador e colonizado que o situa numa posição difícil e de dependência, que é uma dependência comercial, financeira e política. Nós achamos que em Portugal a crise é de tal forma aguda que nem a democracia burguesa tem possibilidade de se consolidar. Nós achamos que a única saída possível e que será a curto prazo é a Revolução Socialista.

P. — Portanto trata-se de uma crise não apenas nacional, mas geral nos países não-socialistas que apenas por condições especiais no nosso país está multiplicada.

Muito bem, e quanto ao PRP, quanto à ideologia do vosso partido, parece positiva a corrente de pensamento, em relação essencialmente aos países ocidentais que denuncia uma preocupação exaustiva com um acréscimo contínuo da produção, preocupação essa detrimente de uma qualidade de vida do meio ambiente etc.

PRP-BR — Sobre esse problema, a nossa resposta é que o problema não é da qualidade da vida, na vida não tem qualidade nenhuma e o problema, portanto, é da transformação da vida actual. Isso implica a transformação social, económica e política desta sociedade. Consideramos que o capitalismo, o sistema capitalista, portanto à escala do planeta, à escala global conduz pelas suas próprias contradições, em duas direcções: ou a Revolução Socialista e portanto a transformação radical desta sociedade, ou no sentido, daquilo a que Marx chamava a "barbarie". Quer dizer os homens produzem contra si próprios. Isso na sociedade portuguesa actual é extremamente visível, quando por exemplo os homens têm automóveis mas já não podem andar porque as estradas estão bloqueadas. Há mil exemplos que podem ser dados. Os homens produzem, não bens no sentido de satisfazerem as suas necessidades espirituais, materiais, mas bens no sentido de fazer guerras no sentido da sua própria destruição ou então, bens perfeitamente supérfluos que servem de determinada camada reduzidíssima da população. E assim que é extremamente visível nos vemos ao lado de 1000 palácios 10 000 barracas. O problema não é de melhorar esta vida, mas de a transformar completamente.

Estou a ver, como toda a gente vê cartazes nas ruas, cartazes a que nós chamamos de reformistas que dizem que é preciso melhorar a vida. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que esta já é boa e que é preciso melhorá-la.

Ora o problema não é esse. O problema quanto a nós é que é preciso transformar completamente a vida. E essa transformação passa necessariamente pela Revolução, revolução que não é feita pelos revolucionários profissionais mas é feita pelos próprios trabalhadores, que são eles que produzem. Esta história dos revolucionários profissionais é porque ainda não há muitos trabalhadores, milhões de trabalhadores que tenham tomado consciência de que só eles podem fazer a revolução. Por isso no dia em que milhões de homens fizerem a revolução eu perderei o emprego.

P. — Não sei se algum destes dois elementos quer dar uma achega ao que foi dito...

PRP-BR — Para resumir o que foi dito, queremos dizer que não há três escolhas; ou o capitalismo conduz a uma desgraça universal, à desgraça de milhões de homens ou opomos ao capitalismo o socialismo. E opomos-lhe duma forma violenta revolucionária contra determinada classe privilegiada em favor de todos os que são explorados, de todos os que são oprimidos.

P. — (...)

PRP-BR — Eu gostava de dizer uma coisa se me permite, que é o problema de uma certa forma de violência. A classe operária não é violenta por si, ela é violenta na medida em que o poder da burguesia, o poder daqueles que detêm o dinheiro, as máquinas, as fábricas, os campos; esse poder para se exercer sobre os trabalhadores é violento. E a classe operária naturalmente, aqueles que não têm nada a não ser os seus braços e a sua cabeça, só se podem libertar exercendo a violência no sentido de se defenderem para conquistar outro mundo. É estreitamente assim que nós vemos o problema da violência, e nesse caso nós podemos dizer que somos a paz do futuro.

P. — De acordo com o projecto socialista do PRP-BR, como é que encaram a estrutura da organização das unidades produtivas desse futuro?

Parece que aqui teremos que admitir diferenças fundamentais com o presente. Assim poderá continuar a chamar-se à empresa com tudo o que isso implica de divisão do trabalho, de caracterização da força de trabalho, da separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

PRP-BR — Efectivamente, nós pensamos que a transformação da sociedade tem de ser radical. Para nós referimos à sociedade portuguesa actual existe uma classe, que é a burguesia, que oprime, que explora, que vive da exploração do trabalho dos outros e existem explorados, aqueles que produzem. Para nós na sociedade do futuro há uma transformação no sentido dos explorados desaparecerem, da burguesia desaparecer e dos explorados tomarem conta do poder; que eles o exerçam que sejam eles a mandar que sejam eles a estar nas administrações para que efectivamente a propriedade seja colectiva. Para nós os campos têm

de ser para todos, que devem ser de quem trabalha assim como as fábricas; também devem ser de quem trabalha em suma, todos os meios de produção que devem ser colectivos e portanto passa a ser uma sociedade sem classes. Nessa sociedade não chega a dizer que ela é sem classes. Dizer que uma classe desaparece e que fica a outra no poder. Pensamos que a forma como esse poder é exercido tem de ser de maneira a admitir que ele seja colectivo. Portanto as decisões em relação às fábricas têm que ser tomadas nas assembleias de fábricas reunidas, que delegam em comissões de trabalhadores o exercício dessas decisões e para nós a diferença que há nessas sociedades, entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, diferença essa que faz com que as pessoas que têm um trabalho manual sejam mais consideradas.

Todos nós temos assistido a uma posição em relação aos operários, que trabalham com as suas próprias mãos de inferioridade e de uma certa humilhação em relação às pessoas que trabalham com a cabeça. Nós pensamos que não pode haver de maneira nenhuma um destino para os que trabalham com a cabeça e um destino para os que trabalham com as mãos. Todos devem trabalhar com a cabeça e com as mãos; que essa divisão deve acabar uma vez por todas e que esse fatalismo tem que desaparecer numa sociedade socialista. E tem que ficar garantido que desaparecerá.

P. — E isso conduz-nos a focar um outro aspecto. Evidentemente na sociedade de que percurizamos tem que haver à mesma um papel importante. O papel do planeamento. Da organização económica e social gostava de saber uma coisa. Como é que se pode conciliar uma autonomia de gestão por parte das unidades produtivas com essa necessidade que é a do planeamento global?

PRP-BR — Ainda bem que fez essa pergunta em relação há outra. É importante que lhe explique a si e ao público que nós somos comunistas e que portanto para nós o planeamento é extremamente importante na medida em que pensamos que a sociedade deve desenvolver-se no sentido de produzir mais bens e tornar a vida dos homens melhor. E que isso evidentemente só pode ser conseguido com planeamento da economia, um planeamento social. Esse planeamento não deve contudo ficar a cargo de uma direcção do país reduzida a alguns homens, mesmo que sejam umas dezenas ou umas centenas de homens que a certa altura tomam conta do destino do país sem uma consulta e sem uma participação de toda a população. Pensamos que os trabalhadores actualmente têm capacidade de inteligência, têm maturidade para decidirem sobre a sua vida. E nesse aspecto a maneira de garantir que eles decidem efectivamente é que cada unidade de trabalhadores em cada empresa, em cada local de trabalho tenha órgãos que decidam, que discutam sobre o que essa empresa ou esse local de trabalho vai fazer. Em consequência disso pode dizer-se que isto pode provocar uma certa anarquia, uma vez que cada empresa, cada local de trabalho vai decidir sobre aquilo que faz e portanto como é

que isto se coordena.

Tem que haver efectivamente uma coordenação das decisões de cada local de trabalho e de cada empresa. Essa coordenação tem que ser feita por organismos, por direcções, eleitas a partir dessas tais comissões de trabalhadores de cada fábrica. Mas também nada nos garante que essa comissão eleita para coordenar as decisões de base vai efectivamente traduzir aquilo que é decidido nas várias bases de trabalho. Nesse aspecto nós pensamos que deve haver uma certa fiscalização por parte de todos os trabalhadores, todas as assembleias de trabalhadores sobre o que é que decidem esses organismos de coordenação.

Tem que haver uma fiscalização pelo público em geral, que o governo deve ser um governo de trabalhadores, é certo, mas isso não basta. Deve ser aberto ao público para que este saiba efectivamente o que é que se passa nos bastidores da política e acabar com as histórias dos bastidores da política.

P. — Em relação à crise económica, que parece já estar a produzir-se pelo menos no aspecto do desemprego, queríamos saber o ponto de vista do PRP-BR e a atitude no que respeita à resolução do problema, que vocês preconizam.

PRP-BR — A resposta já está de certo modo dada desde o início. A crise não se desenha pois é uma crise já de há anos e que se tem acentuado cada vez mais e que a única saída, como já tinha afirmado desde o início é a Revolução Socialista, nós não achamos qualquer viabilidade do sistema capitalista.

Em Portugal, para resolver a curto prazo os problemas graves com que se debate. E portanto não achamos viável que a democracia burguesa se consolide em Portugal. Vai continuar o desemprego e cada

vez mais, mas achamos que os trabalhadores têm que continuar as lutas pelos seus interesses enquanto houver capitalismo.

P. — Julga viável um projecto socialista radical, no nosso país tendo em conta dois aspectos fundamentais: um a nossa situação geográfica e o outro a nossa íntima integração no capitalismo ocidental.

PRP-BR — Gostaria de lhe responder em primeiro lugar: são, digamos, os factores principais que impõem um projecto que chamou radical de transformação da sociedade. Portugal é um país extremamente dependente sob todos os pontos de vista: económico, social político e militar, digo militar de propósito. Isso impõe para a libertação de milhões de trabalhadores que ele se liberte dessa dependência, para que Portugal não continue a ser, como milhões de trabalhadores, um país completamente atrasado, sob todos os pontos de vista. Para que o nosso povo não continue a sofrer em todos os aspectos uma vida perfeitamente humilhante e é por isso que nós consideramos o facto do 25 de Abril, facto extremamente importante e para o qual nós pensamos, sem vaidade, ter dado uma certa contribuição na luta clandestina.

Pensamos que essa transformação não chega. O fascismo foi produzido por quê? Foi produzido pelo capitalismo. Penso que ninguém põe em dúvida que o capitalismo se mantém. Mantendo-se o capitalismo e exercendo a forma de exploração sobre os trabalhadores portugueses — a gente viu o que acaba de acontecer com a vaga de greves — pode mesmo no aspecto político dar origem a novas formas políticas de dominação brutal sobre os trabalhadores. E parece-nos que

DOSSIER
BRIGADAS
REVOLUCIONARIAS

à venda brevemente

ACTUALIDADE DO PAÍS

TRABALHADORES AFRICANOS EM LUTA

Os despedimentos em massa de trabalhadores têm afectado particularmente os trabalhadores cabo-verdianos e guineenses.

Numa entrevista que nos foi concedida por camaradas do Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné (GADCG), obtivemos alguns dados para a compreensão da situação e condições de vida destes trabalhadores em Portugal.

REVOLUÇÃO — Como nasceu o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné?

GADCG — Este grupo nasceu por iniciativa de um grupo de cabo-verdianos, sem ter perspectivas políticas; pretendendo, embora, ser um grupo de acção política, não tinha perspectivas concretas acerca do que o próprio grupo iria ser. Nessa altura começou por ser o Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde, portanto, uma tentativa tímida, sem qualquer espécie de orientação política para um grupo que pretendia ser um grupo de intervenção política.

Mas, de imediato, apareceram pessoas que levantaram o problema, acerca do que seria politicamente a representação do povo de Cabo Verde. Nesse aspecto tornou-se inequívoco que o único representante político das aspirações dos povos de Cabo Verde e da Guiné é o PAIGC: aí avançou-se um passo. Não só o PAIGC é o real representante do povo de Cabo Verde como também o PAIGC não representa unicamente o povo de Cabo Verde, representa também o povo da Guiné. Logo se a luta do PAIGC sob a sigla "Unidade e Luta", é uma luta contra o colonialismo, para a luta pela independência dos dois países, não se compreenderia que se formasse aqui um grupo que reconhecendo no PAIGC o representante do povo de Cabo Verde e da Guiné, fosse contra a unidade da Guiné e de Cabo Verde. Assim este grupo por circunstância da sua formação histórica chama-se Grupo de Acção Democrática de Cabo Verde e Guiné.

Somos um grupo de intervenção política que reconhece como legítimo representante dos povos da Guiné e Cabo Verde o PAIGC;

REVOLUÇÃO — Qual tem sido a vossa prática política como grupo?

GADCG — O grupo ao formar-se não podia ser alheio a uma coisa, que é a presença de mais de 40 000 cabo-verdianos em Portugal. Assim temos tentado desenvolver toda a nossa acção no sentido do esclarecimento político desses trabalhadores: o esclarecimento do momento político que atravessamos, quais os problemas reais que estão na base da sua vida para Portugal, a denúncia do sistema colonialista, e tanto quanto possível a destruição das ilusões de que pode haver aquilo a que já se chamou "colonialismo democrático", que tomaria em suas mãos o problema de Cabo Verde e tentaria resolvê-lo "séria e honestamente". Porque conhecemos a essência do colonialismo, sabemos que isso não é possível e portanto neste momento uma das nossas tarefas prioritárias é o esclarecimento político a essa massa de trabalhadores.

Além disso depois do 25 de Abril, os próprios portugueses são confrontados, digamos, com as colónias; de toda a mistificação anterior em que se falava dos problemas "ultramarinos" e da

construirmo o seu futuro.

REVOLUÇÃO — Como se concretizará essa unidade?

GADCG — Cabo Verde não faz parte do Estado de Guiné-Bissau. O PAIGC nunca disse que Cabo Verde será integrado no Estado de Guiné-Bissau.

Trata-se de outro território, que se tornará num estado. A Assembleia Popular da Guiné já se pronunciou pela unidade, agora terá que ser a Assembleia Popular de Cabo Verde a pronunciar-se nesse sentido.

REVOLUÇÃO — Tudo leva a crer que a acção política do PAIGC determinará o reconhecimento pelo povo de Cabo Verde dessa realidade histórica.

GADCG — Há todo um trabalho de esclarecimento político porque há muita confusão, deliberadamente lançada, no sentido de confundir as pessoas dizendo-se: "os cabo-verdianos vão ficar sob domínio dos guineenses", tal como na Guiné haviam dito "seremos dominados por cabo-verdianos".

REVOLUÇÃO — Isso são manobras da burguesia cabo-verdiana...



GADCG — Sim, se é que se pode falar de burguesia cabo-verdiana. Pode-se sim considerar a existência de uma pequena burguesia, que em certos casos é proprietária, é aquilo que se poderá chamar "burguesia compradora". Mas em Cabo Verde devido ao frágil desenvolvimento das forças produtivas, a dependência dessa burguesia não tanto em relação ao imperialismo em geral mas ao sistema colonialista português, torna-lhe essencial, fundamental para a sua sobrevivência como classe, a manutenção do sistema colonialista português. Nesta medida as teses federalistas poderão encontrar algum eco em Cabo Verde. mesmo entre os trabalhadores esta manobra demagógica pode infiltrar-se, devido sobretudo aos condicionalismos em que Cabo Verde tem vivido nos últimos anos: isolamento em relação ao resto do Mundo, os esforços desenvolvidos pelo PAIGC no sentido de uma solidariedade com Cabo Verde, tem barrado com os entraves postos pelo colonialismo português apoiado pelas forças imperialistas, as "ajudas" de Marcelo Caetano

nos sabemos quais eram e como ficavam quase todas nas mãos dos burocratas, o analfabetismo e a miséria. Tudo isto conduziu o nosso Povo a uma situação de insegurança que pode ser favorável a essas manobras demagógicas.

No entanto a adesão ao PAIGC é cada vez maior.

REVOLUÇÃO — há uma batalha a travar. Em relação aos trabalhadores cabo-verdianos aqui em Portugal, o que é que vocês pensam?

GADCG — Ao começo da emigração os trabalhadores não vinham para Portugal, só quando lhes foi vedada a passagem por outras fronteiras eles passaram a vir em massa para Portugal por volta de 1970. Sem dúvida que as condições de vida aqui eram mais promissoras do que em Cabo Verde onde os salários eram de 155 por dia e tinham que dar para uma família de normalmente mais de 7 pessoas, ainda por cima havendo uma tal escassez de trabalho que nas famílias numerosas só um número limitado de pessoas de cada família podia trabalhar. Estas limitações ao trabalho mantiveram-se depois em relação às famílias que tinham membros a trabalhar em Portugal.

E de referir que antes desta última "crise" os fluxos migratórios dirigiam-se principalmente para S. Tomé numa condição de semi-escravidão ou pode-se mesmo dizer contratado. As pessoas tinham um contrato de trabalho, trabalho forçado, e ao fim de muita miséria, maus tratos, e trabalho estenuante durante 5, 6, 7, e, há pessoas que trabalharam 10 anos, tinham acumulado 2 a 3 contos...

Só a relação colonial, no entanto é que justifica a sua presença aqui. Neste momento estamos a ver que este vínculo está a ser posto em causa e vai arrebentar. O cabo-verdiano que trabalha aqui vai de um momento para o outro deixar de ser um indivíduo politicamente submetido, para passar a ser um cidadão de um país estrangeiro que vende a sua força de trabalho e como tal tem direito a um salário igual aos outros, tem direito a condições de vida iguais às dos outros trabalhadores.

REVOLUÇÃO — Em relação às condições de vida e de trabalho que os trabalhadores cabo-verdianos suportam em Portugal um de vocês conte-nos a sua experiência.

TRABALHADOR — Eu vim a Portugal procurar trabalho. Aqui há trabalho, e os salários são mais altos, mas o facto de ser bastante mais elevado não significa que a gente não viva mal. Nós temos que mandar dinheiro para a família, mas a vida aqui é muito mais cara, para o conseguirmos temos que dormir em barracas, sem condições, temos que fazer a nossa comida, lavar a nossa roupa. Agora trabalho numa fábrica, mas antes trabalhava na construção civil e vivia numa barraca, eu tinha que cozinhar com as minhas mãos, lavar a roupa com as minhas mãos pois de contrário, se eu visse numa pensão, já não podia mandar dinheiro para a família.

No trabalho nota-se uma discriminação racial, os tra-

balhadores portugueses que vieram de África têm uma certa tendência racial, não têm outra conversa que não seja: eu fiz isto e aquilo a uma preta, matei tantos pretos; com isto nenhum africano fica satisfeito. Esta discriminação também se vê no trabalho, na medida em que, os trabalhos mais duros, mais sujos, mais porcos e pesados são dados aos africanos, mas isto é porque o patrão consente.

REVOLUÇÃO — Com que idades é que os trabalhadores começam a trabalhar aqui em Portugal?

Há crianças de 12, 13 anos de idade.

Além disso o trabalho não oferece nenhuma condição de segurança. Eu mesmo vi um acidente de trabalho grave com um colega meu.

GADCG — Em relação à discriminação racial de que falamos há pouco, é de salientar a existência de tabelas móveis de salários, isto é, há gradações salariais que tendo embora diferenças mínimas entre si, às vezes de 55 diários vão determinar ao nível das relações de trabalho, um clima de competição e discórdia entre os trabalhadores. Isto passa-se por exemplo na construção civil, é fomentado pelos capatazes que colocam invariavelmente os trabalhadores cabo-verdianos numa situação de inferioridade.

Um outro aspecto em que se nota esta discriminação é ao nível dos alojamentos. Principalmente na construção civil as próprias firmas dispõem de alojamentos-barracas — destinadas quer aos trabalhadores portugueses da província normalmente, quer aos trabalhadores africanos. No entanto o que é que nos vemos? Lado a lado existem barracas em que para cada trabalhador português há um quarto com uma cama, e na barraca do lado num quarto com idênticas dimensões estão alojados 8 a 10 africanos em tarimbos sujíssimos.

Os trabalhadores portugueses até agora não têm levantado a sua voz contra esta situação de maior opressão, extrema opressão em que esses trabalhadores vivem, já que eles vão tendo uma migalhinha a mais.

Com a nova situação política criada em Portugal particularmente no que diz respeito à sua posição colonial, os patrões tem encontrado novos argumentos demagógicos para fomentar o racismo e dividir os trabalhadores portugueses e africanos. Assim despedindo os trabalhadores africanos os patrões dizem: "se querem a independência então vão para a vossa terra", procurando e conseguindo malgastar casos evitar a solidariedade dos trabalhadores portugueses. Isto é tanto mais grave, quanto muitos daqueles trabalhadores não sindicalizados, ou os seus patrões argumentam que eles são trabalhadores contratados mas não efectivos, ou ainda que não têm a quarta classe. É de salientar que quando a falta de mão-de-obra era muita estes trabalhadores a maior parte deles analfabetos ou com baixíssima escolarização foram admitidos ao trabalho, agora que em Portugal os despedimentos aumentam cada vez mais utiliza-se

ACTUALIDADE DO PAÍS

VÍTIMAS DUAS VEZES DO COLONIALISMO E DO CAPITALISMO PORTUGUÊS

o argumento desta maneira.

REVOLUÇÃO — Onde é que se dá maior concentração de trabalhadores africanos?

G. A. D. C. G. — Na construção, metalurgia, minas... A propósito é de salientar as péssimas condições de trabalho que existem nas minas, levando muitos trabalhadores a doenças que os vêm a incapacitar para o trabalho, as sífilicos e outras doenças pulmonares crónicas são frequentes.

Em relação a despedimentos é difícil obter dados que deem a ideia da amplitude dos despedimentos, já que a maior parte destes trabalhadores não estão sindicalizados.

Nós próprios desenvolvemos uma campanha no sentido da sindicalização dos trabalhadores porque embora a defesa assim obtida não seja muita, sempre é alguma coisa.

Os nossos grupos de trabalho recolheram alguns dados que vos podemos dar com a ressalva de que algumas das situações apontadas poderão já ter sido resolvidas, dado que uma certa paralização no sector da construção que houve depois do 25 de Abril, parece ter sido ultrapassada o que não impede que os despedimentos continuem. As causas económicas e políticas desta vaga de despedimentos mantêm-se.

REVOLUÇÃO — Sim essas causas mantêm-se e levam também ao despedimento em massa dos trabalhadores portugueses. Este fenómeno parece que joga um papel importante em relação às possibilidades de uma luta comum e portanto ao ultrapassar da situação de racismo entre os trabalhadores, já que algumas das suas causas, as situações de discriminação por exemplo desaparecem.

G. A. D. C. G. — A prática tem demonstrado isso, os trabalhadores caboverdianos têm participado activamente nas lutas travadas depois do 25 de Abril, para melhoria de salários e condições de trabalho e contra os despedimentos. Na firma J. Pimenta na Reboleira em que após os primeiros despedimentos e perante uma nova ameaça de despedimentos os trabalhadores acabaram por tomar uma posição firme. Os despedimentos atingem principalmente os trabalhadores africanos, houve uma tomada de posição colectiva de todos os trabalhadores a qual consistiu na ameaça de uma greve no caso de haver mais algum despedimento.

Alguns números que servem de apontamento acerca dos despedimentos de trabalhadores africanos:



Locais em que houve despedimentos mas cujos números desconhecemos: Minas da Panasqueira, Icesa no Cacém, Amadeu Gaudêncio, Sopeate, Cuf.

O sistema de trabalho actualmente na Cuf prevê que os trabalhadores tenham um período experimental de 1 mês, no entanto aquilo que acontece realmente é que este período se prolonga por sucessivos meses acabando os trabalhadores por ser despedidos com 5 a 6 meses de trabalho na empresa, nunca tendo conseguido o contracto definitivo.

REVOLUÇÃO - Qual é vosso trabalho em relação à alfabetização?

G. A. D. C. G. — QHá uma certa dificuldade nesse nosso trabalho porque os trabalhadores africanos foram conduzidos a uma situação em que dizem que para eles não há necessidade de aprender.

Os dados estatísticos difundidos nos últimos anos, pelo regime colonialista, davam a entender que o ensino em Cabo Verde era uma maravilha, ora aquilo que realmente se passa, é que em Cabo Verde não há um mínimo de infra-estruturas. Nem sequer edifícios escolares há em número suficiente, os professores eram pessoas com a quarta classe que faziam um curso intensivo de 2 ou 3 meses no qual aprendiam a história de Portugal e cantos do Minho ao Algarve além do hino nacional claro.

Gostava de vos contar a este propósito o que se passou com um camarada que dava aula num posto.

Este camarada na sua escola ensinava a história da África e não ensinava o vira do Minho, as crianças nos seus intervalos dançavam batuca.

Um dia em que ele faltou os meninos estavam lá na sua batucada e apareceu o inspector que lhes perguntou porque é que não cantavam o hino nacional. Os meninos então disseram que com aquela música é que se sentiam mais alegres, aquela é que eles cantavam na escola...Este camarada foi preso e então levaram-no para o Tarrafal...

REVOLUÇÃO — Queres nos contar como é que vocês aqui em Portugal ocupam os tempos livres, isto é o tempo em que não estão no trabalho?

TRABALHADOR — Quando acaba o trabalho faz-se a comida, às vezes faz-se a comida para o outro dia; depois de jantar sentamo-nos a conversar, as pessoas falam muito de saudade da família, de ir para Cabo Verde, e quando passa um avião às vezes a gente se abraça e diz não sabemos quando iremos para Cabo Verde. Falamos de quanto mandamos à família, das cartas que recebemos, os já mais idosos às vezes choram quando recebem cartas dos seus filhos pequenos numa letra mal escrita; às vezes falamos das condições de trabalho, das condições que o trabalho não apresenta, também se falava um pouco de política, às vezes se falava do nome do camarada Amílcar Cabral, outros ficavam tristes, outros se revoltavam da morte dele, diziam que havia de ser vingado.

Nos tempos livres mais grandes

nos domingos vamos à Estrela, vemos os outros camaradas, temos notícias, às oito, nove horas vamos para casa, comemos nos deitamos e no outro dia de manhã cedo voltamos ao trabalho.

As pessoas que trabalhavam ao sábado de tarde tem que lavar a roupa de noite até às 10 ou 11 horas, as outras lavam de tarde.

G. A. D. C. G. — Além do local de encontro na Estrela ao domingo, temos que referir outros locais que resultam da desumanização do trabalho, a maioria não tem cá família, é a procura do alcool e da prostituição. As mulheres caboverdianas, por exemplo, são impelidas por esta sociedade a abandonarem certos hábitos de vida simples que tinham e a adoptar o uso por exemplo de cosméticos, a falta de dinheiro e os outros condicionais da sua vida empurram-nas para a prostituição. É de salientar que existe toda uma rede de exploração que resulta de os trabalhadores não terem alternativas a este nível.

Outras formas mais saudáveis de utilizar os tempos livres não existem ou são muito dispendiosas ou não têm nada que ver com a sua cultura, com os seus hábitos.

É de referir ainda que nalguns locais os trabalhadores nunca saem do sítio onde vivem, onde trabalham e onde têm a sua barraca.

REVOLUÇÃO — Qual vos parece ser a perspectiva da grande massa de trabalhadores caboverdianos em face da nova situação política?

G. A. D. C. G. — O colonialismo português não criou nenhuma condições de sobrevivência. Neste momento portanto, se os 40 000 caboverdianos que cá estão regressassem, o problema criado era gravíssimo; se o povo em Cabo Verde morre de fome, morrem diariamente crianças de fome, o regresso imediato dos emigrantes era pior ainda.

REVOLUÇÃO — O problema de Cabo Verde coloca de uma maneira extremamente aguda o problema do internacionalismo.

G. A. D. C. G. — Até hoje o

colonialismo tem fechado completamente as portas a qualquer tipo de penetração de auxílio. A tarefa prioritária a nível de Estado de Cabo Verde será criar as condições mínimas a nível de infra-estruturas, desenvolver a agricultura, a pesca que não só é possível como é importante do ponto de vista de alimentação da população. Em Cabo Verde neste momento embora exista uma abundância de peixe a alimentação da população é extremamente pobre em proteínas, porque todo o peixe pescado vai para o estrangeiro (Japão).

Todo o problema de construção da economia do futuro Estado caboverdiano levante necessariamente o problema do internacionalismo, da solidariedade internacional, da possibilidade de estabelecer um sistema de trocas que não seja o dominante em sistema capitalista, completamente desfavorável a países subdesenvolvidos.

Num futuro próximo os investimentos que se tenham que fazer devem ser feitos pelo Estado (futuro estado), mas o Estado não dispõe à partida de qualquer acumulação de capital que vá permitir isso, o que põe na ordem do dia a necessidade de a esse mesmo estado serem facultados empréstimos em condições de retribuição favoráveis, o que só pode ser feito numa perspectiva internacionalista.

O PAIGC tem posto sempre o problema de ser auxiliado incondicionalmente no desenvolvimento quer da luta armada quer de todos os aspectos da vida das populações, económico, social e político.

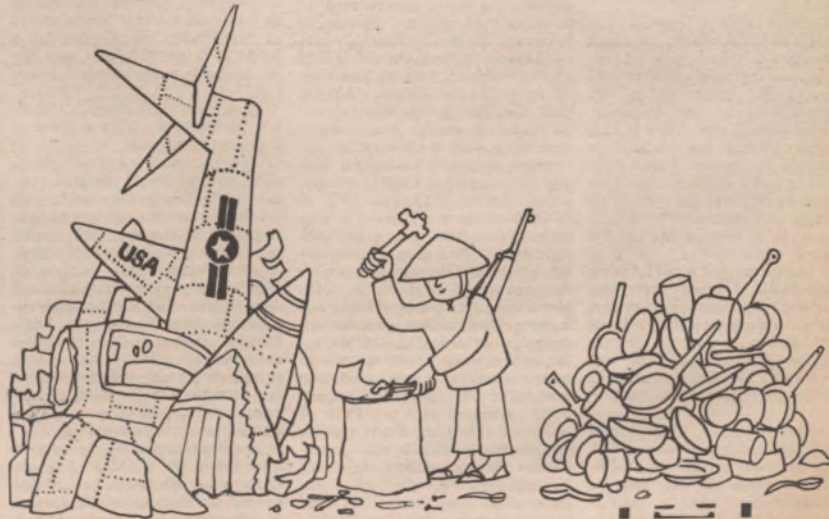
Tal como os trabalhadores portugueses os trabalhadores africanos estão sujeitos em Portugal a uma feroz exploração, que por vezes assume formas ainda mais violentas e discriminativas. Os trabalhadores têm que compreender que são aliados de um mesmo combate: a luta contra a exploração hoje, a construção de uma vida diferente, de uma vida sem exploração, nos seus respectivos países, amanhã.

DADOS

Minas da Borralha	400
Quinta de Iagos	300
Satrel	150
Somague	600
Setenave	20
Sacor	18
Spoc	43
J. Pimenta (Belém)	6
J. Pimenta (Porto Salvo)	25
Soc. Lisbonense de Metalização	2
Tradex	4
Domingos Franco de Oliveira	3
Metalúrgica J. B. Cardoso	19
Construções J. dos Santos	12
Habitat	3
Alicerce	12
Impec	12
Fábrica Plastina	4
Guilherme Nunes Coelho	10
Edificadora L. Alves	5
Santos Paixão	3
Proconstrói (Miratejo)	20
Virgílio Preto	8
Manuel Augusto Atalaia	5
Honra	3
Joaquim Francisco dos Santos	14
Hospital de S. José	20
Nicorel	6

**ESCREVE-NOS
PARA O
APARTADO
N.º 4117**

**FALA
CONNOSCO
PELO TELEFONE
71 09 82**



DOSSIER

U.N.I.T.A.

CARTA ENVIADA POR JONAS SAVIMBI AO GENERAL LUZ CUNHA EM 26 DE SETEMBRO 1972

Memorandum enviado a Sua Excelência o General Luz Cunha comandante chefe das forças armadas em Angola, a pedido de Sua Ex.^a o General Bethencourt Rodrigues comandante da zona militar Este.

Excelências,

Antes de entrar em considerações de ordem prática, em seguimento aos contactos que mantemos, gostaria de pedir a V. Ex.^{as} que transmitissem as minhas homenagens emocionadas por ocasião do 4.º aniversário da chegada ao poder de Sua Ex.^a o Professor Marcello Caetano, presidente do conselho de Ministros. Aproveite também para enviar as minhas felicitações a Sua Ex.^a o General Luz Cunha pela sua nomeação na alta responsabilidade de comandante chefe das forças armadas em Angola.

As dificuldades da luta clandestina, as realidades da vida em Angola e as perspectivas de uma solução de equidade para os problemas que afligem nos nossos dias a população desta terra permitem-me antever o curso final que os acontecimentos vão tomar em Angola. Qualquer que seja a distância a percorrer até à solução final, nós temos a certeza que as autoridades estão já em posição de vitória, graças aos inúmeros meios de que elas dispõem (...), na política de renovação na continuidade praticada pelo governo (...). Não que nós diz respeito, nós desejamos de forma decisiva a radicalização da guerra no sector Este. Fizemos tudo o que estava em nosso poder para enfraquecer as forças do inimigo comum (...).

A nossa análise permitiu-nos designar o MPLA como o principal obstáculo à paz, não simplesmente no Leste mas em todo o território de Angola. As informações em primeira mão de que dispomos, autorizam-nos a crer que o MPLA prepara outras emboscadas e operações contra as Forças Armadas, contra a UNITA, e alimenta a intenção de desalojar a UPA (3) do Zaire (...) através de manobras de unificação entre o MPLA e a UPA.

O Zaire sabe que o MPLA mais do que desalojar os seus protegidos da UPA, das zonas fronteiriças com Angola, fará em breve um período de subversão contra o próprio regime do Kinshasa. A prudência do general Mobutu decausa unicamente sobre dois factores:

a) A posição que os americanos podem tomar em face desta manobra de unificação do MPLA e UPA, mas a história já nos mostrou suficientemente, que a política americana é muito inconstante, age

sempre com atraso e simplesmente quando os seus interesses estão em jogo. No flirte que existe entre as grandes potências e a OUA, ninguém pode ter a certeza de que os E. U. não vão mais uma vez cometer um erro de cálculo a propósito do problema africano.

b) Os erros políticos que por ambição, o General Mobutu arrisca cometer no Zaire, e que descontentarão o seu exército, erros que são fatais para os fracos regimes da nossa África Independente.

A conferência da O. U. A., em Rabat, em 11 de Junho 1972, e a de Dar es-Salaam, em 10 Setembro 1972, continuaram a fazer pressão sobre o Zaire para que ele aceite o MPLA no Kinshasa, apoiando-se sobre as mesmas manobras de unificação entre os dois movimentos. Sabemos pertidamente que existem grandes diferenças entre o MPLA e a UPA, mas por outro lado a UPA, está precisamente à procura de novos apoios no seio da OUA para afastar o seu isolamento dos últimos cinco anos. A força diplomática do MPLA é muito maior do que a da UPA e podemos ver o que se passou na UNESCO, em relação a Angola, assim como na ONU, onde se desenvolvem novas manobras visando fazer aceitar os movimentos de libertação na organização mundial como observadores. Esta posição incómoda resulta do reconhecimento oficial das relações entre a ONU e a OUA. E assim que pode ser compreendido o facto de uma delegação da ONU ter apresentado ao Guiné (4). E esta manobra não parará aí, pois que esta mesma comissão projecta visitar os territórios libertados pelo MPLA e FRELIMO. A conferência de Dar-es-Salaam decidiu a cedência de uma parte dos territórios vizinhos de Angola, Moçambique e Guiné para que os movimentos de libertação aí possam operar livremente e aí instalar os seus organismos administrativos tais como: hospitais, escolas e campos de treino. Esta resolução, proposta pela Zâmbia e a Tanzânia situa-se na linha adoptada pelo governo zambiano com a evacuação das zonas fronteiriças de Angola, Moçambique e de Catema-Mulilo, anunciada em 18 Agosto 1972. A UNITA continua a manter células activistas na Zâmbia apesar da atitude hostil deste governo em relação a nós. Não beneficiamos sequer de uma simples tolerância. Mas temos apoios na população que nos fornece informações sobre as actividades do MPLA na Zâmbia, sobre as suas intenções contra nós no interior do país e mesmo planos do governo de M. Kaunda que em 1970 participou com o MPLA na elaboração de projectos visando a liquidação da UNITA em Angola. Tendo estes planos falhado, Kaunda recorre à interdição, para todos os elementos da UNITA de viver ou transitar pela República da

Zâmbia (...). Entretanto, tentamos reforçar ainda mais o trabalho dos nossos activistas na Zâmbia, pois que não será razoável que façamos a guerra defensiva sem informações sobre o MPLA.

A última manobra do MPLA e da Zâmbia, na sua procura de uma saída a leste, que lhes é tão cara, foi enviar-nos inopinadamente um jornalista chamado Josephat Kachoto (...).

Recebemos Kachoto da melhor maneira possível (...). Antes desta visita, tínhamos já a intenção de enfraquecer o MPLA no interior, com golpes duros, mas também minar a sua autoridade no exterior para que o mundo se comece a interrogar sobre a verdadeira existência deste Movimento. Não podemos ir muito longe porque não dispomos de muitos meios materiais. Mas (...) muitas vezes os melhores planos são os que utilizam uma dúzia de homens temerários que realizam as grandes empresas.

Supomos que Kachoto seja um elemento do C. I. B. (5) zambiano, mas (...) ele permitiu-nos obter informações valiosas sobre a situação política na Zâmbia. Se ele não é nem demasiado inteligente, nem demasiado incapaz, ele será utilizado como ponta de lança, seja pelo seu governo, seja por nós para penetrar onde não o pudémos fazer até ao presente. Ele veio efectuar sondagens sobre a nossa posição quanto a uma eventual participação numa frente com o MPLA. O mais interessante é que este mesmo Kachoto nunca pronunciou o nome UPA, nem falou da aliança que estes dois Movimentos teriam concluído em Brazaville e em Rabat (6) (...).

A nossa posição é irreversível. Já não estamos mais interessados nem pela OUA nem pela actual Zâmbia e ainda menos em alianças com o MPLA. Se alguns aspectos da política da UNITA, não são ainda suficientemente claros para as autoridades governamentais de Angola e da Nação, há contudo um facto irrefutável: nós participámos activamente no enfraquecimento do MPLA em certas regiões de Leste (7). E não podemos alimentar nenhuma ilusão sobre qualquer tipo de aliança com homens que nos combateram e que nós actualmente combatemos sem descanso. Quaisquer que sejam as intenções do governo (...), nós não entremos na ilusão de retomar armas contra as autoridades. Empregamo-las a fundo para que o MPLA seja um dia obrigado a abandonar o Leste. (...)

A paz no Leste deverá, a nosso ver, ter em conta, além doutros os seguintes factores:

a) Enfraquecimento até à liquidação das forças do MPLA no interior de Angola. Esta tarefa pode ser levada a efeito pelos esforços conjuntos das forças militares, militarizadas e pelas forças da UNITA.

b) Liquidação dos campos do MPLA nas regiões fronteiriças de Angola com a Zâmbia. Isto pode ser mais facilmente realizado pela UNITA, pois que não temos nenhum estatuto político que permita abrir um contencioso jurídico diante de uma instância internacional (...). Os nossos planos já ultrapassaram a fase do (...).

c) Descrédito a lançar sobre o MPLA (...). É a OUA que nós visamos por este meio, pelo menos no que diz respeito a movimentos de libertação. Uma vez o MPLA

enfraquecido ou liquidado no Leste, o caminho estará aberto para nós em direcção a maiores horizontes.

Agradecemos-vos infinitamente pela nota oficiosa do governo português de 4 de Julho 1972. A UNITA tentará chegar a um acordo com as autoridades do Moçico para facilitar o trânsito de pessoas entre as regiões da UNITA e os postos sem que as populações corram riscos supérfluos. Com um documento reconhecido pelas duas partes, as populações que voltem ao posto (8) poderão vir buscar os seus alimentos deixados na selva, a partir do momento em que elas não tenham cometido actos repreensíveis durante a sua estadia na selva. (...)

Mantenho até hoje a minha filosofia, a saber que a rendição em massa da nossa população e dos seus dirigentes não pode ser senão um aspecto parcial da solução dos problemas que afectam seriamente a paz em Angola. Para mim é a existência de uma força que possa combater esses que nos causam os danos estes horrores sobre todos os planos sem limitação imposta pelas convenções internacionais, que se pode transformar a longo prazo num factor muito útil ao governo da nação. A nossa rede de informações no estrangeiro é importante e podemos ainda tirar partido deste aparelho para que a luta contra o MPLA não se faça somente de armas na mão mas também no plano diplomático, donde lhe vem todo o apoio e toda a justificação. Desejaria bastante que este aspecto fosse estudado cuidadosamente pelas autoridades locais e nacionais para ver em que medida o nosso esforço poderá ser de utilidade pública (...). Não há nada melhor para combater um inimigo subtil como o MPLA apoiado sobre toda uma gama de influências, que conhecer melhor o inimigo e as suas fontes de energia no aspecto de onde elas provêm. Ninguém estará melhor colocado que nós para conhecer com 80% de possibilidades o que se passa na OUA, na Zâmbia, na Tanzânia, no MPLA, uma vez que todos os elementos da UNITA tenham voltado aos nossos postos. Tati (9), Rafael Barbosa (10), Okavandana (11) e outros deram uma contribuição valiosa no trabalho de desmistificação dos chefes dos movimentos de libertação. Mas a subversão das nossas fronteiras continua. A paz ainda não voltou (...).

As potências ambicionam as riquezas de Angola e a sua posição geográfica, estratégica privilegiada, esperam o amadurecimento da situação angolana no sentido da deteriorização. Nós podemos acelerar o amadurecimento no interior dos movimentos de libertação e no campo dos seus chefes (...). Apesar de me ter debruçado bastante sobre o MPLA nós não podemos não reconhecer que ele já não é o monstro de sete cabeças que nós podemos combater. Se não falo mais abundantemente na UPA, é porque não creio que a UPA tenha um futuro que faça dela um inimigo sério, na presente conjuntura. Para mais, as informações que possuímos sobre a UPA são mais fragmentárias, pois que só por Katanga nós podemos receber as informações mais ou menos sérias (...).

Dito isto, a UNITA, solicita a V. Ex.^{as} a autorização provisória de utilizar os corredores entre os rios Lufuta-Luanguinga e Luanguinga-Luvo. As autoridades sabem que nós possuímos uma força móvel sobre os rios do Luanguinga, perto da fronteira da Zâmbia. Foi esta força que em Abril e Março atacou o MPLA na Zâmbia e caçou os seus elementos de Lutemo. Mas estas milícias correm o risco de serem atacadas pelas milícias (12) de Lutemo. Ora elas têm instruções de nunca responderem ao fogo das milícias em caso de encontro inesperado mas pelo contrário de se retirarem a mais depressa possível e de me avisarem.

As bases do MPLA, que nós localizámos, são as seguintes:

- 1) Mushukula, com 20 guerrilheiros armados de carabinas e "PPxes" (13); Lioko, com 15 elementos armados de "PPxes" e de uma metralhadora ligeira;
- 2) Muanamunguela, com 10 elementos permanentes armados de carabinas, metralhadoras chinesas e uma lança fusil (este último campo abrigou em várias empresas mais de 30 elementos) assim que eles têm em vista uma operação contra a UNITA ou o reforço das suas zonas no Quembo (...).

É igualmente aí que se encontra permanentemente "Angola livre" (14) que circula na Zâmbia entre as bases de Cassamba e Nguvu.

- 3) Existem outros campos em Nguvu, com 20 guerrilheiros armados de "PPxes", "P.M." e granadas de mão. Este campo tem também um hospital de campanha sob a responsabilidade do Dr. Eduardo dos Santos; Litapi, com um efectivo compreendido entre 10 e 15 elementos armados principalmente de "Mausers" e de "P.M.". Este campo tem a missão de estabelecer ligação com Cassamba, Chavuma e Balovale.

Sobre a linha de Kalabo em direcção à fronteira de Cuan-do-Cubango encontram-se vários campos dos quais o mais conhecido é o de Shikongo, que tem pelo menos 50 elementos armados com os tipos de armas do MPLA, um instrutor militar, um médico e vários enfermeiros, um comissário político, 3 professores e onde eles vão construir uma escola com a ajuda da Dinamarca. Três dos nossos soldados capturados em Kalabo foram postos aí para se treinarem, mas fugiram de Shikongo com as suas armas, em 5 de Setembro, e encontram-se a caminho da minha base. Mas foram eles que forneceram estas informações para além do facto que nós tivemos possibilidades de enviar a Shikongo alguns dos nossos homens, disfarçados em membros do MPLA, para assistir aos meetings organizados por Chipenda ou outro dirigente do MPLA. Daniel Chipenda já deixou Shikongo, mas um mestiço já aí chegou que pela descrição que se faz, deve ser Carreira ou Jorge mas a quem chamam "Diaquié".

Sobre a linha Mungu-Senanga encontram-se dois campos mais conhecidos: Nangweshi e Sangombo (...).

As operações que levámos a efeito contra as forças do MPLA, tiveram o maior sucesso. As nossas forças que agiram no sector do Quembo, entre os rios Cassingo e Micosso, de 28 de Julho 1972 até 15 de Agosto 1972, tiveram os

U.N.I.T.A.

seguintes resultados: (...). (Segue uma lista das "operações" feitas contra o MPLA e das armas e munições pretensamente apanhadas no decorrer destes combates ou descobertas nos stocks. E continua a informação).

Quanto à região indicada na vossa carta de 16 Setembro 1972, ref. 2851/2, um grupo de 50 elementos dirigiu-se aí para verificar o que se passa no sector da UNITA, já ocupada, por instruções minhas, pelos nossos homens. Ainda não recebi informações sobre este assunto.

Quanto ao fornecimento de guias, a nossa posição é a mesma. Estamos dispostos a fornecê-los a partir do momento em que um campo seguro tenha sido localizado. A dificuldade vem do inimigo descobrir os traços dos passos dos nossos homens a partir do momento em que estes se retiraram. Por isso adoptámos o método que consiste em enviar um grupo com a missão de atacar imediatamente o campo localizado. Cremos que o que facilitaria esta missão dos guias seria a acção conjunta entre as nossas tropas e as vossas num sector anteriormente determinado. Este problema deveria ser estudado com a nossa delegação para que possamos em seguida determinar o pôr em prática uma tal operação. Em ligação com o que vos expus sobre o envio de um grupo para a região do rio Munhango, gostaria de obter autorização de enviar patrulhas ao Norte e ao Sul do CFB (15) na região compreendida entre Kangumbe, Kachipoque e Salenu, a fim de despistar os possíveis movimentos da UPA, e evitar que no futuro, os elementos da UPA, não cometam outros actos de sabotagem que possam ser atribuídos à UNITA (...). Contamos instalar um grupo armado do outro lado do rio Mucanda em direcção de Kangumbe para impedir a UPA (...) de desfazer as forças estacionadas em Kangumbe ou mesmo os comerciantes de madeira, o que pode pôr em perigo a nossa correspondência (...).

Quanto à vossa carta de 20 de Julho 1972, ref. 1457/2, será preciso passar à realização das primeiras fases do apoio que as autoridades nacionais podem fornecer à UNITA. De forma experimental, gostaríamos de receber:

(Savimbi envia uma lista de sementes, gado que "podem ser enviadas a título de empréstimo", fornecimentos escolares muito detalhados, material sanitário e medicamentos).

Quando tivermos doentes que necessitem de cuidados médicos mais especializados, nós enviá-los-emos para as regiões de Kangumbe para que os nossos amigos negociantes de madeira os dirijam para o Luso ou para que eles recebam tratamentos no região.

Se esqueço outros pontos, peço-vos que os mencionem à delegação.

Gostaria de acrescentar a este memorandum, onde tentei ser o mais sincero possível, uma solicitação que tem para mim um carácter particular. Volto a pedir a V. Ex.^{as} que me forneçam pelo menos 15 000 balas de 7,62 porque as nossas acções contra o MPLA e a UPA são sempre com armas deste calibre. Peço-vos que dêem atenção

especial a esta solicitação pois que não mais utilizaremos estas munições contra os nacionais. O meu pedido de granadas de mão fica anulado pois possuímos ainda por algum tempo.

Quanto a camuflagem, nós pediremos aos negociantes de madeira um outro tecido, segundo as vossas recomendações. Mas peço-vos que me enviem pelo menos dois uniformes em bom e verdadeiro tecido de camuflagem, um para mim outro para Puna. Esquecia-me de vos falar na eventualidade de um envio de redes de pesca e de anzóis de diversos tamanhos para que possamos explorar as possibilidades de Lungué-Bungo. Os anzóis devem ser grandes e pouco finos porque, nesta época só há peixe grande. E, com os medicamentos, peço que nos enviem também seringas (...). Peço a V. Ex.^{as} que aceitem a expressão da minha alta consideração.

Lungué-Bungo, 26 Setembro 1972.

JONAS MALHEIRO SAVIMBI, licenciado em ciências político-jurídicas, na Universidade de Lausanne, presidente da UNITA.

(1) O comandante chefe das forças armadas em Angola: torna-se, no momento do afastamento dos Generais Costa Gomes e Spínola por Caetano, a 14 Março 1974, chefe do Estado Maior do Exército Português. Ligado ao projecto de direita contra o regime de Caetano pelo seu cunhado, o General Kaulza de Arriaga. Suspendido após o 25 de Abril.

(2) Trata-se do General Bettecourt Rodrigues, que se torna governador de Guiné-Bissau em substituição do General Spínola e que foi afastado das suas funções a 29 de Abril 1974.

(3) União das Populações Angolanas, de Holden Roberto.

(4) Visita que teve efectivamente lugar em 1972.

(5) Serviço de segurança zambeziano.

(6) Acordo assinado, em definitivo em 13 Dezembro 1972, em Kinshasa.

(7) O que foi confirmado pelo MPLA, que depois da abertura da frente Leste, acusa a UNITA de se aliar aos portugueses para lutar contra o MPLA.

(8) Portugueses.

(9) Alexandre Taty, ministro do armamento do G. R. A. E. de Holden Roberto, recuperado pela PIDE, fomentou um golpe de estado falhado contra este último, depois passou para o campo dos portugueses e foi utilizado por eles contra o MPLA, em Cabinda.

(10) Antigo presidente do PAIGC recuperado pela estratégia neocolonialista de Portugal e que participou no plano Spínola, no assassinato do camarada Amílcar Cabral.

(11) Lazaro Nkavandame, dissidente da FRELIMO que depois de ter tentado fazer triunfar os projectos de separatismo étnico se ligou aos portugueses.

(12) Trata-se de forças locais treinadas e armadas pelos portugueses.

(13) Armas automáticas soviéticas.

CHILE - UM EXEMPLO TRÁGICO

(continua na pág.15)

Por último, o fundamental não é a medição passiva da correlação de forças actual, mas sim a acumulação urgente de forças que se pode ganhar utilizando uma tática adequada e corajosa: e quanta força se pode perder e se está perdendo com uma tática vacilante e defensiva.

QUAL A TACTICA?
O TEMPO URGE!

PF — Mas então você propõe uma tática que precipite de imediato o confronto armado?

M.E. — Não. Essa é a forma errada em que colocaram o problema os sectores vacilantes da esquerda.

Nós sustentamos que é possível ganhar tempo. Mas não na base de fazê-lo à custa de perder a própria força; mas sim com base numa tática que permita rapidamente acumular força, e com ela paralisar o golpismo para em seguida desarticulá-lo.

Impulsionemos uma tática que recolha como fundo fundamental de esforços o movimento de massas e que reconheça que ainda é possível acumular mais força entre a classe operária e o povo. Uma tática que não retroceda ante os protestos e gritos estéricos do golpismo e da reacção, e que assuma com valor e decisão as tarefas de apelar aos membros das Forças Armadas e desobedecer às incitações do golpismo.

Essa tática é de ataque contra a ofensiva revolucionária e popular que desfraudando o PROGRAMA REVOLUCIONARIO DO POVO: lutando pela DEMOCRATIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E DESENVOLVENDO O PODER POPULAR permite acumular rapidamente forças.

Uma tática que impulsiona a mobilização de massas, e acção directa das massas.

Uma tática que culmine num apelo por parte da CUT a uma paragem nacional que paralize o golpismo, desbarate a intimidação, permita fortalecer e multiplicar comandos comunais e O PODER POPULAR, estenda o seu desenvolvimento às províncias e incorpore "pobladores", camponeses estudantes aos níveis de mobilização a que chegou a classe operária, que exija a adopção de uma série de medidas imediatas que resolvam os problemas de abastecimento e ingresso dos trabalhadores e das forças armadas e carabineros, à custa dos lucros capitalistas, que termine com a propriedade privada de todos os grandes latifúndios, fábricas, distribuidoras e construtores e que com a força aí acumulada, desarticule o golpismo, em qualquer sítio onde esteja.

Uma tática que resista às concessões, que passe à área social todas as grandes empresas debaixo da direcção operária e imponha o controle operário sobre a área privada.

Uma tática que permita a reagrupação dos revolucionários e acção comum de toda a esquerda.

Uma tática, em suma, que termine com as vacilações e a tendência defensiva, que paralize o golpismo.

A única tática que permitirá evitar a catástrofe e vencer.

O tempo urge.



abriu infrutuosamente o caminho das concessões e, depois, já tarde quando quis resistir, só contava com os trabalhadores e os revolucionários. Terminou abdicando e exilando-se num país vizinho "para evitar o derramamento de sangue". O seu povo a partir desse momento começou a sofrer e ainda sofre a mais sanguinária e repressiva ditadura "gorila" da América Latina. Reactualizando essa experiência ocorre-nos a lapidar frase de um revolucionário do passado: "Quem faz meia revolução, está a cavar a sua própria sepultura".

Não cremos que seja o momento de abrir questões internas na esquerda, muito menos através de injúrias. Não fomos nós que lançamos a primeira pedra. A tarefa é agrupar os revolucionários, e hoje, como nunca, fomentar a acção comum de toda a esquerda.

E TIRADA A LIBERDADE
AOS TRABALHADORES

PF — Quem propõe a procura do "consenso mínimo" fá-lo em função duma análise da relação de força, ontem com o povo e as forças armadas unidas contra o golpismo, tempo. Qual é a sua opinião sobre estes factores?

M.E. — Começemos pelo último. O problema de ganhar tempo foi posto logo após o 29 de Junho; até há quase um mês. Este problema não necessita de ser teórico; temos uma série de experiências neste mês passado. Vejamos se ganhamos ou perdemos força de 29 de Junho até hoje.

Quando tínhamos mais força? Ontem; com o golpismo retirado e em retrocesso ou hoje com o golpismo utilizando a intimidação, esperando melhores condições para cair em cima dos operários?

Quando é que fomos fortes? Ontem com todas as fábricas e fundos tomados e a classe operária e o povo em pé de guerra, ou hoje com a classe operária submetida ao desalojamento, ao alheamento ou discussões acerca de "o equilíbrio dos três tipos de propriedade social"?

Quando é que tínhamos mais força, ontem com o povo e as forças armadas unidas contra o folpismo, ou hoje com toda uma manobra que se desenvolve e que, através da lei dos grupos armados, tenta gerar atritos e choques entre as forças armadas e os trabalhadores?

Ontem com os reacionários e os golpistas escondidos, ou hoje atrevidos, na ofensiva, fazendo chantagem e intimidando os trabalhadores e o Governo?

Por último e o mais grave: quando eramos mais fortes? Ontem, com a classe operária unida e o povo serrando fileiras a esquerda face à agressão patronal e golpista; ou agora começada a divisão e a polémica no seio do povo e da esquerda, aberta pelos vacilantes?

A pausa e a trêgua recente não nos deram mais força, pelo contrário. Todo aquele que propõe ganhar força, deve primeiro explicar a sua tática actual e deve explicar para que quer ganhar mais tempo.

Quanto à correlação de forças. Cremos pelo menos, que esta é mais favorável à classe operária e ao povo hoje frente ao golpismo, do que amanhã, depois de entregar concessões ou de conceder concessões às classes patronais e frente a uma intimidação crescente.

As recentes semanas evidenciaram a força, o nível de consciência e a disposição da luta da classe operária e do povo e a força dos sectores de oficiais, sub-oficiais, classes e soldados antigolpistas das forças armadas.

INTERNACIONAL

VIETNAM

NOVAS FORMAS DE AGRESSÃO AMERICANA

Passaram 16 meses sobre os acordos de Paris. A guerra continua hoje no Vietnam do Sul sob a forma nova de "vietnamização" orquestrada por 25 mil especialistas americanos. Ao largo, não muito longe, os canhões da marinha americana continuam apontados, e os aviões esperam o sinal verde de Washington. Entretanto, a administração fantoche de Saigão prossegue a guerra contra as populações pacíficas, violando diariamente os acordos de Paris.

Madame THI BINH, ministro dos negócios Estrangeiros do Governo Revolucionário Provisório (GRP) do Vietnam do Sul, explica-nos a actual situação no Vietnam e como se processa a guerra imperialista nas suas novas formas de agressão americana.

A SITUAÇÃO ACTUAL

Os acordos de Paris — é bom lembrar — foram intitulados acordos sobre a cessação da guerra e o restabelecimento da paz no Vietnam, e a primeira cláusula fala de cessar-fogo. Mas como devem saber, 16 meses depois da assinatura do acordo a guerra continua hoje no Vietnam e em certos locais ela **augmentou** mesmo em relação ao período anterior aos acordos de Paris. Perante esta situação, como poderemos nós falar do exercício das liberdades democráticas e do regulamento dos problemas interiores do Vietnam do Sul no espírito da reconciliação e da concordância nacional.

Numa palavra, as cláusulas mais essenciais dos acordos de Paris foram sistemática e seriamente violadas e sabotadas pelos mesmos que antes fizeram tudo para impedir a assinatura do acordo, quer dizer a Administração de Saigão e os Estados Unidos.

No Vietnam do Sul a luta da população pela execução dos acordos de Paris, não só continua como se intensificou em certos domínios, porque a luta pelos acordos de Paris é a luta pela paz, pela concordância nacional e por todas as suas aspirações.

Nós acreditamos que a relação de forças que já tinham evoluído de modo favorável para os patriotas do Vietnam do Sul, continua a evoluir de forma irreversível. Quero dizer que nós temos cada vez mais confiança no desfecho da luta que o povo vietnamita leva a cabo pela sua independência nacional.

UMA NOVA FORMA DE AGRESSÃO

A administração de Saigão é ela mesma o instrumento da política de vietnamização da guerra prosseguida pelos Estados Unidos.

A intervenção americana no Vietnam do Sul reveste, portanto, diversas formas da política de "vietnamização" da guerra, como emanação da doutrina Nixon. Mais concretamente: os Estados Unidos mantêm actualmente mais de 25 000 conselheiros militares disfarçados em civis. Ao mesmo tempo, eles intensificam a ajuda militar massiva à administração de Saigão de modo a reforça-la pelo prosseguimento da guerra e da sabotagem dos acordos de Paris.

A assistência dos Estados Unidos, no domínio militar, em 1974, (aprovada pelo Senado) eleva-se a 1 **milhões** de dólares. A esta importância devem juntar-se cerca de 750 milhões de dólares como título da chamada ajuda económica. Esta ajuda é, portanto, de cerca de **dois bilhões** de dólares. Quero acrescentar que se trata de números oficiais, mas que na realidade a

Todos os dias ouvimos as mesmas alegações da "luta anti-comunista" pregada pelos imperialistas contra os movimentos de libertação nacional. Tudo para desacreditar o Grp. Mas o Grp é o maior defensor dos acordos de Paris e portanto o defensor das aspirações da população do Vietnam do Sul.

O estado maior de Thien mo-



ajuda é superior.

Se bem que o corpo expedicionário Us se tenha retirado do Vietnam do Sul, importantes forças aéreas e marítimas dos Estados Unidos encontram-se perto do Vietnam, na Tailândia e nas Filipinas. Estas forças estão prontas a intervir. Os responsáveis americanos falam muitas vezes, desta força de dissuasão que é uma ameaça para o Vietnam e a Indochina.

A administração Nixon é a que mais fala de "paz", mas cometendo actos de guerra dos mais violentos. Ela procura fazer acreditar à opinião — sobretudo americana — que a guerra acabou e que os Estados Unidos saíram completamente do Vietnam. Esta manobra tem como fim camoflar os actos de guerra e de agressão que os Estados Unidos vão prosseguindo contra o nosso povo.

Este é mais um dos aspectos da guerra de agressão: a guerra psicológica.

A GUERRA PSICOLÓGICA

A guerra psicológica é um dos aspectos mais intensos da guerra no Vietnam do Sul. Os Estados Unidos querem fazer acreditar que o acordo de Paris não é uma coisa muito válida e que a sua realização é muito difícil. Por outro lado faz o possível por deformar o acordo.

Esta manobra procura lançar a tese de que os Estados Unidos se retiraram completamente do Vietnam do Sul e admitir que a guerra que prossegue é "uma guerra civil entre os nacionalistas (Saigão) e os comunistas (patriotas do Vietnam do Sul)".

ARAFAT

RESPONDE ÀS PROVOCAÇÕES DA IMPRENSA BURGUESA

DEZ ANOS DE LUTA

A imprensa burguesa, na Europa, iniciou uma campanha de intoxicação contra a revolução do povo da Palestina. Com origens em informações sionistas, alguns jornais lançavam o boato de que a OLP (Organização de Libertação Palestina) e o Governo de Israel poderiam, brevemente, iniciar negociações, tendo como intermediários os americanos.

O dirigente da OLP, Yasser Arafat, responde a mais esta provocação do sionismo internacional, com um desmentido categórico:

— Não esqueçamos que a essas declarações feitas sobretudo por Iariv e alguns intelectuais de Israel, se opõem as do ministro Rabin que sublinha: "não haverá lugar para a Palestina no nosso país, nem ao nosso lado". mas estas declarações, provam uma coisa que é certa para nós: que a posição da Revolução Palestiniana é segura, que ela conseguiu impor a existência do povo palestino, da questão palestina e dos "fidayne" não somente aos nossos amigos, mas sobretudo aos nossos inimigos. E se conseguimos chegar a uma situação tão favorável foi graças ao combate árduo e contínuo que levam a cabo o povo palestino e os "fidayne".

A nossa revolução — acrescentou Arafat — está no décimo ano da sua existência e pode ser considerada como a mais longa das revoluções árabes. Os sacrifícios consentidos são grandes: 37 000 palestinos morreram no campo da honra ou ficaram feridos. O número de prisioneiros nos cabouças israelitas sobe a 17 000 palestinos.

Os sionistas destruíram 11 000 habitações na região de Gaza e 8000 na margem ocidental do rio Jordão. Estes números permitem fazer uma ideia da luta levada a cabo, presentemente, pelo povo palestino.

Esta luta intensa pode ser considerada como uma verdadeira guerra entre Israel e os Palestinos, numa guerra que se vai ampliando e que continua.

É por isso que nós podemos ser enganados pelas declarações dos dirigentes israelitas, tanto mais que elas são desmentidas por Rabin, Primeiro-ministro de Israel.

Nós não podemos deixar-nos levar por tais declarações, mas elas provam, entretanto, a existência da entidade palestina e da sua revolução.



lê, assina
e divulga

REVOLUÇÃO

هذا طريقي في الكفاح
سأناحي اتمم كفاي

Diz-se por aí, às vezes que cabe à chamada extrema-esquerda do Chile a responsabilidade do golpe militar fascista que trouxe Pinochet ao poder.

O MIR (Movimento de Esquerda Revolucionária) alertou o governo dos trabalhadores para o perigo de um golpe das direitas, que só os trabalhadores em armas poderiam ter sustido. A prova aí está. Em Julho o MIR alerta o governo. Daí até Setembro dois meses decorreram sem que fossem tomadas medidas. A entrevista de Henriquez, publicada agora, um ano depois, deixa-nos um gosto amargo. Não era menos que os revolucionários deviam ter feito, como recomendaram os reformistas. Era

“Punto Final” entrevistou o secretário-geral do Movimento de Esquerda Revolucionária, Miguel Enriquez. A conversa de PF com o dirigente nacional do MIR, incidiu, na sua maior parte, sobre o apelo ao diálogo com o Partido Demócrata Cristiano que, em 25 de Julho, o presidente da República formulou oficialmente. Desta forma, abordamos a visão que o MIR tem sobre as características e perspectivas de desenvolvimento da crise política e económica que o País enfrenta.

DIÁLOGO OU CONCILIAÇÃO DE CLASSES

PF — Nas últimas semanas foi proposto por parte de diversas forças políticas a procura através de um “diálogo”, de um “consenso mínimo” como forma de resolver a crise política e económica que o País atravessa e de evitar a guerra civil. Qual é a sua opinião?

ME — Na realidade o que hoje se denomina de “diálogo” ou “procura de um consenso mínimo” tem sido um projecto político e programático que permanentemente, e desde que começou este período, os sectores reformistas da Unidade Popular têm vindo a planear: um projecto de conciliação de classes antagónicas. Este projecto tem tido diversas formulações, mas converge em duas linhas de acção fundamentais: comprimir a política da Unidade Popular no estreito espaço da legalidade burguesa e estabelecer uma espécie de aliança com uma das principais fracções da burguesia.

Estas intenções tiveram diferentes expressões de acordo com as diferentes fases nos últimos anos, sendo de realçar as garantias constitucionais de 1970 que representaram exactamente, por escrito, o respeito pela ordem burguesa; os planos de acordo com os grémios empresariais da grande indústria, construção e grande burguesia agrária no Verão de 1971; a protecção que se planeou dar a estes sectores na política do Governo durante os anos de 71, 72 e parte de 73; o projecto do acordo com o PDC (Partido da Democracia Cristã), em Junho de 1972; o compromisso orgânico que se criou com o Estado Capitalista, de Outubro de 1972 a Março de 73 com o gabinete UP—gerais, etc.

No entanto num período de crise do sistema de dominação capitalista, como o que atravessamos, isto não se consegue. As classes patronais no seu conjunto, alheando-se das garantias que os sectores reformistas ofereciam a uma das suas fracções, compreendeu claramente que o que o ascenso da classe operária e o povo exigiam não eram simplesmente algumas reformas que, golpeando uma das fracções burguesas, permitisse a conservação da ordem burguesa, mas sim transformações que afectassem o conjunto das classes dominantes assim como a própria ordem burguesa.

Desta forma, o movimento de massas, as suas lutas, a sua organização e consciência, a sua ac-

tividade, impediram a colaboração de classes e romperam as limitações que a condução reformista lhes pretendia impor. O movimento de massas não se limitou a golpear



**PUEBLO, UNETE
LA LIBERTAD NO SE
MENDIGA Y TOMA!**

uma fracção da grande burguesia agrária, mas avançou sobre a sua totalidade; não limitou as suas mobilizações somente a alguns monopólios industriais, mas propôs-se arrebatar todas as fábricas da grande burguesia industrial. A classe operária não concedeu privilégios às grandes empresas construtoras e distribuidoras, mas lutou para passar a sua totalidade para propriedade de todo o povo. O movimento de massas não se espartilhou na rigidez da legalidade burguesa, mas, por meio da acção directa de massas, nas cidades e nos campos do Chile, arrebatarando aos grandes patrões os seus bens de produção, começou a criar os seus próprios órgãos de poder.

O movimento de massas não se limitou com a sua acção a impedir a colaboração de classes. Pressionou e empurrou o governo a ir mais longe do que alguns dos seus sectores propunham. O eixo do Governo, apesar das intenções e curtos períodos, assentou em dois grandes partidos operários que recebendo os influxos de uma base social de apoio fundamentalmente operário e popular, levaram o Governo, apesar das intenções e resistências dos seus sectores reformistas, a legitimar o que o movimento de massas lhe impunha. Com isto também a prática política e social do governo contribuiu para o fracasso da colaboração de classes.

O período recente teve como eixo o confronto social entre explorados e exploradores, trabalhadores e patrões. Os propósitos para mascarar a natureza do confronto político e social, colocando em termos de “pátria-antipátria” ou “pátria-antipátria”, para daí ganhar garantias de colaboração de classes, até aqui fracassaram e acabaram por dividir o povo e a esquerda. Se bem que é certo que a classe operária como classe de vanguarda necessita de alianças de classe, os aliados não estão acima mas a baixo.

Todas as tentativas de aliança da classe operária com fracções da grande burguesia, acabaram por

CHILE

TRÁGICO EXEMPLO QUE CONTINUA A INSPIRAR O REFORMISMO

afastar a classe operária dos seus verdadeiros aliados: os pobres do campo e da cidade, os pequenos agricultores (povoadores) e os camponeses. Com estes é que a classe operária tem que estabelecer a sua aliança revolucionária.

Regressando então à pergunta: se ontem fracassaram os projectos de colaboração de classes e só dividiram o povo, hoje, agudizada e polarizada numa forma extrema a luta de classes, será mais difícil ainda insistir nesse plano e este se efectuasse as suas consequências seriam funestas.

O objectivo fundamental que se exprime para evitar a guerra civil não será obtido por este caminho. Mas mantendo essa via a guerra civil precipitar-se-á e em piores condições para as massas.

Vivemos momentos nos quais dois grandes e poderosos blocos sociais se vigiam, tomam posições. Saímos recentemente de uma intenção de golpe de estado, mas os golpistas, muitos deles ainda com força, permanecem impunes. As fracções burguesas fundamentais propõem e manobram publicamente a queda do Governo.

Evidenciada, depois do projecto golpista de 29 de Junho passado, a força da classe operária e do povo, assim como a decisão antigolpista de importantes sectores de oficiais e praças das F.A. (forças armadas), as classes patronais foram obrigadas a estabelecer uma nova tática, a tática de intimidação militar progressiva e de chantagem política sobre as instituições, que lhes permita: primeiro desarticular e dividir a classe operária e o povo levando a não confrontar as F.A. com o povo e depois derrubar o Governo e reprimir os trabalhadores com um mínimo de resistência.

CAPITULAÇÃO DO GOVERNO

A tática proposta por alguns sectores da UP e do Governo de ganhar tempo, abrir o diálogo e estabelecer um consenso mínimo, independentemente das intenções de quem a propõe, sob pressão e a ameaça golpista, sob a chantagem e a intimidação, leva na sua essência a um projecto de colaboração de classes que provocará a divisão do povo e a esquerda, e portanto o debilitamento do campo dos trabalhadores. Na actual conjuntura isto implica a capitulação do Governo e depois o seu derrubamento.

Com quem se dialoga? Com o PDC, um partido burguês e reacçãoário onde predomina o “freísmo” (de Frei, Eduardo), que é publicamente partidário de intimidar o Governo e em seguida derrubá-lo.

Para quê o diálogo? Para pacificar o País, objectivo louvável, porém difícil, se para isso tem que se dar garantias e deixar impunes importantes sectores golpistas. O que é que se procura com o “consenso mínimo”?

Se este significa a devolução das grandes fábricas, tranquilizará os sectores patronais e atizará os sectores dos trabalhadores. Se é para promulgar a reforma constitucional Hamilton-Fuentealba, representa a capitulação do Governo

frente à classe patronais. Se é para decapitar e castrar o desenvolvimento do Poder Popular, significa fechar e impedir uma saída revolucionária.

Todos nós somos partidários que o Governo dialogue, mas que dialogue com os trabalhadores e não com os grandes patrões. Não é possível que o ministro Briones, o “Ministro do diálogo”, chame a direcção do PDC e se negue a dialogar com os trabalhadores de Cordón Vieuña Mackenna dando entretanto ordem para reprimir as manifestações de rua em Barrancas.

Ninguém deseja a guerra civil. Se há uma forma de paralisar o golpismo é desenvolvendo uma contra-ofensiva que pela sua força esmague e amarre as mãos aos golpistas. Qualquer tática que ofereça concessões não terá destino histórico, só conseguindo dividir o povo e a esquerda, e por essa brecha o golpismo tentará romper.

INSULTOS À ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

PF — O presidente da República pronunciou em 25 de Julho um importante discurso em que apelou para o diálogo. As suas considerações anteriores são extensíveis à intervenção presidencial?



Dr. Allende, que nas mobilizações de Cerrillos participaram elementos da oposição. Não é verdade que a mobilização de Barrancas, na qual participaram milhares de trabalhadores e agricultores tenha constituído uma provocação irresponsável: ela foi dirigida pelo Comando Comunal de Barrancas, por um organismo que é a forma superior de organização do povo, que se desenvolve no Chile, apoiado num programa publicado nos jornais diários e no qual se exige: “fundo de propriedade colectiva”, expropriação das grandes distribuidoras, pelo pão, habitação transporte, pelo fortalecimento das organizações de defesa do povo, pela vigilância do Comando Comunal sobre os grupos armados de direita, etc. A única provocação que se viu, não partiu dos trabalhadores mas sim do ministro Briones que na véspera deu ordem para reprimir as manifestações o que por sorte não se consumou.

“Os “modestos agricultores”, não se deixam utilizar por nada; eles têm clara consciência dos seus inimigos e não os confundem; os que se deixam utilizar pelos “cantos da sereia” da intimidação, são os que oferecem garantias e concessões a sectores patronais, sob a ilusão de os aplacar e, no fundo, desarmando os trabalhadores.



M.E. — Sim com um acrescento, é que o Dr. Allende, aliás, aproveitou para fazer afirmações e qualificações injuriosas e infames acerca das mobilizações de massas recentes em Santiago e sobre os revolucionários exteriores à UP: que o diário “La Segunda” se apressou a aplaudir se bem que o Dr. Allende tenha feito posteriormente um apelo ao diálogo com estes sectores.

Não é verdade, como o afirmo o

LUTA DOS TRABALHADORES TRABALHADORES EM LUTA

AS TERRAS DA MAÇÃ — uma terra cercada de arame farpado

DECLARAÇÃO

Eu, Carlos Alberto de Jesus, pedreiro, morador na Corredora de Sesimbra, lastimo-me porque eu e mais seis menores temos uma propriedade no lugar da Maça em Sesimbra. Essa propriedade encontra-se em poder da Casa de Palmela.

Fomos obrigados a abandonar essa dita propriedade em 1960 pelos papões ou digamos ameaçados pelo sr. Manuel da Silva Caxão e pela GNR. Tomando assim a Casa de Palmela o poder dessa propriedade e mandando destruir um pomar de laranjeiras, tapar um poço e arrancar alguns marcos. Ora eu, um dos menores, quando a minha mãe faleceu, tinha apenas 3 anos.

Ora eu peço a V. Exa. que se digne a dar-me a propriedade que me pertence, uma vez que estou informado pelas Finanças que os senhores tomaram posse dessa propriedade por uma dívida de 7691\$20. Ora a lei não permite essas coisas em relação a menores.

Na quarta-feira, dia 24/7/74 tendo conhecimento do que se estava a passar na aldeia da Maça resolvemos deslocar-nos lá e saber pelas próprias pessoas em luta o que se passava.

Foi assim que encontramos um grupo de 6 pessoas pertencentes à Comissão eleita pela população da aldeia com quem conversámos.

A melhor maneira de ver que as nossas palavras são verdadeiras é vir cá ver com os próprios olhos. Existe aqui uma estrada, existe um marco no meio da estrada pois eles dizem que a estrada é deles, mais um portão numa estrada que eles também dizem que é deles e esta estrada sempre viu passar as pessoas da Maça ao longo sei lá... dos nossos avós. E eles puseram lá um portão. Os miúdos para irem para a escola em Calhariz têm que apanhar uma estrada que fica a 200 m de casa.

Têm que percorrer 3 Km só porque não podem passar por alguns sítios. Há um indivíduo que mora ao pé do arame farpado que tem que vir cá à Maça se quiser ir às "pedreiras", ou para outro lado qualquer.

"Revolução" — Como é que as pessoas tomaram a iniciativa de se organizar e porquê?

— Antes do 25 de Abril qual a atitude que vocês tinham em relação aos terrenos e à sua cultura?

Resposta:

(Uma pessoa) — Em 1962 que foi quando eles mais ou menos começaram aqui a intimidar as pessoas para saírem dos terrenos nós resolvemos fazer várias tentativas junto da Casa de Palmela para que isso não acontecesse escrevemos para vários jornais e escrevemos ao subsecretário da Agricultura, em cartas assinadas por vários habitantes aqui da região. Quer dizer nunca até hoje recebemos qualquer resposta a essas cartas de maneira que acabámos por desistir, não é! É evidente que após o 25 de Abril nós vimos a possibilidade que esse movimento nos dava e então nós resolvemos criar uma comissão de pessoas da Maça para resolver estes problemas que ainda continuavam a afectar-nos.

(Outra pessoa) — Convém citar que os problemas que afectavam

foram dadas e continuam a estar tiradas.

POPULAÇÃO ENFRENTA A CASA DE PALMELA

Fazendo agora um bocadinho de história do que foi o nosso movimento, isto são os postos principais e prioritários e depois desses serem resolvidos, muitos outros pontos secundários há que se podem tratar noutro dia.

Portanto historiando um pouco do nosso movimento, pois a partir do 25 de Abril ou melhor a partir do 1.º de Maio foi vontade não única e simplesmente dum iniciativa individual, mas sim auscultando opiniões da nossa população que pretendíamos fazer isto e logo aí houve todo o apoio e reunimos para saber qual era a comissão que iria ficar. E fomos resolver os problemas.

Para resolvermos os problemas do primeiro contacto fomos ao Calhariz; Lá fomos recebidos com toda a receptividade, um senhor que até nos pareceu bastante simpático e ficou de nos dar uma resposta. Essa resposta demorou 15 dias e foi totalmente adversa ao contacto que tínhamos tido. Pois foi dum repressão e dum sentido de subjugação que nos fez abalar um bocadinho, mas a nossa persistência foi continuarmos, batermos o pé. Até actualmente ainda estamos a bater. Portanto essa atitude levou a que nós reuníssemos novamente a população em massa.

Tudo isto é referente à Casa de Palmela ou seja, os terrenos, as casas etc. Tudo isto se insere no nosso movimento. A Casa de Palmela e a de Calhariz são a mesma coisa. Calhariz é o local onde se encontra a casa. A Casa de Palmela ocupa no conselho de Sesimbra cerca de 75 % da área total do concelho ou mais. Ainda têm mais coisas mas já não é do nosso concelho. Portanto reunimos aqui em massa e o nosso propósito foi ir a Calhariz porque na carta que nos escreveram alegaram que o movimento era de uma única pessoa e que essa pessoa é que estava a instigar os outros. O que é mentira, pois foi a população que assim o quis. Deslocamo-nos a Calhariz num total de aproximadamente 400 pessoas, fomos lá e lá deparámos com a GNR de Sesimbra e de Setúbal. Esses senhores estavam lá logo no princípio da tarde e foram cobrir ou foram estar ao serviço novamente do capitalismo. Eles estavam juntos e completamente familiarizados com o capitalismo e estavam tentando reprimir as nossas ideias e os nossos propósitos o que nós conseguimos pois nós insistimos em que eles saíssem e saíram. Depois dissemos o que pretendíamos, nós fomos atendidos, mais uma vez ele se recusou, não nos atendeu e em depoimento que dá ao Diário de Lisboa diz que na altura estava lá dentro, o que contradiz toda a receptividade que ele apresentara.

Portanto nós fomos lá, propusemos ordeiramente o que pretendíamos, e quando vinhamos de regresso deparámos com uma companhia do quartel do RI 11. Encabeçava essa companhia um

capitão como o nome de Valadares do M. F. A. que depois de analisar os problemas foi todo pela população e nada pelos senhores de Calhariz. Convém citar mais uma vez que um elemento do M. F. A. esteve pela população e não pelos senhores feudais, nazis, capitalistas e fascistas. Portanto esses senhores disseram-nos que os nossos propósitos eram certíssimos eram justos e para que nós não parássemos e continuássemos porque a revolução foi militar mas tem de ser secundada pelo povo. Pois os nossos propósitos daqui para o futuro é continuarmos até que a Maça seja libertada destas três opressões iniciais.

A nossa luta é pelos direitos da própria população, pois, esses direitos foram também tirados pela Casa de Palmela.

O PROBLEMA É DA ALDEIA

"Revolução" — Esse tal capitão Valadares ficou depois como intermediário entre a comissão e a Casa de Palmela?

Resposta — Sim, depois a comissão deslocou-se a Setúbal e tiveram uma reunião com o comandante, o 2.º comandante e o capitão Valadares; portanto fomos lá dizer quais os nossos propósitos porque no dia da manifestação os senhores estavam um bocadinho quentes e não houve ocasião de se exprimir, o que na verdade nós pretendíamos. Segundo nos contam a Casa de Calhariz foi lá chamada e ficavam lá eles a servir de mediatários. Há quem alegue também

Continuação pág. 17

O IMPÉRIO GULBENKIAN E A LUTA DOS TRABALHADORES

A greve foi suspensa por decisão tomada em assembleia geral de trabalhadores, no passado dia 26, uma vez que as negociações recomeçaram com a administração. No entanto os trabalhadores continuam vigilantes e firmes nas suas posições. Nomeadamente decidiram não negociar com os membros da administração para os quais tinha sido exigido o saneamento.

Mas a administração não desarma. No passado dia 31, esta pretendeu não pagar os ordenados, porque tinham que ser descontados os dias de greve. Perante isto, umas centenas de trabalhadores reuniram-se frente ao edifício da administração, exigindo o pagamento, imediato e na íntegra, dos salários, ao que esta acedeu, remetendo para Outubro o problema do pagamento, ou não, dos oito dias e meio de greve. A posição de força tomada pelos trabalhadores foi a afirmação, clara e inequívoca, da firmeza destes perante as manobras intimidatórias da administração. Esta tem, constantemente, procurado enganar os trabalhadores. Assim os administradores, para os quais tinha sido exigida a saída imediata, dr. Vitor Sá Machado, eng. Guimarães Lobato e o embaixador Marcelo Matias, foram simplesmente mudados de pelouro. O embaixador Marcelo Matias foi mesmo transferido para Paris, transferência tanto mais suspeita, quanto havia pressões da parte dos trabalhadores, no sentido de esclarecer o passado político desse senhor, como se pode avaliar pelo comunicado dos trabalhadores da Fundação enviado aos órgãos da informação e que a seguir se publica.

COMUNICADO DOS TRABALHADORES DA FUNDAÇÃO GULBENKIAN AOS ORGAOS DA INFORMAÇÃO

Como é do conhecimento geral, os trabalhadores da Fundação Gulbenkian paralisaram ontem todas as suas actividades, incluindo espectáculos públicos, como protesto contra a recusa da administração em proceder a urgentes medidas de saneamento e contra um comunicado de tom ameaçador e de espírito totalmente incompatível com a ordem democrática instaurada no país a 25 de Abril.

Convém acentuar que os trabalhadores da Fundação, chamados a manifestarem a sua confiança nos administradores, expressaram, por esmagadora maioria, a sua desconfiança em relação ao embaixador Marcelo Matias, ao Dr. Vitor Sá Machado e ao Eng.º Guimarães Lobato. Em relação ao embaixador Marcelo Matias, pareceu aos trabalhadores da Fundação que não podia continuar a dirigir uma instituição com as finalidades culturais da mesma, uma pessoa que foi

ministro dos negócios estrangeiros do governo salazarista e que, nessa qualidade, se solidarizou com uma das mais negras fases de repressão cultural, incluindo a prisão de figuras de tão alta craveira intelectual como António Sérgio, Vieira de Almeida, Jaime Cortesão e Azevedo Gomes. Como pode um ministro solidário com estas prisões manter responsabilidades culturais à frente da Fundação Gulbenkian, sem que a imagem desta seja imediatamente posta em causa? Os trabalhadores consideram a sua permanência um insulto à sua consciência democrática e entendem que um mínimo de sensibilidade a estes valores obrigaria a administração a afastá-lo.

Quanto aos administradores Guimarães Lobato e Sá Machado, a esmagadora maioria dos trabalhadores da Fundação achou-os incompetentes para o desempenho das suas funções e envolvidos em flagrantes casos de injustiça, que só agora, graças ao processo encetado, se poderam inutilmente revelar. Se estes administradores entendessem que pode ter havido injustiça nessa apreciação, restava-

A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

O Império Gulbenkian e a luta dos Trabalhadores

— lhes solicitar um inquérito independente à sua actividade. Por motivos dificilmente compreensíveis — ou, então, facilmente compreensíveis — não o fizeram até agora, o que só pode depor contra eles.

Um administrador envolvido numa política repressiva, dois administradores que não querem que se faça luz sobre a sua suspeita actividade passada, poderão dar garantias da dignidade, isenção e altura, moral e intelectual que se deve exigir a quem está à frente duma instituição com o prestígio e as responsabilidades da Fundação Gulbenkian? E ignorar a descon-

fiança manifestada pelos trabalhadores em relação a estes administradores será coerente com a apreçoada unidade do conselho de administração com os trabalhadores da Fundação com a prossecução solidária dos altos fins a que a instituição foi votada e com a vontade do fundador?

Na sua quase totalidade, os trabalhadores da Fundação respondem negativamente e crêem que a população os acompanha nesse modo de sentir.

Lisboa, 19 de Junho de 1974.

DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

1. Considerando que a efectiva democratização da vida do País e o processo de descolonização têm sido entravados e até boicotados pela ausência de decisões urgentes e inadiáveis;

2. Considerando que, apesar dessa ausência, se têm verificado acções que são o prolongamento do clima que o Programa do M.F.A. se propôs abolir em todos os sectores da vida nacional;

3. Considerando que essas acções têm consubstanciado uma escalada repressiva que se tem traduzido nomeadamente

— No combate a todas as formas de acção que visam desbloquear o processo de descolonização;

— Na promulgação de uma lei de Imprensa que abafa a expressão popular das mais justas reivindicações;

— No cercar de liberdades cujo exercício conduziu e ameaça conduzir ao silêncio das prisões;

— Na nomeação de personalidades do antigo regime para cargos que se revestem de especial importância na vida política do País

(ex. a nomeação de Veiga Simão para a ONU).

4. Considerando que todos estes entraves ao processo de democratização e descolonização resultam da detenção parcial do poder político pela classe economicamente dominante que pretende manter o aparelho de estado como instrumento de dominação das classes trabalhadoras;

5. Considerando que a política educacional tem um papel fundamental na reprodução das realções de classe actualmente existentes;

6. Considerando que, por isso, todos esses entraves têm tido repercussão em toda a Administração Pública e, em especial, no sector educacional;

— Através da manutenção, em postos de direcção, de pessoas profundamente comprometidas com a orientação política e os actos repressivos do regime fascista;

— E através do boicote sistemático de quaisquer medidas de

(continua na pág. 18) ▶

A LUTA DOS ADMINISTRADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA É A LUTA DE TODOS OS TRABALHADORES

Esta uma verdade que sempre procuraram ocultar durante 48 anos de fascismo, numa tentativa de cavar mais um fosso entre os trabalhadores.

Durante quase meio século o fascismo defendeu que os interesses dos "funcionários públicos" nada tinham em comum com os dos restantes trabalhadores. Nada poderiam nem deveriam reivindicar, pois a sua entidade patronal era o Governo, e portanto o País! Claro que não explicavam qual País e qual Governo!

A única política permitida, ou mesmo imposta, aos trabalhadores era o fascismo, o que permitia com ameaças e "saneamentos" fascistas, os trabalhadores da Função Pública fossem sistematicamente afastadas das lutas progressistas dos restantes trabalhadores.

Esta política permitiu que o funcionalismo público fosse colocado no lugar de grupo de escravos da comunidade social sem força para se revoltarem nem mesmo contra a exploração económica e social a que estavam submetidos.

Hoje os trabalhadores começaram a despertar, mas imediatamente surgiram medidas tendentes a reconduzi-los à situação anterior. Curiosamente essas medidas vêm de duas direcções aparentemente diferentes,

1 — Por um lado, do Primeiro Governo Provisório, que pretende amoldar os trabalhadores reactivando medidas do Estatuto do Funcionalismo Público, cuja anulação tinha sido exigida. Depois, esperando que os trabalhadores já estivessem submetidos a essa medida, tentam um aumento de vencimentos que em nada diferiam dos anteriormente propostos (pelos governantes fascistas) esperando que esses aumentos servissem de mordça provisória.

A possibilidade destas medidas vingarem era baseada, além do mais, no boicote a um correcto saneamento dos meios públicos que permitia ao funcionalismo fascista permanecer nos corpos técnicos e burocráticos da Nação.

2 — Por outro lado, estas medidas eram apoiadas por vezes, dentro do próprio funcionalismo, tendentes a reconduzir os trabalhadores da F. P. à situação anterior. Essas vezes afirmam, por exemplo, que os problemas dos trabalhadores são apenas económicos e não políticos! Pretendem assim que os trabalhadores permaneçam com a ideia que a política é para os políticos, devendo eles apenas lutar pela sua sobrevivência económica.

Como se vê volta-se ao antigo palavreado... A novidade reside apenas em que estas vezes são agora de indivíduos politizados e que se dizem representantes dos trabalhadores.

QUEM TEM MEDO?

Quem tem afinal, medo dos trabalhadores da Função Pública?

Quem tem medo de estes se politizem e compreendam que a sua luta é a de todos aqueles que lutam por uma verdadeira Revolução Socialista?

É necessário que os trabalhadores da Função Pública compreendam que não é um facto isolado que permite um aumento de vencimentos beneficiando especialmente os postos superiores da Função Pública; que não é um facto isolado que o saneamento desses mesmos lugares não seja efectuado, excepto no papel e mesmo assim de modo a deixar muitas dúvidas quanto à sua aplicação; que não é um facto isolado que continua a dar àqueles que teriam maiores aumentos e que por acaso eram os mesmos que antes, o poder de, hierarquicamente, continuarem a submeter os trabalhadores.

Contudo, se aliarmos os três factos, talvez algumas coisas se comecem a compreender melhor...

Não podemos deixar de recordar as palavras de LENINE: "Nas revoluções burguesas, o poder estatal apenas passa das mãos de uma classe para as de outra... o sistema da exploração da maioria por poucos esse mantém-se. A burguesia ascendendo ao poder busca, geralmente, aliança com o seu adversário vencido e contra os aliados de antes..."

É também Lenine que em 1917 perguntava: "Ainda que promulguem as leis mais perfeitas, quem as irá em prática?" e respondia: "Os mesmos funcionários de sempre e esses estão amarrados à burguesia".

Que os trabalhadores da Função Pública compreendam estas palavras e meditem nelas. A vigilância de todos os trabalhadores é mais do que nunca necessária. A luta de uns é a luta de todos: pela Revolução Socialista.

Um Grupo de Funcionários

Públicos

VAMOS VER SE NOS ENTENDEMOS...

O PROBLEMA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA

Os trabalhadores da Função Pública têm-se movimentado bastante, acordando para uma luta que, só agora, alguns começaram a suspeitar ser também a sua.

Tanto bastou para que aparecessem nos meios de informação "Comunicados", do Secretariado Provisório da Função Pública, a "desconvocar" reuniões e manifestações convocadas por Grupos de Trabalhadores.

Vamos ver se nos entendemos...

Quem é o Secretariado Provisório da Função Pública para "desconvocar" acções que não convocou? Será que o Secretariado tem medo dos trabalhadores? A quem representa, de facto, o Secretariado? Que representatividade é essa que sem consulta aos trabalhadores "desconvoca" e boicota, reuniões que estes entenderam promover?

Mas continuemos...

Diz, esse Secretariado, que ao tomar essas decisões o faz com a intenção de manter a Unidade entre as massas e evitar divisões que

enfraquecem! Agora, talvez possamos estar de acordo. Enfraquecem o Secretariado Provisório, claro! Mas os trabalhadores, esses só se reforçam, numa luta cada vez mais intensa. Aliás, isso já se verificou na prática. Senão, vejamos:

O Secretariado Provisório arranhou uma organização, bem estudada, entre os trabalhadores da Função Pública; arranhou uma Assembleia de Delegados que perde o seu tempo em discussões inoperantes e tudo isto "muito bem feitinho" e com aspecto de grande representatividade; fabricou um caderno reivindicativo e fê-lo aprovar (quase) pelos trabalhadores (segundo eles...).

Qual a resposta do Primeiro Governo Provisório? Reforçou o Estatuto do Funcionalismo Público (fascista), aprovou um decreto de saneamento que a ninguém é aplicado e anunciou um aumento de vencimentos nos velhos moldes fascistas e que em nada beneficia os trabalhadores.

O reverso da medalha é elucidativo: os trabalhadores, justamente sentem-se enganados. Reagem e fazem uma manifestação com enorme mobilização de massas. Imediatamente conseguem que o decreto nem sequer seja publicado e que o Governo prometa a completa revisão do problema.

Pensamos que todos compreenderão qual das atitudes é a mais correcta e pelo contrário, qual a mais desmobilizadora.

É preciso que os trabalhadores da Função Pública compreendam que apenas uma atitude é reveladora de fraqueza, a do Secretariado Provisório que tenta por todos os meios ao seu alcance sabotar, dividir e despolitizar ou evitar a politização dos Trabalhadores da Função Pública.

A verdadeira unidade fabrica-se, nasce, surge de reuniões e manifestações como a do dia 8 de Julho, que mostrou claramente o que os trabalhadores queriam e aquilo que eles não poderiam admitir.

O SECRETARIADO CAIU NA RUA

E afinal, que papel desempenhou o Secretariado Provisório nesta manifestação? E no processo que se lhe seguiu? Nenhum, é claro! Negativo, apenas...

Quando os Senhores do Secretariado verificaram serem importantes para se colocarem na vanguarda, das lutas dos Trabalhadores da Função Pública, tentaram por todos os meios ao seu alcance travá-la. Assim pelo menos, ficaram-lhe agarrados ao rabo. Esses senhores não se querem deixar ultrapassar pelo Movimento dos Trabalhadores e em vez de tentarem correr para o alcançar acham, preferível agarrá-lo, para ele não lhes fugir. E, uma atitude muito feia... mesmo em competições desportivas...

Estes senhores têm um nome: oportunista. Aliás, revelaram-no bem quando na Assembleia de Delegados do dia 12/7 recorreram a

(continua na pág. 17) ▶



TRABALHADORES EM LUTA LUTA DOS TRABALHADORES

Vamos ver se nos entendemos...

AS TERRAS DA MAÇA

PROPOSTA

saneamento consentâneas com os interesses dos trabalhadores;

7. Considerando que a luta reivindicativa dos trabalhadores da Administração Pública tem encontrado sérias dificuldades no seu desenvolvimento;

— Pela ameaça do exercício efectivo de um instrumento legal — o Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cívicos — que ao longo de anos castrou a voz do trabalhador do Estado e o reduziu à condição de servo obediente;

— Pelo apelo a uma disciplina e hierarquia que aliena o funcionalismo das reais condições económicas e sociais que o envolvem;

— Pelo não reconhecimento do direito a uma sindicalização livre;

8. Considerando que a satisfação das suas reivindicações não implica, necessariamente, uma justa solução para os seus problemas fundamentais e que só uma efectiva vigilância dos trabalhadores pode garantir a prossecução das suas lutas; Os trabalhadores do M.E.C., conscientes de que a luta continua e a classe dominante tudo fará para utilizar o aparelho de Estado como forma de dominação, exigem:

1. A exclusão do Prof. Eduardo Correia no futuro elenco governamental;

2. O início do processo de saneamento com vista ao absoluto desmantelamento das estruturas herdadas do antigo regime, mediante:

a) a imediata demissão de todos os directores-gerais (ou equiparados) e adjuntos (ou equiparados) do M.E.C.;

b) a abertura do processo de saneamento a todos os níveis que deverá ser feito com a observância dos critérios definidos (ou a definir) pelos trabalhadores do M.E.C.

3. A imediata revogação de toda a legislação que cerceia o exercício das liberdades fundamentais dos trabalhadores e, nomeadamente no que respeita aos trabalhadores da Função Pública, do Estatuto Disciplinar do Funcionamento Público, cujo reforço foi objecto de considerações em recente resolução do Conselho de Ministros.

4. O reconhecimento do direito à livre sindicalização.

5. O reconhecimento do direito à greve.

6. A participação em qualquer processo que vise a reestruturação dos serviços.

Os trabalhadores do M.E.C., face ao actual processo reivindicativo geral, consideram ainda imprescindível a satisfação imediata das seguintes necessidades fundamentais.

7. A revisão dos vencimentos segundo um critério justo que atenda aos interesses definidos a este respeito pelos trabalhadores da Função Pública.

8. Garantia formal de que será profundamente reestruturada, dentro de um prazo a definir, todo o sistema de remunerações dos trabalhadores da Função Pública.

A Comissão de Delegados da Direcção-Geral da Administração Escolar

que a Casa de Calhariz quer transferir estas doações para a Câmara. Coisas que nós recusamos terminantemente, pois o problema é mais da aldeia do que municipal e concelhio. Nós não queremos sobrearringar a Câmara ou autoridades locais com problemas que podem ser resolvidos entre nós. Defendemos uma política destas, construtiva, sendo as próprias pessoas a olhar pelos seus próprios direitos sem intermediários de autarquias locais. Isto não é um problema jurídico. Aliás, foi proposto pelo capitão Valadares que apresentássemos exposições ao governo. Nós recusamos isso pois é um problema cá, que diz respeito à população de cá; sobre a GNR nós insistimos muito: eles não são da população, a população não usa seja. E se a GNR quer efectivamente tomar uma posição junto do povo como se a ele pertencesse, têm que vir ao encontro do povo, não é como aconteceu — a GNR passou aqui, teve conhecimento através de panfletos que nós pusémos por aí, e não se dignaram vir aqui junto da comissão, junto da população, ver o que se passava e inclusivamente dizer que vinham em auxílio do povo. Lá junto à casa de Palmela, fomos recebidos e familiarizados com os guardas de lá, armados. Logo aí, eles nunca estavam ao serviço do povo, mas sim do capitalismo. Esse foi um ponto que nós repudiamos, insistindo para que eles se retirassem; inclusivamente falou-se com o sargento, delicadamente, para que eles se retirassem, pois a presença deles era incomodativa para o povo. E retiraram, mas só depois de telefonarem lá para Setúbal, para o Comandante deles, a comunicarem o que se estava a passar. A partir daí o povo começou a manifestar-se ordeiramente (que é o que esses senhores não dizem). Nós lá dissémos o que queríamos, inclusivamente no final foi cantado o Hino Nacional e a população veio ordeiramente. Depois no caminho deparou-se-nos a cerca de 100 metros do local onde nos manifestámos a GNR de Sesimbra mais um jipe de Setúbal. Aí a população manifestou-se novamente porque não queria ali a GNR. Dava a impressão que a população ia sob prisão ou sob pressão da GNR. Depois foi quando chegaram as Forças Armadas. Nós não sabemos quem é que as chamou nas julgamos que fosse o sargento que comandava a GNR. O tenente disse que lhe tinham telefonado a dizer que estavam quatrocentas pessoas a manifestarem-se. E eles vieram e foi então que nós lhe contámos tudo e lhes dissemos que aquilo não era de um indivíduo mas segundo a vontade da população toda. E isto é muito importante. Também convém dizer que a população das Pedreiras se solidarizou e foi conosco, porque eles também são um pouco prejudicados. As terras ocupadas são tanto da Maça como das Pedreiras; é uma faixa que vai até à Lagoa de Albufeira.

Volto à conversa com o Capitão Valadares nós também lhe dissémos que a manifestação decorreu o mais ordeiramente possível. O Capitão disse à popula-

ção que tinha aderido ao M. F. A., mas isso já se sabe como é que é... Pois eu estou convencido que eles só serão bem recebidos no dia em que mudarem de fato. Quanto aos guardas armados na Casa de Palmela, eles já exerceram várias vezes a repressão e inclusivamente já atingiram um indivíduo que andava a jogar à bola mesmo na estrada. Isto vem a propósito de eles dizerem que a Casa de Palmela sempre esteve aberta ao diálogo, o que não é verdade. Eles só estavam abertos se a pessoa com o boné na mão no sentido de ajoelhar-se ao pé deles e chamar-lhes senhores, ou seja, ir lá como escravo, como servo. Nessa altura eles recebiam muito bem. As pessoas como não têm gás precisam de lenha e não podem ir buscá-la ao pinhal porque eles têm lá as guardas com as espingardas que caem logo em cima das pessoas. Ainda hoje eles têm aí uns vinte guardas. Têm 4 guardas florestais com carabinas, mas à parte desses têm uns indivíduos a quem eles deram uma caçadeira e puseram como guardas e quem entrar lá dentro come. O problema que nós temos agora com as terras é em relação àquelas que nós tínhamos alugadas e que eles expropriaram. Mas existem problemas de terras roubadas e outras que por nós serem tão gerais consideramos secundários.

COMICIO

A sala onde foi convocado o comício estava com bastante gente: população da Maça, população das Pedreiras que tem problemas quase idênticos aos destes e algumas pessoas de fora. Encontramos cartazes suspensos no tecto com estas palavras:

"Exigimos o 25 de Abril na nossa Aldeia"; "A aldeia não é um campo de concentração"; "Fora os arames queremos liberdade"; "Casa de Palmela; sempre ao povo se deve a verdade. Não o enganem. Não o alucinem. Não o explorem. Eduquem-no, não o reprimam!"; "Só os pobres de espírito ou os oportunistas estão com a Casa de Palmela"; "Acabemos com a hipocrisia da falsa moralidade, da falsa bondade, da falsa caridade que caracteriza a educação fascista substituindo-a pela defesa dos direitos do homem e pelo reconhecimento da justiça das reivindicações do povo".

Iniciou o comício um membro da direcção descrevendo o que se tinha passado até àquela altura. Contando o que a manifestação do dia 13 tinha ido fazer à Casa de Calhariz, perguntou:

— Porquê é que a Casa de Palmela não quer receber a comissão desta aldeia, será que eles ainda munidos do seu espírito nobre se envergonham de receber os plebeus, seus próprios escravos? Será que nós não somos pessoas como eles?

A seguir disse: "Temos que acabar, de uma vez para sempre com o mito dos senhores de sangue azul."

Falou também das notícias que saíram nos jornais República e Diário de Lisboa acerca dos problemas passados na Maça. Com

base de uma notícia tirada de um jornal em que um senhor da Casa de Calhariz dizia que "a Casa de Palmela não era um feudo"; "nem alguma vez impôs a quem quer que fosse um regime feudal"; e membro da comissão perguntou-lhe:

"O que significa o problema dos trabalhadores trabalharem de sol a sol?"

Houve-se uma voz da assistência:

"O feudalismo".

Citado no mesmo jornal:

"E manteve até acerca de 3 meses o melhor sistema de relações humanas com todos os seus empregados e vizinhos, avesso a qualquer paternalismo ou arbitrariedade".

Ora vejamos o seguinte sistema de relações humanas com todos os empregados e vizinhos. Em relação aos empregados devemos dizer que após o 25 de Abril os senhores aumentaram 30500 diários. Porquê só depois do 25 de Abril? Antes do 25 de Abril não havia necessidade destes 30500? Então isso é ser amigo?

Em relação às terras diziam os senhores o seguinte: "As terras em que a notícia se baseia, à mais de 15 anos que haviam reentrado na Casa de Palmela por haverem sido entregues pelos rendeiros". E a assistência disse: "Mentira, mentira".

Depois ele começou a ler o comunicado-resposta do povo da aldeia à carta da Casa de Palmela. Depois de ter falado um membro da comissão falou um membro da comissão representativa das Pedreiras, que começou por dizer: "Juntamo-nos à Maça para todos juntos conseguirmos derrubar o fascismo, que está entranhado dentro da Casa de Palmela" e continuando dizendo: "Eu achava justo que os arames fossem já hoje tirados". O que teve a aprovação da assembleia. Depois falaram várias pessoas da assembleia que exprimiam o mesmo desejo de deitar os arames abaixo e de ocupar a casa que viria a ser a escola dos seus filhos, pois todos eles se sentem prejudicados pela Casa de Palmela. E depois do Comício as pessoas dirigiram-se aos locais com arames (que cercam a aldeia) e começaram a tirá-los.

Assim, as pessoas presentes deitaram mãos à obra, no que foram ainda ajudadas durante algum tempo por excursionistas que o acaso ali trouxe empreendendo assim uma válida tarefa que ficou distribuída pelas pessoas em três escalões: Uns cortaram os arames da vedação, outros enrolaram esse arame, de modo a que não ficasse estendido no solo, impedindo acesso ao terreno, e ainda um terceiro grupo de pessoas se encarregou de derrubar todos os postes inutilizando-os ao mesmo tempo que, também se encarregaram de derrubar os portões de entrada e a corrente que proibia a entrada a veículos que não fossem dos senhores "feudais".

Esta tarefa teve início cerca das 20 h e 30 e durou até às 21 h e 35. Em frente ao portão de entrada da Casa de Calhariz encontravam-se guardas da dita propriedade que não interferiram no justo trabalho da população.

Contudo cabe aqui uma crítica à comissão defensora dos interesses da população, na execução da tarefa. Neste momento abandonamos o local, pelo que não temos mais informações.

todos os processos para impedir a clarificação de posições de alguns trabalhadores presentes.

Quando um delegado afirmou a dada altura:

"O Secretariado Provisório já não existe. O Secretariado caiu na rua no dia 8".

Responderam-lhe, historicamente, pela boca de uma representante que "O Secretariado tinha sido eleito e que bem ou mal, eram eles os representantes dos trabalhadores! É preciso que todos se convençam disso", terminou.

Claro, claro que é... É preciso que os trabalhadores se convençam que são representados pelos senhores de Secretariado, para que estes possam continuar, em nome dos trabalhadores, a desmobilizar, desconvoçar, denunciar e policiar esses mesmos trabalhadores.

O S. P. E. O FISCAL DOS TRABALHADORES

Vamos ver, de facto, se nos entendemos.

Os trabalhadores da Função Pública devem exercer uma constante vigilância sobre aqueles que se dizem seus representantes. Evidente que existem bons e maus delegados e é preciso que os trabalhadores os saibam reconhecer.

A Assembleia de Delegados não tem que se opor às justas lutas dos trabalhadores, mas que se integre nelas. E aos trabalhadores que compete distinguir as palavras de ordem justas das injustas. É a eles que compete conhecer o que querem e como querem e não aqueles que dizem falar em seu nome.

O Secretariado não tem que fiscalizar os trabalhadores... Estes é que devem fiscalizar o Secretariado!

Claro que esta verdade também não é aceite pelo Secretariado Provisório.

Não! Afinal não conseguimos entender!!! Seria bom que esses senhores tomassem, de uma vez para sempre, posições bem claras! Nós não temos medo delas. Então porque terão eles?

A função dos delegados dos Trabalhadores da Função Pública é dinamizar a luta dos mesmos; é dar publicação aos problemas e desejos dos trabalhadores; é lutar por aquilo que eles pretendem. A função dos delegados não é dirigir e fiscalizar os trabalhadores. Estes sabem bem aquilo que querem...

São todos maiores e quase todos vacinados. DEIXEMOS A FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO PARA OS FISCALIS E PARA OS POLICIAS. A vigilância da luta compete aos trabalhadores.



ANTÓNIO DIAS CARDOSO — DEZ ANOS DE TARRAFAL

Separaram-me, prestaram-me assistência no Tarrafal e só no dia seguinte é que eu pude vir para o Praia. Mas alguns de nós até de chinelos, foram forçados, com aquela simpatia humana a meterem-se em carros e houve um cortejo extraordinário que veio até à cidade da Praia.

R. — Essa manifestação assemelha-se um bocadinho àquela que os pescadores de Peniche fizeram aos presos. Mas naturalmente que aí em Cabo Verde foi maior. A que é que atribuis politicamente essa manifestação?

ADC. — Bem eu suponho que o povo cabo-verdiano está maduro, para a independência. Tenho a certeza, aliás, por tudo o mais que depois vive, nos dois meses que lá estive. Eu intervim em comícios na Praia e Santa Catarina e estive em S. Vicente e vi a adesão popular que havia no sentido da independência apoiando o PAIGC. De maneira que eu verifiquei que aquele povo tinha uma ânsia enorme de se libertar e naquele momento era simbólico a nossa libertação, digamos que era como que a libertação deles todos de um processo que eles pensam que está chegando ao fim, ou seja que o colonialismo português agoniza.

R. — O que é que as pessoas esperam do PAIGC?

ADC. — Evidentemente que todos eles esperam uma vida melhor e diferente do que aquela que têm. A maioria do povo cabo-verdiano vive em condições dramáticas, tremendamente difíceis mesmo no ano em que não faltava chuva, e presentemente já há oito anos que não chove. O colonialismo português nunca criou infra-estruturas necessárias para que não houvesse problemas com a falta de chuva e enfim, servindo-se daqueles conhecimentos científicos e técnicos que presentemente há que pô-los ao serviço do homem e permitir transformar a natureza independentemente dos seus caprichos. E como essas infra-estruturas nunca foram criadas, o povo cabo-verdiano, mesmo nos anos bons vive no limiar da fome, e tem uma alimentação que é o mínimo necessário para a sobrevivência. Quando falta a chuva desequilibra completamente. Esse mínimo e então por uma simples gripe começam a morrer crianças e pessoas idosas, que é uma coisa que eu constatei no tempo em que lá estive. E neste momento não acontece como aconteceu em 1947-1949 em que morreram cerca de 25 000 cabo-verdeanos de fome. O fascismo português sempre utilizou Cabo Verde como exemplo do colonialismo português, o tipo de colonização portuguesa multirracial e humana, e, evidentemente, com toda a sua repressão, abafou os factos completamente. Ficou ao nível praticamente dos cabo-verdeanos que sentiram na pele, e de algumas pessoas de fora., aquele genocídio autêntico em que morreram 25 000 pessoas de fome. Eu tenho duas fotografias enormes onde se vê numa vala comum uma fila de cadáveres emburalhados em lençóis lá em baixo. Evidentemente eles não enterravam logo tudo, numa vala enorme punham alguns e depois esperavam por mais e depois quando tivesse uma vala maior tapavam. Na outra fotografia

vêm-se cadáveres amarrados em simples sarapilheiras, em sacos, e emburalhados em lençóis espalhados por diversos sítios do cemitério a aguardar para serem atirados para dentro da vala.

R. — Então o que é que as pessoas esperam do PAIGC?

ADC. — Portanto as pessoas esperam que desapareça a fome, a miséria, a prostituição — as crianças andarem a pedir esmola, aquelas condições desumanas em que vivem naqueles bairros suburbanos de S. Vicente e da Praia — aquela luta ingente, fantástica, que é a dos camponeses num solo tremendamente pedregoso e inclemente, haver pouca água o esforço enorme para conseguir tirar pão e as mulheres terem uma série de partos, para conseguirem ter uma ou duas que chegam à idade adulta. Evidentemente que, de uma maneira nebulosa, é mais uma ânsia de que uma coisa perfeitamente consciencializada. Pensam que há-de ser completamente diferente, e há-de desaparecer aquele vegetar, para realmente se levar um tipo de vida digna e verdadeiramente humana.

R. — As pessoas pensam que o PAIGC vai trazer o socialismo, ou não?

ADC. — Isso depende. Mas ao nível de indivíduos mais esclarecidos eu vi bastante simpatia pelo socialismo e nunca pelo capitalismo ou pelo imperialismo. E aliás até pelo contraste se vê na maneira como as forças lúcidas se pronunciam sobre o capitalismo e o imperialismo e sobre o colonialismo que não há outra saída senão pensar que pressupõe uma solução socialista porque aquela solução capitalista já eles conhecem perfeitamente até ao totno.

R. — Há proprietários médios gregos?

ADC. — O processo de colonização de Cabo Verde foi muito especial, praticamente todo o arquipélago está na mão dos cabo-verdianos; há portanto uma burguesia nacional grande, mas dentro desta burguesia nacional sectores vastos com quem eu contactei são a favor do PAIGC. Há realmente aí alguns pequenos sectores que criaram dois partidos que praticamente ninguém conhece cá fora o PIC e DC., que correspondem a interesses capitalistas. Serão possíveis cartas para jogar numa solução neo-colonialista para Cabo Verde mas não têm adesão popular.

R. — Mas esses proprietários são a favor do PAIGC, porque são a favor da independência. Aceitam por exemplo o socialismo?

ADC. — Bem, ficou claro várias vezes ser reclamada uma reforma agrária.

R. — E quando as pessoas falam em reforma agrária em que termos é que falam. O que é que pensam que a reforma agrária é?

ADC. — Não há nenhum equívoco a terra a quem a trabalha e a quem realize o seu esforço, portanto pensam mesmo numa reforma agrária, em que a terra pertencerá a quem a trabalha a quem realiza o seu esforço e evidentemente os seus benefícios serão para todos conforme as suas necessidades.

R. — Portanto, colectivização da terra?

ADC. — Absolutamente.

R. — E portanto essa burguesia

cabo-verdiana aceitará uma colectivização da terra?

ADC. — Eu quero crer que não. Inevitavelmente há mesmo sectores da burguesia cabo-verdiana, aderentes ao fenómeno do processo colonial. E há evidentemente sectores reaccionários que são inclusivamente contra a independência.

R. — Havia suspeltas que pudessem vir a haver bases da Nato em Cabo Verde?

ADC. — Bem, os elementos mais lúcidos de lá, pensam e pensam muito bem que o imperialismo se articula todo como um polvo gigantesco e cria interesses vastíssimos que Portugal serve bem com bases cedidas, e cria interesses vastíssimos que Portugal serve bem com bases cedidas, por exemplo a dos Açores. E dada a posição do arquipélago de Cabo Verde, é legítimo temer, até porque nós sabemos as manobras dos imperialistas, que Cabo Verde pudesse vir a ser jogo de quaisquer manobras nesse sentido, evidentemente não sabiam, nada de concreto e até pode não ter havido nada de concreto. Mas o facto de se quererem antecipar e frizarem uma posição sem equívocos tem o seu significado e teve evidentemente a sua utilidade. Os telegramas que a União Democrática de Cabo Verde mandou ao Presidente da República e ao secretário da NATO, partem do princípio que a vontade geral da população é que aquilo venha a ser uma base da NATO. Um suicídio político autêntico!

R. — Essa burguesia ligada a essas manobras é realmente rica ou é apenas uma burguesia remediada?

ADC. — É uma questão relativa. Evidentemente que em relação, àquele mundo muito especial, a burguesia cabo-verdiana vive em condições extremamente boas em relação à maioria do povo cabo-verdiano. Eu tive possibilidades de entrar em casas desde as mais pobres, às mais humildes, em que falta tudo, em que as pessoas vivem amontoadas e sem condição de higiene absolutamente nenhuma e um mínimo de conforto até antrar em casas com todas as comodidades e até com algum requinte. Quero crer mesmo, pelo menos em relação a Angola, que a pequena burguesia nacional angolana não vive com a comodidade que vive a burguesia nacional cabo-verdiana, mesmo considerando estes oito anos em que não há chuva, visto que são indivíduos que têm os seus empregos certos, os seus ordenados razoáveis e equilibram-se perfeitamente apesar da inflação que há. Evidentemente que há na pequena burguesia um limiar em que os indivíduos vivem com umas certas dificuldades, tapando aqui, descobrindo acolá. Isto em relação às condições tremendamente horríveis em que vive a maioria do povo nas cidades e dos camponeses no interior faz um contraste por vezes, até chocante. Nestes sectores da burguesia nacional encontrei indivíduos e, aliás, bastantes, que têm a consciência deste desequilíbrio, desta contradição — deste fosso. E evidentemente não é ir vestir uma roupa esfarrapada e deixando a casa onde estão, indo viver para uma palhota que eles vão fazer a revolução e que vão acabar com essas

contradições, mas é lutando politicamente, conseguindo destruir o colonialismo, o fascismo e depois tentarem criar, eles mesmo, governando, uma sociedade mais justa em que essas contradições sejam esbatidas a tal ordem que desapareçam de vez.

R. — Aquil em Portugal havia muitas dúvidas, e há, em relação à independência da Guiné, no caso de ser dada, acarretar a independência de Cabo Verde o que é que se pensavam em Cabo Verde a esse respeito?



ADC. — Bem, em Cabo Verde pensa-se que o PAIGC é o legítimo representante, ou por outra, aquilo que eu conheço de Cabo Verde, a cidade de Mindelo, a cidade da Praia, St.ª Catarina (que é uma povoação grande) e Santiago e outras povoações da ilha de Santiago. A maioria, realmente, da massa popular adere ao PAIGC, pelo menos corresponde com muito calor quando são lá realizados comícios e quando se lhes explica o que é o PAIGC pretende; e eles todos pensam que com a independência da Guiné-Bissau, Cabo Verde será também independente. Mas não pensam que irão, por exemplo, ficar colonos ou escravos da Guiné-Bissau como muitas vezes se diz. Aliás mesmo Cabo Verde certo sector da burguesia tenta caluniar nesse sentido o PAIGC, insinuando que os cabo-verdeanos depois ficam como dependentes ou colonizados, ou então dizendo que os quineenses não querem porque depois ficam eles dependentes do cabo-verdiano procurando explorar aquelas contradições que o colonialismo criou entre os próprios colonizados.

R. — Mas, o que perguntávamos não era bem isso, era se havia esperanças de, uma vez sendo dada a independência à Guiné-Bissau, Cabo Verde ficar também independente?

ADC. — Há esperanças e as forças são conscientes, os grupos mais conscientes e com mais defesa intelectual e mais activos e simpatizantes do PAIGC, fazem força nesse sentido como, poderá verificar pela moção que foi aqui aprovada e

que é igual praticamente a uma que o foi também na Praia. (1)

A esta moção aprovada em S. Vicente o PAIGC; RESPONDEU; (1) Uma coisa interessante; respondeu e tocou neste aspecto que é dramático, que é importante para o povo cabo-verdiano que é o facto de haver auxílio para deles resolverem os problemas da seca e lamentavelmente até agora, até pelo menos o momento de eu ter vindo de Cabo Verde não tinha havido uma resposta do Presidente da República.

R. — O que é que pensas da independência da Guiné?

ADC. — Penso que é um facto inevitável, é uma questão de tempo, aliás não é só da Guiné-Bissau, mas também de Angola e Moçambique e de todos os outros territórios coloniais portugueses. O colonialismo português agoniza inevitavelmente; aliás o 25 de Abril é uma consequência dos movimentos de libertação das colónias. Estes treze anos de desgaste fizeram apodrecer o fascismo português a tal ponto que se tornava insustentável. O 25 de Abril é uma consequência disso. O povo português tem que meditar, para chegar — á conclusão de que quem o está a libertar são os povos das colónias na sua luta de libertação.

R. — Não estamos totalmente de acordo; pensamos que o povo português lutou pela sua libertação.

ADC. — Eu não estou a subestimar isso. Quero dizer que se não fosse estes treze anos de lutas nas colónias ainda teríamos mais vinte ou trinta anos à espera do 25 de Abril. Quer dizer; aquilo precipitou um apodrecimento que tinha um processo temporal, que era lento. Portanto teríamos um apodrecimento para mais uns vinte ou trinta anos. As lutas de libertação fizeram apodrecer toda a estrutura fascista portuguesa; quer dizer, precipitaram, serviram de catalizador de um processo que era lento. É a minha ideia. Evidentemente que o povo português sofreu bastante e lutou claramente e de maneira clamorosa.

LENINE

OS OBJECTIVOS DOS DESTACAMENTOS DO EXÉRCITO REVOLUCIONÁRIO



posições apropriadas para os combates de rua (casas que permitam dominar a rua, armazenar bombas, pedras, ou ácidos que se lançarão sobre a polícia, etc.), etc., albergar o estado maior, reunir informações, esconder pessoas perseguidas, hospitalizar os feridos, etc., etc. Aos trabalhos preparatórios dizem também respeito os trabalhos imediatos de reconhecimento e exploração: obter planos de prisões, de postos de polícia, de ministérios, etc., obter informações sobre o regime das administrações, sobre os bancos, etc., sobre a guarda destes estabelecimentos, fazer esforços para estabelecer relações úteis (entre o pessoal da polícia, dos bancos, dos tribunais, das prisões, dos correios e telégrafos, etc.), reconhecer os depósitos de armas, todos os armazéns da cidade, etc. Há imenso trabalho e trabalho em que cada um pode ser de grande utilidade, mesmo sem ter a menor aptidão para o combate de ruas, mesmo as pessoas débeis, as mulheres, os adolescentes, os velhos, etc.

Com energia, um destacamento organizado, bem consolidado, será uma força enorme. Não renunciar em nenhum caso à organização dum destacamento sob pretexto da falta de armas, não a adiar tão pouco, sob este pretexto.

Os destacamentos devem, tanto quanto possível, proceder previamente à repartição das funções e, por vezes, designar previamente o respectivo chefe. Seria naturalmente insensato brincar à distribuição dos postos, mas não se pode também esquecer a imensa importância dum direcção uniforme, dum acção pronta e resoluta. A resolução, a garra, asseguram três quartas partes do sucesso.

Desde a sua formação, quer dizer, desde já, os destacamentos devem abordar o trabalho sob todos os seus aspectos, não somente teóricos, mas, o que é condição absoluta, igualmente práticos. Situamos no trabalho teórico o estudo das ciências militares, das questões militares; as conferências sobre estas questões, as conversas com militares oficiais, sargentos, etc., e mesmo com operários antigos soldados; a leitura, a análise e o estudo de brochuras ilegais e de artigos de jornais sobre combates de rua, etc., etc.

Os trabalhos práticos, repetimo-lo, devem começar desde já. Eles dividem-se em trabalhos preparatórios e em operações militares. Aos trabalhos preparatórios dizem respeito a procura de armas e de projecteis de toda a espécie, de

extremo não pode senão dispersar e desperdiçar as forças. Isso é verdade e, evidentemente, não se pode esquecer. Mas, por outro lado, também não se pode de modo nenhum esquecer que a palavra de ordem de insurreição já foi lançada hoje, que a insurreição já começou. Começar o ataque, se condições favoráveis se apresentam, é não só o direito como a obrigação directa de todo o revolucionário. A liquidação de bufos, de polícias, de "gendarmes", os atentados contra os postos de polícia, a libertação de presos, a recuperação de fundos do governo para a insurreição e outras operações deste género já tiveram lugar por toda a parte onde se desenvolve a insurreição, tanto na Polónia como no Cáucaso e todo o destacamento do exército revolucionário deve estar imediatamente pronto para operações semelhantes. Todo o destacamento deve lembrar-se que, se deixar escapar hoje a ocasião propícia para realizar uma destas operações, tornar-se-á culpado dum **inacção imperdoável**, culpado de passividade, e que esta falta é o crime maior da parte do revolucionário em época de insurreição, constitui a maior desonra para quem quer que seja que aspire à liberdade de facto e não em palavras.

Quanto à composição destes destacamentos pode dizer-se o seguinte: a experiência ensinarnos-á qual a importância dos efectivos a empenhar e qual a repartição das funções. Devemos começar a obter esta experiência por nós próprios, sem esperar indicações de ninguém. Naturalmente que se poderá pedir à organização revolucionária local que envie um militar revolucionário o qual fará conferências, colóquios, dará conselhos; mas se tal não for possível, agir-se-á obrigatoriamente por si e sem hesitações.

No que diz respeito às etiquetas políticas, os membros de um dado partido preferirão, naturalmente, reunir-se num mesmo destacamento. Mas não há justificação para uma oposição incondicional à entrada de membros de diferentes partidos nos destacamentos. E aqui justamente que devemos realizar a união, o entendimento prático (sem qualquer fusão de organizações, naturalmente) do proletariado socialista e da democracia revolucionária. Quem quer que seja que queira bater-se pela liberdade e mostre por actos que está pronto

para o fazer, pode ser considerado como democrata revolucionário e deve-se trabalhar com ele na preparação da insurreição (com a condição da pessoa ou grupo inspirarem inteira confiança, bem entendido). Todos os grupos "democratas" devem ser claramente afastados, pois são quase-democratas, grandes palra-dores liberais com os quais não se pode contar, aos quais seria criminoso, para os revolucionários, dar provas de confiança.

Naturalmente que o agrupamento dos destacamentos é desejável. O estudo das formas e condições de actividade comum será extremamente útil. Mas é preciso não cair, em caso algum, no exagero que leva à elaboração de planos complicados, esquemas gerais, trocando a acção viva por fantasias cheias de pedantismo, etc. A insurreição produz-se-á inevitavelmente em condições tais que os elementos não organizados serão mil vezes mais numerosos que os elementos organizados; é também inevitável que surjam casos em que seja preciso agir no local e imediatamente, só ou a 2, e cada um deve preparar-se para a acção, seus riscos e perigos. Os adiamentos, as discussões, as tergiversações e a hesitação são a morte de uma insurreição. O primeiro dever do revolucionário é dar prova da máxima resolução e energia, saber agarrar toda e qualquer ocasião oportuna, aticar no momento próprio as paixões revolucionárias da multidão, sugerir-lhe as acções mais energéticas e resolutas.

A luta contra os Cem-Negros constitui uma acção militar excelente, que forma os soldados do exército revolucionário, dá-lhes o baptismo do fogo e é de uma enorme utilidade para a revolução. Os destacamentos do exército revolucionário devem já estudar como, onde e com a ajuda de quem se formam as centurias negras, não se limitando à simples propaganda (insuficiente ainda que útil) mas intervindo pela força das armas, atacando os Cem-Negros, matando-os, fazendo ir pelos ares os seus quartéis-generais, etc." (Conforme ao manuscrito).

Escrito no fim de Outubro 1905. Publicado pela 1.ª vez em 1926 em Recolha Lenine V.

1) Operações militares conduzidas pelos próprios destacamentos.

2) Direcção da multidão. Os destacamentos poderiam ser de importância diversa, a partir de dois ou três homens.

Os destacamentos devem armar-se a si próprios como puderem (espingardas, revólveres, bombas, facas, matracas, cacetes, etc., etc.). Não devem esperar ser ajudados por quem quer que seja, de cima ou de fora, mas obter tudo pelos seus próprios meios.

(...)

Devem adoptar as disposições necessárias para poderem encontrar-se juntos nos instantes mais críticos, nas condições mais inesperadas. Cada destacamento deverá fixar previamente, com este fim, os métodos e os processos das suas acções comuns: sinalização nas janelas, etc., para se poderem juntar mais facilmente; gritos e apertelcoar, para reconhecer um camarada na multidão, sinal de reconhecimento para os casos de encontros nocturnos, etc., etc. Todo o homem enérgico pode, com dois ou três camaradas, estudar diversas regras, diversos processos deste género, que é preciso aperfeiçoar, aprender a treinar-se a aplicar. Não esqueçamos que há 99 probabilidades em 100 de se ser surpreendido pelos acontecimentos e obrigado a reunir-se no meio das maiores dificuldades.

Mesmo sem armas os destacamentos podem desempenhar um papel extremamente sério:

- 1) dirigindo a multidão;
- 2) atacando, quando a ocasião se apresentar, um agente da polícia ou um cossaco isolado, etc. (como já sucedeu em Moscovo) para o desarmar;



Os soldados do Quartel da Graça limpam os detritos, após a explosão dum bomba colocada pelas BRIGADAS REVOLUCIONARIAS, em Março de 1973, na secção de recrutamento. E pelos vistos não estavam tristes, nem raivosos... O fascismo era muito odiado!



V.I. LENINE
DO ESTADO

à venda
brevemente
edições REVOLUÇÃO

ANTÓNIO DIAS CARDOSO — DEZ ANOS DE TARRAFAL

Continuação pág. 19
 quero minimizar isso e até mando a minha saudação de solidariedade para com todos aqueles que lutaram na clandestinidade. Uns foram torturados, outros morreram, outros perderam anos e anos de vida, a saúde. Evidentemente foi uma luta tremenda e em condições tremendamente duras e difíceis que a resistência portuguesa teve nestes cinquenta anos de fascismo. Simplesmente esses teriam que continuar e continuariam.

R. — Voltando à situação de Angola, ela não é nem tão simples nem tão fácil de resolver como na Guiné. Como é que encara actualmente a situação de Angola?

ADC. — Bem, eu estou fora de Angola há treze anos praticamente; os três anos que lá estive preso, estive numa cadeia e a gente fica sem possibilidades de contacto. Depois de 10 anos no Tarrafal, apesar de aquilo que já li, aliás por muito pouco tempo, quer por estar adoeitado quer porque a vida foi de tal maneira febril que fui solicitado para tanta coisa depois de ter saído que ainda não tive oportunidade de ler tanta coisa que é necessária. Evidentemente vou para Angola digamos desconhecendo muita coisa importante, de maneira que em concreto, objectivamente, não é legítimo eu pronunciar-me com juízos de valor definitivos.

Eu posso ter algumas ideias gerais e acho que a eles são válidas mas evidentemente que esta transição de uma colónia para uma nação independente vai provocar uma crise que tem as suas dificuldades, não é um piquenique, não é um passeio, vai ser um processo dramático e será uma crise mais ou menos dolorosa conforme houver consciência quer da parte das autoridades portuguesas quer da parte do movimento mais apetrechado para governar Angola que é o MPLA.

Com estas manobras dilatórias com este tempo todo que se está a perder, estão a prejudicar a transição ou por outra estão a fazer com que se agudizem contradições que já eram tremendas, que os fossos se tornem maiores, as frustrações, os recalamentos os traumatismos que o fascismo e o colonialismo criaram, darão depois mais excessos, mais perturbações. Se no processo as autoridades portuguesas definissem claramente uma independência total e imediata em que houvesse conversações para a transferência técnica de todo o tipo de estrutura que há uma nação moderna o mais rápido possível, servindo-se da autoridade e dos quadros do MPLA e da estrutura portuguesa, esta transição seria feita nas melhores condições possíveis; sendo demorada e com equívocos, que as contradições se tornam maiores, os fossos maiores. Agudizam-se mais os problemas e inclusivamente certas minorias podem tentar soluções à moda do Apartheid da África do Sul e da Rodésia. Evidentemente que isso não tem futuro nenhum, simplesmente leva muitos anos a ser destruído e são anos de luta de guerra e sofrimento.

R. — Como é que encaras a presença do exército português em Angola ainda neste momento?

ADC. — É um equívoco extraordinário. Quer dizer se o governo português actual quisesse a

independência imediata e incondicional e estivesse em negociações para a transferência técnica, digamos assim, burocrática da independência até chegar à altura da cerimónia. Seria um processo que levaria os seus dias, os seus meses e esse exército seria desarmado e recolheria aos seus quartéis e, o mais depressa que fosse possível, ia regressando a Portugal. Mas, eu quero crer e, lá é que eu vou saber, que parece-me que Angola, em alguns sectores, pelo menos os mais lúcidos e conscientes do exercício do exército português já parece que se negam, inclusivamente a combater e fazem uma espécie de guerra passiva, digamos assim, limitando-se a ficar nos fítos onde estão aquartelados; não sei se é assim ou não, eu li aí um documento que falava numa companhia em Cabinda que tinha actuado dessa maneira. Evidentemente que isso é muito importante. Se o povo não mostrar equívocos numa posição anticolonial e não quiser que os seus filhos vão morrer numa guerra estúpida e injusta, se os filhos desse povo, que afinal vão construir esse exército se mostrarem sem equívocos e não estiverem interessados em ir arriscar a vida num tipo de guerra injusta que não lhes diz respeito nenhum e que estarão sempre prontos a arriscar, por hipótese, se Portugal for invadido por qualquer outra nação) evidentemente que isso irá aclarar o processo e uns certos enganos que infelizmente estão a ser mantidos não têm possibilidades de manobra.

R. — Por vezes dizem-nos que se o exército português se desarmasse e viesse para as casernas, se ficasse numa posição de passividade, que os movimentos de libertação, os guerrilheiros dos movimentos de libertação, que aproveitavam a ocasião para avançar e enfim, tomar uma ofensiva. Como é que respondes a isto?

ADC. — Bom, eu não sou responsável, portanto não poderia responder. De maneira que não estou em condições, nem com autoridade para me pronunciar sobre isso, mas posso tentar não fugir a uma resposta e pensar que se o exército português fizesse isso era porque tinha sido reconhecida a independência de Angola, é porque naturalmente já estaria em negociações; evidentemente quem do lado de lá não nos interessa estar a fazer uma guerra contra indivíduos que já não existem, que estavam desarmados ou que estavam nos quartéis ou que estavam a embarcar em navios. Estariam a fazer uma guerra contra quem? Os outros estariam ausentes ou teriam sido retirados, não fariam uma guerra contra fantasmas; evidentemente que cumpririam as suas ordens e estabelecer-se-iam em zonas e passariam, como sempre acontece, dum exército de corpos de guerrilhas para exércitos regulares e há logo uma estrutura civil, orgânica que é instalada, paralela a esta estrutura militar.

R. — Mas, no estado actual em que a independência ainda não foi declarada, e ao que parece há companhias que não batalham, por aquilo que conheces de Angola, achas que os guerrilheiros atacam essas companhias?

ADC. — Já antes atacavam e isso suponho que há boletins

publicados pelas Forças Armadas em que dizem: "...as nossas forças foram flageladas em tal sítio..."

R. — Mas companhias como essas de Cabinda que depuseram armas, que neste momento não estão a combater, os guerrilheiros continuam a atacá-las?

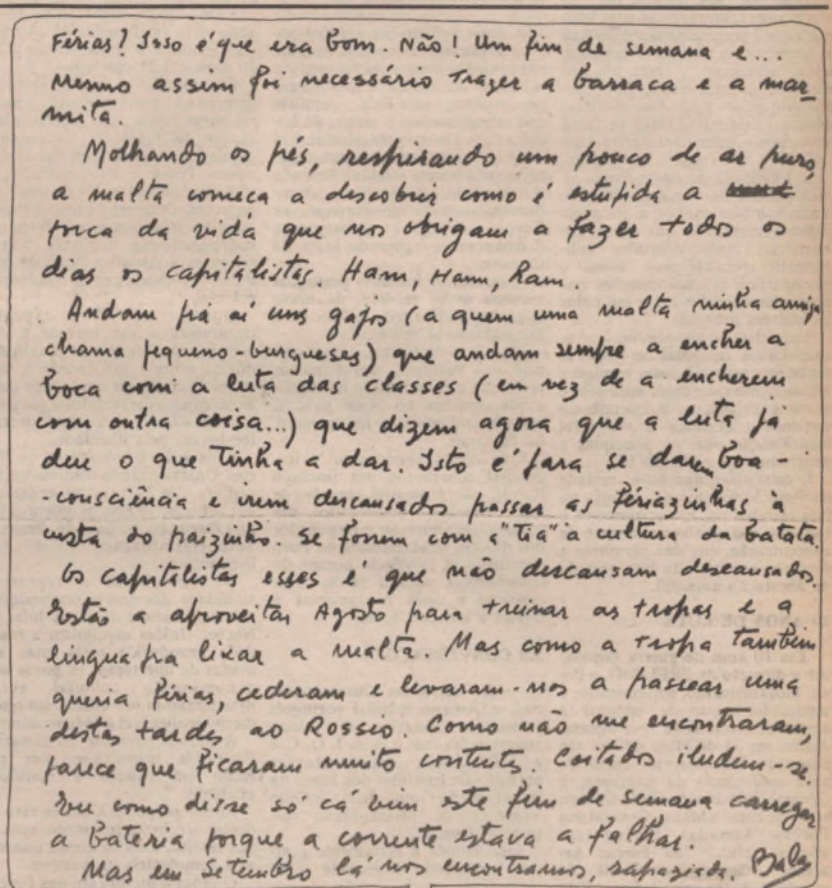
ADC. — Eu, sobre esse aspecto não sei nada e estou pior do que quem me entrevista, porque efectivamente eu vou agora para Angola e lê é que poderei saber essas coisas, se é que lá realmente chegou o 25 de Abril; parece-me que não chegou a nem a aproximação; parece que ainda estão só pelo 23 e o 25 ainda não chegou... Mas, eu quero crer que se os guerrilheiros souberem que essas tropas, voluntariamente não quiseram combater e se

aquartelaram, evidentemente que eles não vão, até por uma questão de bom senso político, provocar essa situação portanto seria errado e levariam para o combate mais uns tantos e fariam de uns indivíduos que pelo menos já estão neutros, fariam, então deles inimigos. Evidentemente que só por equívoco ou falta de tacto político do indivíduo que estivesse a comandar é que os poderia mandar atacar. Ora, eu por exemplo, não faria isso, porque transformavam-se indivíduos neutros, em indivíduos activos contra a minha área e eu teria muito mais trabalho naquela zona de guerrilha. Todos aqueles que efectivamente fazem a guerra, o guerrilheiro, evidentemente que tem de a fazer. Até

porque o guerrilheiro faz uma guerra justa, faz uma guerra de libertação nacional, está na sua terra, foi um indivíduo humilhado.

(1) Esta moção, assim como o telegrama de respostas do PAIGC foram publicados num número anterior de "Revolução".

(2) Esta entrevista foi feita antes do reconhecimento oficial do direito à independência das colónias.





SAMORA MACHEL: O COLONIALISMO NÃO TEM COR E O IMPERIALISMO NÃO TEM PÁTRIA

SAMORA MACHEL, Presidente da Frelimo, pronunciou na reunião dos chefes de Estado africanos, da OUA (Organização de Unidade Africana, num discurso que é significativo da firmeza da linha política da FRELIMO, no momento em que se esboçava a possibilidade de conversações entre o Governo Provisório de Portugal e a FRELIMO.

Este discurso, pronunciado em 12 de Junho deste ano tem ainda a singularidade de ter sido o primeiro em língua portuguesa numa reunião da OUA.

Vamos publicar alguns extractos desse importante discurso.

"Cremos que esta sessão marcará uma nova e decisiva fase na liquidação final do colonialismo português na África.

Mais do que nunca são extremamente favoráveis as condições para que o nosso continente destrua a forma mais retrógrada e bárbara, mais decadente e corrupta da dominação estrangeira. Em Moçambique o trabalho político constante da FRELIMO permitiu que a nossa linha clara e justa fosse assumida, do Rovuma ao Maputo, pela totalidade do nosso Povo.

A justiça da nossa causa e do nosso combate ganhou a completa adesão das massas que vivem nos territórios ainda ocupados militarmente pelo inimigo, como o demonstram as manifestações que continuamente têm lugar em todos os sectores urbanos.

Sem distinção alguma, moçambicanos de todas as raças e etnias, crenças religiosas e origens sociais, jovens e velhos, mulheres e homens exigem a independência nacional e afirmam a sua total identificação com os princípios e programas da FRELIMO.

É esta determinação e unidade do Povo Moçambicano, forjada na luta clandestina, nos sofrimentos e torturas, nas prisões e campos de concentração, que têm permitido a extensão contínua da luta armada de libertação nacional.

10 ANOS DE LUTA

Em 10 anos de guerra popular sob a direcção da FRELIMO, o Povo Moçambicano, determinado e unido, foi capaz de esmagar a agressão colonialista portuguesa. Assim, em 11 de Maio último, em Lourenço Marques, no curso de uma conferência de imprensa, o General Francisco da Costa Gomes, chefe de Estado Maior, General das Forças Armadas Portuguesas afirmou, cito... "As Forças Armadas atingiram o limite da exaustão neuro-psicológica". Esta vitória do Povo Moçambicano é, antes de tudo, uma vitória do combate unido da África. Ela é o resultado da luta heróica dos Povos de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, que, de armas na mão, neutralizaram e destruíram o exército colonial de agressão.

É justo que convosco rendamos homenagem à luta solidária dos Povos de Moçambique, Angola, Guiné e Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, África do Sul, Namíbia, Zimbábue e outros países que conosco combatem pela destruição do colonialismo, do racismo e do imperialismo.

Esta é a vitória dos países vizinhos do império colonial português e do império racista da África Austral, que corajosamente

aceitaram sacrifícios e resistiram à agressão, a fim de que a liberdade se estendesse a toda a África.

O INIMIGO COMUM

A acção político-armada dos povos sob domínio colonial português, em conjunto com a acção unida e solidária da África e das forças progressistas mundiais, permitiu que estendessemos o campo de batalha para a metrópole colonial. Em 25 de Abril do ano em curso, esgotados pela guerra colonial, sentindo o isolamento e desprestígio que rodeavam o nome de Portugal, as Forças Armadas portuguesas derubaram o regime de Marcello Caetano.

A queda do fascismo português resultou assim também do nosso combate, e disso toda a África e a humanidade se felicitam.

Mas se é certo que o fascismo caiu em Portugal, não é menos certo que o colonialismo português ainda continua no nosso país. E onde há colonialismo há opressão, há fascismo.

Com efeito, assim como é impossível conceber-se um fascismo liberal, não é possível conceber-se um colonialismo democrático, um colonialismo humano e respeitador dos direitos fundamentais do Povo dominado. A existência mesmo do colonialismo, nega o direito mais essencial e mais fundamental o direito à independência.

AS CONVERSACOES

— No curso das últimas semanas, o Governo colonial português tomou a iniciativa de iniciar conversações com o P. A. I. G. C. e a FRELIMO, representantes autênticos e legítimos dos Povos da República da Guiné-Bissau e Cabo Verde e de Moçambique respectivamente.

Esta atitude é certamente positiva e respondo à vontade constantemente expressa pelos nossos Povos e pela África inteira, de, pelo diálogo, resolver o antagonismo fundamental que nos opõe ao colonialismo.

No entanto, para que o diálogo seja útil e não sirva apenas de encenação destinada a desmobilizar os nossos Povos e a opinião internacional, é indispensável que certos princípios fundamentais sejam respeitados.

O direito à independência total e completa e à integridade territorial não podem ser objectos de negociações. Estes são bases de um direito inalienável dos Povos, que Portugal deve reconhecer sem ambiguidades ou restrições. A este nível devemos exprimir a nossa decepção perante as manobras portuguesas, visando a evitar o reconhecimento da

República da Guiné-Bissau, Estado reconhecido pela África inteira e por 2/3 dos Estados que compõem a comunidade internacional — as Nações Unidas.

Sem dúvida, estas manobras mostram a falta de sinceridade e a má fé do Governo colonial português. Por outro lado a insistência portuguesa em organizar consultas referendárias dos nossos Povos, inscreve-se na mesma perspectiva.

Se esta consulta era válida quando os nossos Povos ainda não combatiam de armas na mão, ela perdeu o seu sentido no dia em que as lutas armadas começaram: há 13 anos atrás em Angola, há 11 anos na República da Guiné-Bissau, e há 10 anos em Moçambique.

Os sacrifícios consentidos, a firmeza e a determinação das massas no curso dumas das guerras mais cruéis da história, claramente exprimiam a vontade profunda dos nossos Povos à independência, e não aos referendos. No dia em que pegaram em armas, os nossos Povos autodeterminaram-se em favor da independência nacional e retomaram a iniciativa histórica que lhes fora retirada pela denominação colonial.

Quando um Povo exprime claramente a sua vontade e determina, emitir-se qualquer dúvida sobre a sua decisão é, por assim dizer, lançar um insulto para os sacrifícios consentidos e para todas as vítimas que heroicamente tombaram pela liberdade.

Aliás assim o entenderam as Nações Unidas quando continuamente pediam que Portugal se engajasse nas negociações com os movimentos de Libertação, na base do direito à autodeterminação e à independência.

Ao reconhecer a representatividade das nossas organizações e a legitimidade da nossa luta, as Nações Unidas exprimiam a realidade introduzida pelas lutas armadas de libertação: os povos sob denominação colonial autodeterminaram-se e afirmaram o seu direito inalienável à independência.

A atitude presente do Governo Português encontra-se pois em recio em relação à realidade existente.

Não se pergunta a um escravo se deseja ser livre, sobretudo após a sua revolta, e muito menos quando se é proprietário de escravos.

O próprio movimento das Forças Armadas portuguesas soube compreender esta verdade. Por isso não esperou de Marcello Caetano um referendário; tomou o poder e criou condições para uma vida democrática real em Portugal.

OS 3 PONTOS DA FRELIMO

Em Moçambique, só a FRELIMO, que destrói o colonialismo, é que está em condições e possui a, idoneidade para estabelecer o processo democrático, como se verifica pela realidade vivida nas zonas libertadas.

Importa ainda acrescentar que no decurso de 10 anos de guerra provámos claramente que a nossa luta nunca definiu um Povo ou Raça como objecto do seu combate;

porque o colonialismo não tem cor e o imperialismo não tem Pátria, por isso a FRELIMO tem a capacidade política e moral para afirmar que ela garante a vida, a integridade e os interesses legítimos dos cidadãos portugueses em Moçambique. O respeito destes princípios é parte da nossa linha política e não resulta, de uma tática ou de concessões.

zer para que o diálogo entre a FRELIMO e Portugal respeite os direitos dos Povos e das Nações à liberdade, e à independência, para que respeite as aspirações do povo moçambicano e para que respeite as aspirações da África, é preciso que Portugal:

1 — Reconheça a FRELIMO como representante legítimo do Po-



"No decurso de 10 anos de guerra provámos claramente que a nossa luta nunca definiu um Povo ou Raça como objecto do seu combate; porque o colonialismo não tem cor e o imperialismo não tem pátria."

SAMORA MACHEL

É dentro deste quadro que estamos prontos a prosseguir, como previsto, as nossas conversações com Portugal que, de acordo com o comunicado comum entre a FRELIMO e o governo português recomeçarão na primeira quinzena de Julho do ano em curso em Lusaka, terra africana.

Mas para que as conversações preliminares possam transitar para a formação de negociações; quer di-

vo Moçambicano de acordo aliás com as decisões pertinentes da OUA e da ONU.

2 — Reconheça o direito à independência total e completa do Povo Moçambicano no seu todo territorial.

3 — Aceite o princípio da transferência dos poderes que ainda exerce, às instituições representativas do Povo Moçambicano, isto é, a FRELIMO.





Continuando no espírito de darmos a conhecer alguns pontos do espírito revolucionário que guia a luta dos movimentos de libertação, apresentamos extratos de textos do MPLA e do seu presidente, camarada Agostinho Neto.

"É aqui, em Angola, que o imperialismo tem jogado (e vai jogar) mais descaradamente a cartada do neo-colonialismo, se na Guiné e em Moçambique os colonialistas são obrigados a reconhecer os verdadeiros representantes daqueles povos o PAIGC e a FRELIMO respectivamente, em Angola as forças colonialistas não reconhecem como verdadeiro representante o MPLA e jogam com a existência de mais dois pseudo-movimentos de libertação a UPA e a UNITA.

Neste momento difícil para o povo angolano, é dever de todos os revolucionários mostrarem a sua solidariedade activa com o verdadeiro representante histórico do povo angolano, o MPLA.

Apelamos para os soldados portugueses para que desertem com armas das fileiras do exército colonialista, e se juntem às Nações Livres, pondo assim termo à sua vergonhosa participação numa guerra tão injusta e cruel como a guerra do Vietname.

Não deve haver nenhuma dúvida que para chegar à independência política, económica e social verdadeira, e para que o nosso povo seja verdadeiramente o dono do seu futuro é necessário que conduzamos a luta armada pelos nossos próprios meios. Esta fase exige que a luta seja totalmente colocada sob a direcção dum partido independente, com princípios bem definidos, militantes disciplinados e plenamente conscientes da doutrina da sua organização. É necessário que os dirigentes, eles próprios sejam honestos, modestos e activos e que não se poupem a algum esforço para bem orientar o partido e o povo, vivendo com ele os seus sofrimentos e o seu sacrifício diário.

Lá, onde não está o partido, lá onde os dirigentes não são guiados pelos princípios revolucionários, lá reina a anarquia. Então o inimigo penetra facilmente e, no lugar da independência há o neo-colonialismo e a insegurança, equilíbrio instável entre a dependência e a independência, entre o progresso e a reacção. Ora nós não queremos isto. Nós queremos a independência completa.

Para aqueles que lutam ao lado da justiça e contra a tirania, para aqueles que aspiram à liberdade, felizmente que a acção armada não é somente um sacrifício. É sobretudo uma força. Não é somente uma perda de vidas. Não avermelha somente os terrenos de combate com o sangue dos melhores filhos do nosso povo. É também uma escola. É também um meio para que o povo continue a luta no futuro: depois da independência política, com o objectivo de se ser completamente livre, política, económica e socialmente.

Textos políticos de AGOSTINHO NETO

E o imperialismo também já mudou de tática. Incapazes de vencer pela força das armas, engenha-se por vencer agora à volta da mesa de negociações. Nas chamadas colónias de Portugal a hora da libertação está próxima e uma luta aguda se trava para se decidir finalmente quem, das forças do progresso ou da reacção, irá deter o poder político em cada país.

Uma linha política e um programa consequentes com o ideal revolucionário duma Angola livre, democrática, unida, próspera e africana, incompatíveis com a exploração odiosa que o inimigo estrangeiro pretende perpetuar, sob novas formas, no nosso país, eis, em síntese, aquilo que o colonialismo e o imperialismo mais necessitam de destruir no nosso movimento.

E muitas são já as forças reacionárias africanas em acção de execução dessa manobra neo-colonialista. O perigo é grave, portanto. Impõe-se urgentemente que os revolucionários de todos os países se unam para esmagar, numa contra-ofensiva resoluta, essa criminoso aventura do inimigo.

A luta de libertação nacional em África, na minha opinião, não pode ser desligada do contexto actual em que se desenvolve, nem pode isolar-se do mundo. Uma greve de trabalhadores na Inglaterra, a imposição do fascismo ao povo chileno ou uma explosão atómica no Pacífico, são fenómenos da mesma vida que estamos a viver, através da qual procuramos as vias para uma existência feliz para o homem sobre a terra. O facto universal é portanto particularizado em África, através das formulações correntes no plano político, económico e cultural.

Em África, estamos fazendo todos os esforços para acabar para sempre com o paleo-colonialismo, hoje apenas existente nos territórios dominados por Portugal, como geralmente se acredita, mas que de facto são dominados por uma vasta associação imperialista protegendo de maneira injusta interesses egoístas de homens, organizações económicas ou de grupos de países.

Os chamados regimes racistas de minoria branca, não são senão uma consequência e uma forma especial de paleo-colonialismo, em que os laços com as metrópoles se tornaram frouxos e mais apagados, em favor de uma ditadura minoritária branca.

Esta forma de colonização visível, clara, aberta, não impede que uma outra exista no nosso continente, outra forma de dominação mais subtil conhecida pelo nome de neo-colonialismo, em que o explorador já não se identifica com o nome de colonizador, mas que actua da mesma maneira a vários níveis.

Angola é um vasto país, hoje muito pouco densamente povoado, colonizado desde 1482 pelos portugueses. Esta é a ideia geralmente aceite. Contudo, no que respeita à colonização, Portugal não conseguiu dominar todo o nosso território desde os primeiros contactos. Foram precisos séculos para conseguir impor o seu domínio político e económico a todo o nosso povo. Também não é verdade que Angola seja dominada apenas por Portugal; sobre este ponto, o

mundo está suficientemente esclarecido para saber que em Angola estão em jogo os interesses políticos e económicos de várias potências mundiais. A administração portuguesa não impediu a presença dos seus associados, uma presença que se mantém há séculos. A Grã-Bretanha, por exemplo, país que possui em Angola o maior volume de capitais investidos, ou os Estados Unidos da América com crescentes interesses na economia e ansiando dominar a posição estratégica do nosso país, assim como outros países da Europa, da América ou da Ásia, concorrem para a dominação do nosso povo e a exploração dos bens que nos pertencem.

Não é o pequeno e atrasado Portugal, o principal elemento para a colonização. Sem os capitais de outros países, sem os crescentes investimentos, sem a cooperação técnica, sem as complicitades a vários níveis, a transformação radical já se teria verificado há muito anos.

Portanto, se nós poderemos dizer que Portugal é o gerente de uma série de acordos político-económicos, compreenderemos que ele não é o nosso inimigo principal, mas apenas o inimigo

secundário e só durante mais algum tempo, caso terminem as relações de senhor para escravo.

Em condições especiais, encontram-se já casos em que o problema racial é ultrapassado. É o que se passa na guerra. Há portugueses conscientes que desertam, para de uma maneira ou de outra se alistarem nas fileiras nacionalistas.

A luta de libertação nacional é também um meio de quebrar todo um sistema injusto de opressão existente no mundo.

Vejamos o lado pragmático da questão:

Não encontramos em África um único país que não mantenha relações preferenciais com a sua antiga metrópole, até pela absorção dos valores culturais, inevitável num regime de tipo colonial. E mais, as formas de exploração não terminaram; por consequência, não terminaram também as formas de discriminação racial, mais ou menos acentuada. Nestes casos, a libertação ainda não é completa.

Numa independência onde não houvesse apenas a aparência de independência política, mas também a económica e a cultural, onde o respeito real pelos valores nacionais existissem de modo a

COLÓNIAS

neocolonialismo é um facto. Em toda a África, ainda há que lutar pela independência, política em algumas áreas, economicamente noutras, cultural na quase totalidade.

O imperialismo procura ao máximo manter as fontes de matérias-primas e a mão-de-obra barata. Este é o fenómeno em que se debate não só a África mas todo o chamado "terceiro mundo".

No mundo dividido em blocos, dos quais era hábito distinguir o bloco socialista do bloco capitalista, surgiu o não-alinhamento para poder tentar o equilíbrio e a defesa dos menos desenvolvidos.

E dentro desta divisão, são os socialistas que arvoram a bandeira do internacionalismo e na realidade o maior apoio aos movimentos de libertação.

As relações de solidariedade modificaram-se e conflitos de maior ou menor importância, mancham o ideal proclamado pelo socialismo.

Assim, do mesmo modo que em vários países africanos encontramos nos seus mercados os produtos de países dominados pelo inimigo, da África do Sul, de Portugal, da Rodésia, nós vemos com muita preocupação o aumento de relações comerciais e culturais especialmente com Portugal, em particular por parte de alguns países socialistas.



Criar criar
criar no espírito criar
no músculo criar no nervo
criar no homem criar na massa
criar
criar com os olhos secos

Criar criar
criar sobre a profanação da floresta
sobre a fortaleza impúdica
criar sobre o perfume dos troncos
do chicle
serrados

criar
criar com os olhos secos

Criar criar
cargalhadas sobre o escárnio
da palmatória
coragem nas pontas das botas
do coqueiro
força no esfrangalhado das portas
violentas
firmeza no vermelho sangue
de inebriação

criar
criar com os olhos secos

Criar criar
estrelas sobre o camartelo
guerreiro

paz sobre o choro das crianças
paz sobre o suor sobre a lágrima
do contrato

paz sobre o ódio
criar
criar paz com os olhos secos.

Criar criar
criar liberdade nas estradas
escravas

algemas de amor nos caminhos
paganzados do amor
sons festivos sobre o balancido
dos corpos em forças
simuladas

criar
criar amor com os olhos secos.

Pena de A. NETO

EDITORIAL

O P.R.P. na Televisão

quando outros povos se libertaram à muitos anos; este não é um projecto utópico de transformação do nosso país.

Não é um sonho dourado. É uma possibilidade imediata. É, quanto a nós a única possibilidade real de transformação da sociedade portuguesa e das contradições em que vivemos hoje, contradições profundas que podem comprometer radicalmente o 25 de Abril. E comprometer os trabalhadores portugueses e os autores do 25 de Abril. Nós já o dissemos várias vezes e por várias formas, publicamente, que a única garantia de não regressar ao passado é caminharmos para a sociedade sem classes — é a Revolução Socialista. Esta é a única garantia. E pensamos que a luta dos trabalhadores, depois do 25 de Abril, aponta exactamente nesta direcção.

P — (...) PRP-BR — Dentro da medida em que os trabalhadores lutando, se organizam e só a organização os trabalhadores na luta é que garante a Revolução Socialista.

E impedem o fascismo. P. — Vamos falar das colónias e das consequências económicas priváveis a curto e longo prazo que possam resultar do processo de descolonização. Consequências económicas essas, tanto para nós como para os países que irão nascer em África, nomeadamente Guiné, Angola e Moçambique.

PRP-BR — Pensamos que se este processo de descolonização se mantiver, está na lógica desencadear um novo tipo de intervenções na sociedade portuguesa na medida em que Portugal depende em muitos aspectos do trabalho escravo de milhões de africanos. Na medida em que há uma burguesia parasitária que vive dessa exploração e deixando de poder viver nessa situação, naturalmente vai criar um novo tipo de contradições na situação política portuguesa, contradições que podem virar-se contra os próprios trabalhadores portugueses ou não. Ou na nossa perspectiva pode ajudar a aproximar a possibilidade de uma Revolução Socialista que seria a única forma de garantir, quanto a nós um entendimento profundo, uma colaboração fraterna entre os trabalhadores portugueses e os trabalhadores das colónias portuguesas, nessa altura países independentes e portanto que se ajudariam mutuamente no sentido de desenvolver os seus países no sentido do benefício dos trabalhadores, dos respectivos países. Efectivamente se se pretende com a independência certa forma de dependência política e económica, quer dizer, o neo-colonialismo, nós consideramos que isso é não só contra os povos das colónias portuguesas como contra o nosso próprio povo. Portanto, na nossa perspectiva da Revolução Socialista, só com a libertação total dos povos das colónias que devem conquistar com a independência política, a independência económica, ficar com as riquezas que são deles, isso pode ajudar-nos num projecto de Revolução Socialista em Portugal e pode unir no mesmo interesse os povos de Portugal e os povos das colónias portuguesas.

Dia 4 de Agosto, um comunicado suspende a publicação do jornal "Luta Popular". Mas a repressão começa antes. Dia 2, uma ordem de suspensão atinge dois jornais diários. A "Capital" e o "Diário de Lisboa". Com eles se solidarizou imediatamente a "República", cuja suspensão era apenas para o dia seguinte. Imediatamente foram distribuídos milhares de comunicados nas cidades de Lisboa e Porto, assinados por "Jornalistas progressistas" em que se explicava à população as causas do não aparecimento dos jornais da tarde. Entretanto, um movimento de solidariedade da parte da população e dos ardinas, impediu, junto das instalações do "Diário Popular" que este saísse nesse dia. A atitude de "fura" daquele jornal não conseguiu portanto os seus intentos. E ao que parece o visitante estrangeiro Waldhelm quando pediu aos hospedeiros os jornais da tarde, não os teve....

Os trabalhadores da Emissora Nacional, do Rádio Clube e da Televisão, solidarizaram-se imediatamente com os jornais suspensos, anunciando que no dia seguinte não seriam lidos noticiários. Alguns jornais da manhã anunciaram também que não se publicariam no dia seguinte — foi assim que o "Sempre Fide", a "Bola", e o "Record" não apareceram.

Este largo movimento obrigou os responsáveis (quem?) a levantar a suspensão. São necessárias experiências destas para muitos perceberem que só a força pode vencer a força.

Mas quem toma medidas? A quem pedir a responsabilidade? A Comissão "Ad hoc" para a Imprensa demite-se, mas não lhe acatam a demissão, o M.F.A. mantém-se silencioso, o Governo Provisório não se pronuncia, os Partidos que estão no poder escrevem comunicados que são bem a expressão do seu terrível compromisso. E perguntamos — quem mandou em quem? Habituar-nos durante anos à decisões arbitrárias, ao autoritarismo dum poder sem discussão. Hoje impingem-nos imagem dum democracia, que dia a dia se desmascara. Pois que a liberdade estabelecida num país em que há exploradores e explorados só vai até onde convém aos exploradores. A partir daí esperneiam, deitam para trás das costas a imagem da democracia e estancam a liberdade, mande quem mandar, tome decisões quem tomar.

Mais uma vez estas medidas são tomadas a propósito da esquerda. Pois que os jornais são suspensos por terem noticiado uma manifestação do MRPP; E a esta suspensão seguem-se dois comunicados, um de recomendação para o futuro, impedindo críticas ao M.F.A. e à J.S.N. e outro suspendendo indefinidamente o órgão central do MRPP: o "Luta Popular". Desta vez, claro, a Imprensa burguesa não teve uma palavra de solidariedade! Porque isto de solidariedade, mais devagar... só entre família, tudo o resto é pedir-lhes demais. Quanto ao sindicato dos jornalistas também não tem uma palavra! E isto tudo porque discordam do MRPP; Curiosa higiene mental, curioso purismo! Solidariedade com a esquerda, mas só se for devidamente autêntica... Só se tiver o cartão de livre trânsito, só se for... decente. Só se estiver no poder (ou lá ao pé). Enfim, só se não for esquerda. O melhor, o mais prático, é não ser.

A pequena burguesia, inquieta com as turbulências, e aflita, não lhe vá falhar um dia o pão, o Metro ou as cartas, olha embevecida os partidos reformistas e os seus líderes sente-se descansada (afinal eles não são revolucionários!), revê-se neles.

A grande burguesia, dessa nem se fala! Manda os seus líderes apoiar o M.F.A. (mas quem é que não defende aquele "Programa") e encomenda aos reformistas que se controlem os trabalhadores. Felizmente estes não se deixam controlar, o que deixa inquieta a grande burguesia e os partidos reformistas, que ambos cada vez mais desejam outras formas de "controlo". Há alianças diabólicas!

Achamos que seria a despropósito aproveitar a altura para fazeremos qualquer apreciação ao MRPP e ao seu jornal, o "Luta Popular". Solidarizamo-nos inteiramente com este jornal e dispomo-nos às formas de solidariedade que forem justas para aquele Movimento e que estiverem de acordo com a nossa prática. A suspensão do "Luta Popular" pretende lançar sobre um movimento ou um jornal o odioso, e pretende mistificar a população atribuindo a uma organização política as dificuldades crescentes com que se depara um Governo Provisório, dito em defesa dos interesses dos trabalhadores, mas na realidade gerindo os interesses do capital.

Entretanto, vicejam os partidos que se dizem do centro ou da direita, organizações ultra-reaccionárias, capazes de implantar um regime de terror, se puderem. E nunca ninguém lhes calu em cima. Aparecem todos os dias inscrições ordinárias da extrema-direita, sem que os responsáveis sejam apurados. Pois será caso que a polícia, que era tão viva para descobrir os antifascistas que pintavam paredes, não descobrem agora os fascistas que pintam paredes?

Entretanto individualidades do antigo regime tomam posições dentro do presente regime. A folha de serviço de alguns responsáveis é negra. Mas passa-se um pano por cima. Só não se pode é permitir ao "Luta Popular" que exista.

Democracia por democracia, convidamos os senhores proibidos a discutir, a argumentar. Em frente ao público! Vamos ver quem tem razão! E podem fazê-lo com muita vantagem — até têm jornais diários!

Mas podem os colaboracionistas saber, os jornais como o "Diário de Lisboa", o "Diário Popular", o "Século" e o "Diário de Notícias" (que quando o "Revolução" foi multado só souberam transcrever o comunicado da Comissão "Ad-hoc") e sobretudo esse "Diário de Lisboa" de posições tão firmes na defesa da Lei de Imprensa e da comissão "Ad-hoc", que se vier a reacção violenta da direita, não estará com subtúlezas — vai tudo a oito e custa-lhes mesmo a diferença entre um militante do MRPP e um jornalista reformista. Não lhes servirá de nada o oportunismo!

Para aqueles que não boicam o poder que estão do lado dos explorados e para quem um projecto autenticamente revolucionário e socialista é a única forma de ataque e de defesa em relação ao fascismo, para esses só as posições de força e de massa poderão ser uma resposta. O combate dos jornalistas progressistas e dos trabalhadores em geral, a sua organização, a sua luta, são a única forma de combater a reacção.

análise económica (continua na pág. 8)

acresce que o Estado poderá então, na medida em que passa a usufruir de uma maior fonte de receitas, conseguir uma estabilização momentânea da situação social através de uma política social e económica tipo Allende. Mas na medida em que o problema é um problema de crescimento económico e tal política lhe é contrária, os problemas ressurgirão brevemente e com muito mais acuidade, vindo-se o regime no meio dum fogo cruzado que ditará a sua queda.

Dentro deste quadro geral do qual muitos aspectos não são focados, é clara a gravidade da actual crise económica, crise económica essa que faz parte da crise do sistema capitalista na sua fase mais avançada, o imperialismo. Desta dependência resultaria, por si só, uma situação de crise patenteada na inflação importada, nas oscilações da moeda nos circuitos financeiros e monetários internacionais, na movimentação de uma emigração de que o imperialismo não põe e dispõe, nas oscilações da procura de produtos exportados, etc.. Tal dependência, ou por aceleração de investimentos, ou por boicote económico, não deixará de se agudizar nos próximos tempos.

crise. E o caso da inflação cuja contenção dentro de "limites razoáveis" seria imprescindível à estabilização da situação. Acontece que para além daquela parcela de inflação que cabe a Portugal, inerente à sua situação no contexto do imperialismo, há ainda alterações que se prevêem significativas no processo inflacionário;

- o primeiro desses factores é o já referido aumento de salários;
- estagnação ou refluxo na produção por incapacidade de investir, ou por que os investimentos já não sejam tão rentáveis como anteriormente;
- refluxo na produção por paralizações de trabalho;
- aumento da procura de bens pela reentrada de militares e colonos (estes frequentemente acompanhados de meios de subsistência) e, possivelmente, de jovens emigrantes.

— necessidade de flutuação de preços para assegurar ao capital, uma mais valia necessária à acumulação.

A estes factores, determinantes no sentido de processo inflacionário ascendente, à que associar outros de sentido contrário, embora considerados aqui de peso menor: diminuição das receitas provenientes do turismo e da emigração, diminuição dos dinheiros enviados pelos militares em África.

DESEMPREGO E SUB-EMPREGO

De grande importância no

ACTUALIDADE DO PAÍS

evoluir tuturo da situação será o considerável aumento de desemprego e em menor escala de sub-emprego, motivadas pelo regresso de milhares de militares de África, possível diminuição de tempo de prestação do serviço militar obrigatório, regresso de emigrantes particularmente jovens, dificuldades levantadas à emigração, paralização de pequenas e médias

empresas, incapacidade de criação de novos empregos.

Temos assim, que a crise económica existente actualmente, e, portanto, a crise política e social tenderão a agravar-se e que a sua contenção, a ser possível, se-lo-á por pouco tempo, atendendo a que as medidas que poderiam contribuir nesse sentido seriam geradoras de novas contradições.



No Barreiro, no muro ao lado da porta dos "Vermelhos" lêem-se duas séries de inscrições sobrepostas. As de baixo: Ao lado esquerdo da porta de entrada, lê-se "REVOLUÇÃO" JORNAL DO PRP - BRIGADA REVOLUCIONÁRIA e ao lado direito: os "VERMELHOS" SEMPRE FORAM COMUNISTAS VERDADEIROS. Por cima, noutra letra: QUEM ESCREVEU ISTO FORAM OS GAJOS DO CENTRO POLITICO DE CULTURA OPERARIA. PIDESE. E à direita da porta, na mesma letra: DO PCP. Assim são os fascistas. Mesmo numa terra onde não consta que os haja, eles aparecem a tentar atirar os partidos uns contra os outros.

ESCREVE-NOS PARA O APARTADO N.º 4117

A INFLAÇÃO

Vários factores, muitos deles ligados e dependentes do imperialismo, existem e cuja evolução não se apresenta favorável ao debelar da